MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESU
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ - REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR - DESUP
CAMPUS PITANGA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 31 DE 29 DE JUNHO DE 2018

Pitanga
2017

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor
Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitor de Ensino
Amarildo Pinheiro Magalhães

Diretor de Ensino Superior
Paulo César Medeiros

Coordenador de Ensino Superior
Luciana dos Santos Rosenau

Direção Geral do Campus
Diego Manoel Panonceli

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus
Marcio Miguel de Aguiar

Coordenador de Curso
Tania Regina Rossetto

Núcleo Docente Estruturante
Aline Fabiane Barbieri
Diego Manoel Panonceli
Leila Cleuri Pryjma
Lilian Orvatti
Maicon Rogério de Souza
Marcio Miguel de Aguiar
Tania Regina Rossetto

Comissão de Estruturação de Curso
Ana Carla Luiz Keltel
Aline Fabiane Barbieri
Leila Cleuri Pryjma
Rafael Aparecido da Silva
Tania Regina Rossetto

Colegiado do Curso
Aline Fabiane Barbieri
Amanda Luzia da Silva
Angélica de Sousa Hrysyk
Clayton Pereira de Sá
Diego Manoel Panonceli
Gustavo Leoni Bordin

Leandro Delgado de Souza
Leila Cleuri Pryjma
Lilian Orvatti
Maicon Rogério de Souza
Marcio Miguel de Aguiar
Rafael Aparecido da Silva
Tania Regina Rossetto
Tatiani Maria Garcia de Almeida

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO 7
1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO 9
1.2. Histórico 10
1.2.1 O Instituto Federal do Paraná 10
1.2.2 O Curso de Pedagogia 15
1.2.3 Missão, Visão e Valores 15
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 16
2.1 Justificativa 18
2.2 Objetivos 23
2.2.1 Objetivo Geral 23
2.2.2 Objetivos Específicos 24
2.3 Concepção de curso 25
2.4 Perfil do egresso 33
2.4.1 Áreas de atuação do egresso 35
2.4.2 Acompanhamento de Egressos 36
2.4.3 Registro Profissional 37
2.5 Metodologia e estratégias pedagógicas 37
2.5.1 Relação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação 40
2.5.2 Tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem 43
2.5.3 Educação Inclusiva 43
2.5.4 Integração 44
2.5.4.1 Integração com a Pós-Graduação 44
2.5.4.2 Mobilidade estudantil e internacionalização 45
2.5.5 Material Didático 45
2.5.6 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes 46
2.5.6.1 Atividades de Tutoria 47
2.5.7 Atividades Práticas de Ensino 47
2.6 Estrutura curricular 47
2.7 Representação gráfica do processo formativo 51
2.8 Matriz curricular 53

2.9 Componentes optativos 58
2.10 Ementário e bibliografias 60
2.11 Avaliação 147
2.11.1 Avaliação da Aprendizagem 147
2.11.2 Plano de Avaliação Institucional 150
2.11.3 Avaliação do Curso 151
2.11.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso 152
2.12 Estágio Curricular Supervisionado 152
2.12.1 Convênios de Estágio 153
2.13 Trabalho de Conclusão de Curso 153
2.14 Atividades Complementares 153
2.15 Formas de acesso e permanência 154
2.15.1 Bolsas de Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social, Monitoria e Bolsa-Atleta 155
2.15.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores 158
2.15.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores 159
2.15.4 Expedição de Diplomas e Certificados 160
2.15.5 Acessibilidade 161
2.15.6 Mobilidade Acadêmica 162
3. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO 162
3.1. Corpo docente 162
3.1.1 Atribuições do Coordenador 162
3.1.2 Experiência do Coordenador 164
3.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) 165
3.1.4 Relação do corpo docente 165
3.1.5 Colegiado de Curso 167
3.1.6 Políticas de Capacitação Docente 169
3.1.7 Plano de Cargos e Salários dos Docentes 169
3.2 Corpo técnico administrativo em educação 170
3.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo em Educação 172
3.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação . 172
4. INFRAESTRUTURA 173

4.1 Áreas de ensino específicas 173
4.2 Áreas de estudo geral 173
4.3 Áreas de estudo específico 174
4.4 Áreas de esporte e vivência 174
4.5 Áreas de atendimento discente 175
4.6 Áreas de apoio 175
4.7 Biblioteca 175
5. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO 177
5.1 Expansão do quadro docente 180
5.2 Projeção de aquisição de materiais permanente e consumo 180
5.3 Projeção de aquisição de acervo bibliográfico 182
6. REFERÊNCIAS 183
APÊNDICES 195
ANEXOS 229

IDENTIFICAÇÃO

Denominação do Curso: Licenciatura em Pedagogia.

Área do Conhecimento / Eixo Tecnológico: 7.00.00.00-0 - Ciências Humanas / 7.08.00.00-6 - Educação

Modalidade: Presencial.

Grau: Licenciatura.

Regime Letivo (Periodicidade): Semestral.

Turno do curso: Noturno.

Número de etapas anuais e duração média dos períodos letivos: 8 semestres

Horário de oferta do curso: 19h (início) a 22h30 (término).

Prazo de Integralização Curricular: 8 semestres (mínimo) a 14 semestres (máximo).

Carga-Horária total do Curso: 3232 horas (total) sendo 400 horas destinadas a estágios e 200 horas a atividades complementares.

Tipo de Matrícula: Por componente curricular.

Vagas totais (anual): 20 vagas (mínimo) a 40 vagas (máximo).

Escolaridade mínima exigida: Ensino Médio completo.

Coordenador:
Nome: Tania Regina Rossetto
Titulação Máxima: Mestre
Regime de Trabalho: (_X_) DE. (__) 40h. (__) 20h.

Coordenador substituto:
Nome:
Titulação Máxima:
Regime de Trabalho: (__) DE. (__) 40h. (__) 20h.

Endereço de Oferta
Campus: Pitanga.
Rua e número: José de Alencar, 880.

Bairro: Planalto.
Cidade: Pitanga.
UF: Paraná.
CEP: 85200-000.

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

A Proposta Pedagógica do Curso de Pedagogia fundamenta-se no Parecer CNE/CP nº 5/2005 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (BRASIL, 2005). No âmbito do IFPR, está em consonância com o disposto nas Instruções Internas de Procedimentos PROENS/IFPR nº 01/2016 (IFPR, 2016) e 02/2017 (IFPR, 2017f).

O propósito do curso de Pedagogia é formar profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como organização e desenvolvimento de programas não-escolares.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia origina-se na necessidade de formação docente da região alinhada à relevância da atuação do IFPR no campo da formação continuada dos professores e dos demais profissionais da Educação Básica, o que constitui uma demanda declarada por instituições de atuação em âmbito regional: Núcleo Regional de Educação (NRE) com sede em Pitanga; Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Rural e Urbano Sustentável da Região Central do Estado do Paraná (CID – Centro); Associação dos Municípios do Centro do Paraná (AMOCENTRO); grupo gestor do Território da Cidadania Paraná Centro; Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional para o Desenvolvimento Local (CONSAD) e a Secretaria Municipal de Educação de Pitanga.

Desse modo, a construção deste PPC ocorreu de forma coletiva. Inicialmente, designado, pela Direção Geral do IFPR *Campus* Pitanga, a Subcomissão de Estruturação de Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia por meio da Portaria 46 de 05 de junho de 2017 (IFPR – CAMPUS PITANGA, 2017b). Aprovada a PAC, segue-se a elaboração do PPC de Pedagogia por meio de reuniões, discussões e estudos.

Em consonância com objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPR (IFPR, 2017g)[1] voltados aos cursos de Licenciatura, o curso de Pedagogia prioriza fatores de

[1] Revisão 2017-2018 do PDI 2014-2018 do IFPR aprovada pela Resolução nº 13 de 24 de março de 2017 (IFPR, 2017d).

inclusão, buscando garantir o respeito às diversidades. Nesse intuito, compromete-se com a disseminação dessas práticas, na mesma proporção que se preocupa com a problematização do conhecimento, ou seja, a partir do PDI (IFPR, 2017g, p. 97) "[...] os cursos de Licenciatura procuram investir mais na aplicação dos conteúdos, para que os futuros docentes sintam-se mais bem preparados quando concluírem seus cursos e ingressarem para o trabalho formal". Desse modo, o curso de Pedagogia junto ao PDI "[...] objetiva fortalecer as Licenciaturas, entendendo que, dessa maneira, apoia os processos de mudança na sociedade, respondendo aos desafios do conhecimento na atualidade" (IFPR, 2017g, p. 98).

No âmbito do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação o curso de Pedagogia em consonância às ações e projetos do IFPR – *Campus* Pitanga empreende um processo de construção e de ação efetiva na realidade local e regional. Nesse intuito, a formação do estudante em Pedagogia prima pela integração e pela articulação entre diferentes dimensões científica, filosófica, cultural, artística e histórica, considerando o desenvolvimento da capacidade de investigação científica e inserção dos egressos ao mundo do trabalho. Conforme o PDI (IFPR, 2017g, p. 59) "Estas são dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão, que podem se traduzir em inovação". Desse modo, é possível estabelecer um diálogo efetivo com as políticas sociais e econômicas destacando o âmbito local e regional.

1.2. Histórico

1.2.1 O Instituto Federal do Paraná

O Instituto Federal do Paraná teve origem a partir da Lei 11.982 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008a) que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Artigo 2º da Lei 11.982/2008 caracteriza os Institutos Federais como:

> [...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008a).

A partir desse parágrafo, entende-se que, "[...] para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais" (BRASIL, 2008a). Neste sentido, entende-se que o Instituto Federal está sujeito a regulação[2] que "[...] será realizada por meio de atos administrativos autorizativos do funcionamento de instituições de educação superior e de cursos de graduação e seqüenciais" (BRASIL, 2006c).

No Brasil, existem 38 Institutos que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). O Artigo 5º da Lei 11.982/2008 (BRASIL, 2008a) determina a presença dos Institutos Federais nas diferentes unidades da federação, indicando em seu inciso XXV a criação do Instituto Federal do Paraná, mediante a transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

As finalidades e características dos Institutos Federais e, portanto, do Instituto Federal do Paraná (IFPR) são descritas nos incisos do Artigo 6º da referida lei, como sendo:

> I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
> II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

[2] Ainda sobre o processo de regulação, avaliação e supervisão das instituições, considera-se a Portaria Normativa nº 23, de 1º de dezembro de 2010, que altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) (BRASIL, 2010b).

> III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
> IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
> V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
> VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
> VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
> VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
> IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008a).

A partir disso, estabelecem-se os objetivos dos Institutos Federais, descritos no Artigo 7º da mesma lei:

> I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
> II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
> III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
> IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
> V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
> VI – ministrar em nível de educação superior (BRASIL, 2008a).

Um dos diferenciais dos Institutos Federais é a proposta de verticalização do ensino, sendo possível oferecer, na mesma instituição, desde a Educação Básica até a Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado). O Ensino Superior é ministrado nos Institutos Federais, observando o disposto nas alíneas do Artigo7º, inciso VI, que confere a abrangência de atuação desse nível nas instituições vinculadas à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:

> a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
> b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
> c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
> d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
> e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008a).

O Instituto Federal do Paraná (IFPR), após oito anos de implantação, estrutura-se em 25 *campi* e 5 *campi* avançados, ofertando cursos em nível médio, técnico e superior, além de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e de Educação a Distância (EaD). Os *campi* do IFPR estão localizados nos municípios de Assis Chateaubriand**,** Campo Largo, Capanema, Cascavel**,** Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Jaguariaíva, Irati, Ivaiporã, Londrina**,** Palmas, Paranaguá, Paranavaí**,** Pinhais, Pitanga**,** Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória. Enquanto os *campi* avançados estão localizados nas cidades de Astorga**,** Barracão**,** Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu. O Regimento Geral do Instituto Federal do Paraná foi aprovado a partir da Resolução nº 56, de 03 de dezembro de 2012 (IFPR, 2012b).

O Paraná é um dos estados brasileiros que mais se destaca no crescimento econômico e na qualidade de vida, conforme o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio. A economia paranaense está entre as cinco maiores do país, tendo apresentado, no ano de 2008, um crescimento de 5,8%, atingindo um PIB de 169,8 bilhões de reais, correspondente a 5,84% do PIB nacional (IPARDES, 2008).

Na composição do PIB paranaense, o setor de serviços se destaca, correspondendo a 62,7% do total, seguido dos setores industrial e agropecuário que participam, respectivamente, com 29,1% e 8,2% (IPARDES, 2008).

O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada, na qual se destacam a soja, o milho, o trigo, o feijão e a cana-de-açúcar. Na pecuária, o destaque é da avicultura, que corresponde a 25,3% do total de abates do País. Nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,2% e 16,0%, respectivamente (IPARDES, 2008).

No setor industrial, predominam os segmentos de alimentos e bebidas, refino de petróleo e fabricação/montagem de veículos automotores. Enquanto, no comércio internacional se destacam as transações principalmente, com a Argentina e a Alemanha. Entre os principais produtos exportados estão o grão de soja, material de transporte e carne, enquanto os mais importados são materiais de transporte, produtos químicos e derivados de petróleo (IPARDES, 2008).

Neste panorama, o IFPR oferece condições adequadas para a produção de conhecimento e para a qualificação do trabalho, necessárias ao desenvolvimento socioeconômico do Paraná. Por isso, a distribuição espacial dos *campi* procurou contemplar o estado como um todo, situando as unidades em municípios considerados polos de desenvolvimento regional. Nesse ínterim, é prevista a ampliação constante da rede por meio da implantação de novos *campi* e núcleos avançados, abrangendo regiões com carência de atendimento e com baixo IDH.

No Município de Pitanga, a implantação do Instituto Federal do Paraná ocorreu no ano de 2014 com a oferta de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): Vendas e Auxiliar Administrativo, e o curso FIC em Auxiliar Administrativo.

A autorização de funcionamento do *Campus* Pitanga ocorreu pela Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015c), iniciando suas atividades de ensino em 09 de fevereiro de 2015, com o curso Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio, no mesmo ano foi ofertado o curso FIC em Condutor Ambiental Local.

No ano de 2016, além da continuidade do curso Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio, o IFPR *Campus* Pitanga ofertou cursos Técnicos Subsequentes na modalidade de

EaD: Administração, Agente Comunitário de Saúde, Logística, Meio Ambiente e Serviços Públicos, com polos nos municípios de Palmital, Cândido de Abreu e Pitanga. Neste mesmo ano em parceira com a Casa Familiar Rural Vitor Mariano de Castro, Secretaria Municipal de Educação e o Núcleo Regional de Educação do Município de Pitanga, foram ofertados cursos FIC em: Agente de Desenvolvimento Cooperativista, Auxiliar Administrativo, Inglês Básico, Programador de Sistemas e Recreador.

Em 2017, além de quatro turmas de Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio, e da continuidade dos cursos Técnicos Subsequentes na modalidade de EaD o IFPR *Campus* Pitanga oferta o curso de Pós-Graduação, nível de Especialização, em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica e os cursos FICs em Auxiliar Administrativo e em Produções Artísticas: Procedimento Teóricos e Metodológicos Bidimensionais - Pintura I.

O curso de Licenciatura em Pedagogia corresponde ao plano de verticalização do ensino no IFPR *Campus* Pitanga. A oferta de cursos superiores gratuitos e de qualidade atende a demanda e colabora para o desenvolvimento regional.

1.2.2 O Curso de Pedagogia

O curso de Pedagogia do IFPR *Campus* Pitanga corresponde às normas estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, atendendo princípios contidos no Parecer CNE/CP nº 5/2005 (BRASIL, 2005c), no Parecer nº 3/2006 (BRASIL, 2006a), no Parecer CNE/CEB nº 9/2009 (BRASIL, 2009b), na Resolução CONSUP/IFPR nº 19/2017 (IFPR, 2017b) e Resolução CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2015a).

1.2.3 Missão, Visão e Valores

A missão do IFPR se constitui em:

> Promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à

> formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade (IFPR, 2017g, p. 27).

Dessa missão, deriva-se a visão institucional "Ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social" (IFPRg, 2017, p. 27). Os valores dos quais o IFPR (2017g, p. 27) preza são:

- Educação de qualidade e excelência;
- Eficiência e eficácia;
- Ética;
- Pessoas;
- Sustentabilidade[3];
- Visão sistêmica;
- Qualidade de vida;
- Diversidade humana e cultural;
- Inclusão social;
- Empreendedorismo e inovação;
- Respeito às características regionais;
- Democracia e transparência.

A partir do compromisso social, que se evidencia na missão, na visão e nos valores institucionais, o IFPR propõe uma formação sólida, com base nos valores democráticos como princípios fundamentais à educação e à produção de conhecimentos com base no tripé da educação - ensino, pesquisa e extensão, permitindo uma integração efetiva entre os membros da comunidade escolar, a sociedade e o mundo do trabalho.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didática e pedagógica do IFPR prioriza "[...] a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura; a pesquisa como eixo orientador da prática pedagógica; a indissociabilidade entre teoria e prática e a interdisciplinaridade, visando à superação da fragmentação entre as áreas do conhecimento" (IFPR, 2017g, p. 56).

[3] Nesse sentido, o IFPR considera a Portaria nº 61, de 15 de maio de 2008, que estabelece práticas de sustentabilidade ambiental a serem observadas pelo Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis (BRASIL, 2008d).

O processo educativo objetiva:

> [...] proporcionar uma formação integral, que possibilite o acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos e promova a reflexão crítica sobre o contexto social e o mundo do trabalho, desenvolvendo a autonomia intelectual do estudante para que este consiga, por si próprio, formar-se ou buscar a formação necessária na construção de seu itinerário profissional (IFPR, 2017g, p. 56).

A partir desses pressupostos, a elaboração dos PPCs deve estar em consonância com os demais princípios pedagógicos do *campus* e Resoluções do IFPR que orientam sobre a organização didático-pedagógica. Desse modo, apresenta-se a concepção, justificativa, objetivos, formas de acesso, permanência, modalidade acadêmica, perfil do egresso, avaliação, estrutura curricular, ementas e bibliografia do curso de Licenciatura em Pedagogia. É estabelecida a organização dos componentes curriculares obrigatórios, Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares.

A construção didático-pedagógica está baseada, entre outros documentos: na Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996); Lei nº 9.503/1997 (BRASIL, 1997a); Lei nº 9.795/1999 (BRASIL, 1999a); Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004b); Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008b); Decreto nº 4.281/2002 (BRASIL, 2002c); Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005a); Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 (IFPR, 2011b); Resolução CONSUP/IFPR nº 14/2014 (IFPR, 2014c); Resolução CONSUP/IFPR nº 02/2017 (IFPR, 2017a); Resolução CONSUP/IFPR nº 19/2017 (IFPR, 2017b); Resolução CNE nº 01/2004 (BRASIL, 2004c); Resolução CNE nº 02/2012 (BRASIL, 2012b) e Resolução CNE nº 02/2015 (BRASIL, 2015a), incluindo normativas estabelecidas pela Resolução nº 55/2011 (IFPR, 2011b), que dispõe sobre a Organização Didático Pedagógica no IFPR, retificada pela Resolução nº 14/2014 (IFPR, 2014c) e atualizada em 2017 pela Resolução 02/2017 - Art. 100 a 104 (IFPR, 2017a). Também estebelece-se como referências o Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) (IFPR, 2017g), a Portaria IFPR nº 120/2009 (IFPR, 2014f), Parecer CNE/CP 5/2005 (BRASIL, 2005c), Resolução CNE/CP 1/2006 (BRASIL, 2006b).

2.1 Justificativa

Conforme destaca o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (IFPR, 2017g) e seu Estatuto Consolidado (atualizado em 2015) (IFPR, 2015a)[4], o IFPR consiste em uma instituição fundamental para o desenvolvimento sócio econômico local e regional, atuando nos campos do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação. Conforme destaca o Artigo 4º de seu estatuto:

O Instituto Federal do Paraná tem as seguintes finalidades e características:

> I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
> II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo, e de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
> III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
> IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal do Paraná;
> V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
> VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
> VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
> VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
> IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;
> X - participar de programas de capacitação, qualificação e requalificação dos profissionais de educação da rede pública;

[4] Esse documento considera a Resolução CONSUP n° 01 de 30 de março 2009 (IFPR, 2009b), retificada pela Resolução nº 10/2009 (IFPR, 2009d), consolidada pela Resolução nº 13/2011 (IFPR, 2011e), com o anexo I retificado pela Resolução 39/2012 (IFPR, 2012a), pela Resolução 02/2014 (IFPR, 2014d) e pela Resolução nº 02/2015 (IFPR, 2015c).

> XI - O IFPR, verificado o interesse social e as demandas de âmbito local e regional, poderá ofertar cursos fora da área tecnológica (IFPR, 2015a, p. 4-5).

Com base nas finalidades institucionais, a análise do contexto regional permite identificar um amplo conjunto de demandas nas quais o IFPR pode auxiliar. No âmbito da implementação e do fortalecimento dos cursos de licenciaturas, o artigo 7º da Lei nº 11.892/2008 acerca da educação superior, determina que os Institutos Federais ofertem "[...] cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional" (BRASIL, 2008a).

O IFPR *Campus* Pitanga está situado a uma distância de 340 km da capital do Estado do Paraná, Curitiba. De acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010a), realizado em 2010, Pitanga tem 32.638 habitantes. Além disso, apresenta um PIB per capita de R$ 20.862,7, tendo como principal fonte de recursos a agropecuária (IBGE, 2014).

O Município de Pitanga faz parte da mesorregião geográfica Centro-Sul paranaense, sendo a microrregião geográfica composta pelos municípios de: Nova Tebas; Cândido de Abreu, Laranjal, Palmital, Santa Maria do Oeste, Turvo, Boa Ventura de São Roque, Pitanga, Mato Rico, Campina do Simão e Manoel Ribas (IPARDES, 2012).

Como pode ser observado nas Figuras 1, 2 e 3, fica nítida a carência social e econômica da região central do Paraná. A distribuição espacial dos indicadores, resultado de estudos realizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstra a relevância da ação sistemática do IFPR no desenvolvimento regional (IPEA, 2015).

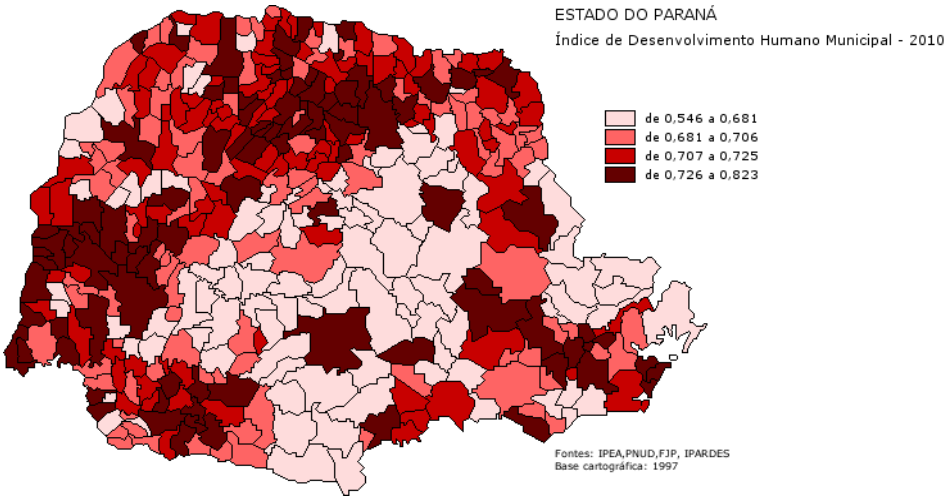

Figura 1: Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal- IDHM (IPARDES – IPEA).

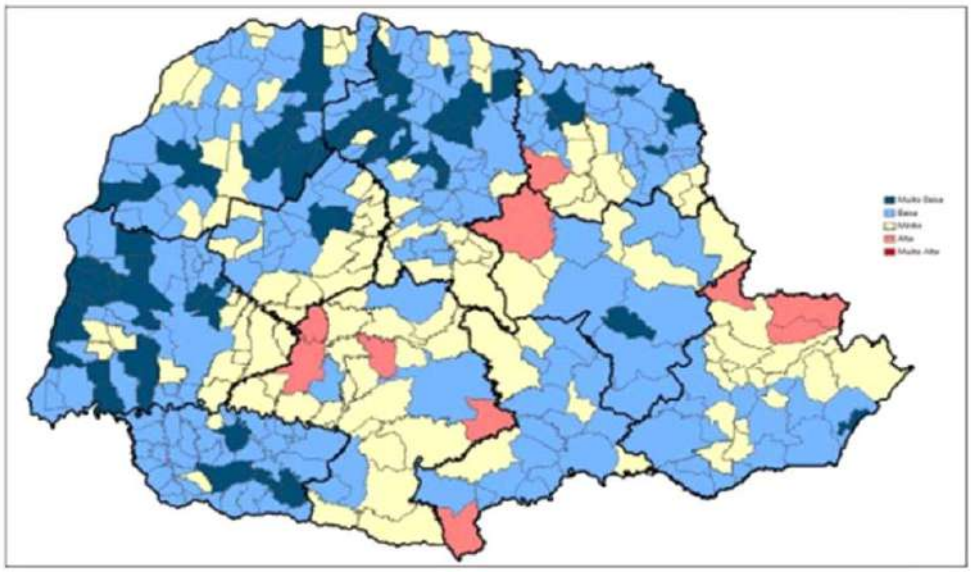

Figura 2: Atlas de vulnerabilidade social nos municípios brasileiros (IPEA, 2015).

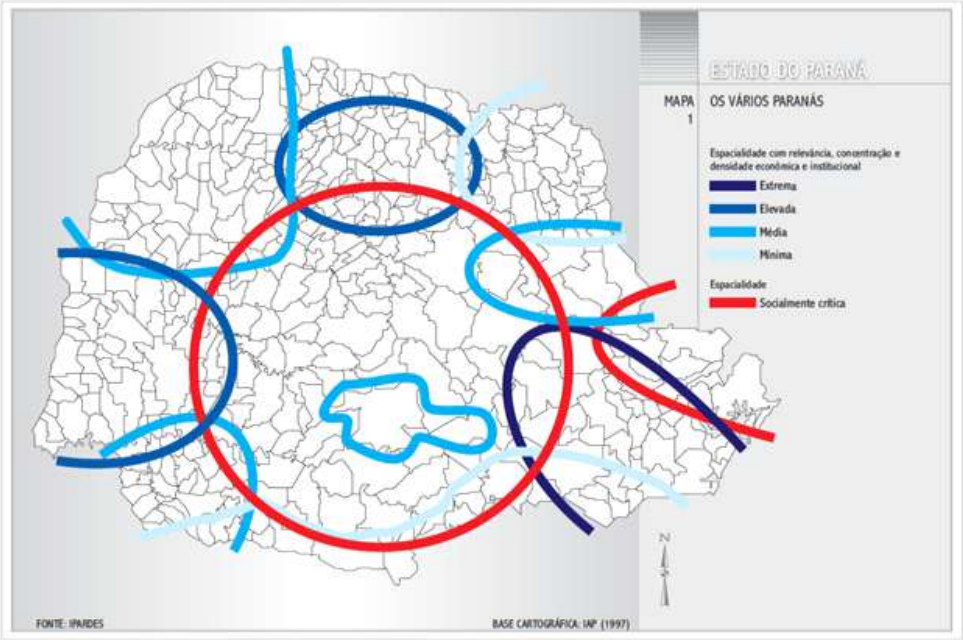

Figura 3: Caracterização Econômica Regional do Paraná (IPEA, 2015).

A relevância da atuação do IFPR no campo da formação continuada dos professores e dos demais profissionais da Educação Básica constitui uma demanda declarada por instituições de atuação em âmbito regional: Núcleo Regional de Educação (NRE) com sede em Pitanga; Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Rural e Urbano Sustentável da Região Central do Estado do Paraná (CID – Centro); Associação dos Municípios do Centro do Paraná (AMOCENTRO); grupo gestor do Território da Cidadania Paraná Centro; Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional para o Desenvolvimento Local (CONSAD) e a Secretaria Municipal de Educação de Pitanga.

Nesse contexto, Pitanga se encontra, geograficamente, em uma região estratégica para contribuir com a ampla formação de docentes da área de Licenciatura em Pedagogia. Por um lado, o curso de Pedagogia do IFPR *Campus* Pitanga pode atingir toda a região central do Paraná e assim proporcionar de maneira significativa com o aumento do número de profissionais habilitados na área de Pedagogia. Por outro lado, conforme a alínea b do inciso VI, art. 7º e art.8º da Lei de criação dos IFs, consiste em objetivos dessas instituições ministrar, em nível superior, cursos de Licenciatura, bem como, programas especiais de Formação Pedagógica, visando a

Formação de Professores para a Educação Básica, conforme a Resolução CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015a), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério.

Nesse intuito, várias instituições oferecem o curso de Licenciatura em Pedagogia no Estado do Paraná, entre elas estão estabelecimentos públicos e particulares, presenciais e a distância, tais como: Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade do Estado do Paraná (UNESPAR), Universidade do Centro do Paraná (UNICENTRO). Conforme dados apresentados pelo Observatório Regional do IFPR (IFPR, 2013a), em sua análise de implantação de cursos de nível superior no *Campus* Pitanga, a microrregião de Pitanga apresenta atualmente seis cursos de licenciatura, entre eles o curso de Pedagogia. No entanto, com a oferta do curso pelo IFPR – *Campus* Pitanga a formação de professores na área da Pedagogia pode ser ampliada e fortalecida.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014a) determina diretrizes, objetivos e metas para a educação brasileira para um período de 10 anos. Sendo que uma delas refere-se a formação de professores da Educação Básica pretendendo alcançar até 2024 a formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento que atuam. Os dados do censo escolar de 2013 indicam que 51,7% dos professores do Ensino Médio não têm licenciatura na disciplina que ministram e que outros 22% não são licenciados.

A Licenciatura em Pedagogia assegura também a formação de profissionais da educação, como previsto no Artigo 64, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996):

> Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

A abertura do curso de Pedagogia no IFPR *Campus* Pitanga contribuirá com a formação científica na área da educação, com o fortalecimento do IFPR como instituição de ensino, pesquisa e extensão, além de contribuir com o desenvolvimento local e regional, estando este

pautado na melhoria da educação. Nesse processo, destaca-se a necessidade de qualificação docente, para orientação da aprendizagem de crianças e adolescentes das classes populares, que apresentam visões de mundo diversas e perspectivas de cidadania variadas. Nesse conjunto, destacam-se necessidades para a gestão escolar, com funções especializadas e descentralizadas para maior autonomia e responsabilidade institucional. Desse modo, a formação para a docência, para cargos de direção, assessoramento as escolas e aos órgãos de administração dos sistemas de ensino justifica sua importância (BRASIL, 2005c).

Assim, o IFPR *Campus* Pitanga apresenta-se como uma instituição responsável pela produção de conhecimento para o desenvolvimento social e econômico da região, tendo lugar fundamental no campo do conhecimento no ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas sociais e políticas de uma região economicamente viável e socialmente justa.

Portanto, a existência de um Projeto Pedagógico de Curso traduz o compromisso da instituição com princípios éticos e acadêmicos que direcionem a produção do conhecimento e a formação de profissionais qualificados para atuar na região, sendo reestruturado de acordo com avaliações diagnósticas que subsidie a permanente reflexão sobre seus limites, buscando adequações mediante novos contextos e novas demandas. Considerando o exposto, a oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia no IFPR *Campus* Pitanga propicia a verticalização do ensino e a expansão do *Campus* como instituição de ensino, pesquisa, extensão e inovação, contribuindo com o desenvolvimento regional pautado na melhoria da educação.

2.2 Objetivos

2.2.1 Objetivo Geral

- Formar profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na formação de professores, e de participar do planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como da organização e desenvolvimento de programas para ambientes não-escolares.

2.2.2 Objetivos Específicos

- Compreender a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia.

- Articular conhecimentos científicos, culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.

- Abordar questões sociais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

- Garantir a educação com vistas à inclusão dos segmentos da sociedade historicamente deixados à margem de seus direitos sociais, culturais, econômicos, políticos.

- Propiciar formação básica e sólida em Pedagogia que permita ao estudante buscar atualização e aprimoramento profissional para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

- Possibilitar a participação do estudante em programas de mobilidade acadêmica e de intercâmbio.

- Incentivar e orientar o desenvolvimento de recursos didáticos e instrucionais relativos à prática da avaliação no processo de ensino e aprendizagem.

- Aprimorar o exercício da docência e demais atribuições profissionais com formação humanística, emancipatória e crítica frente ao contexto cultural, socioeconômico e político da região a que pertence.

- Propiciar a participação em ambientes de produção, difusão científica e cultural no contexto da educação em Pedagogia e áreas afins.

2.3 Concepção de curso

A Educação Profissional, Científica e Tecnológica é um direito social inalienável do cidadão, em termos de direito do trabalhador ao conhecimento. A Constituição Federal, em seu art. 6º, ao elencar os direitos sociais do cidadão brasileiro, relaciona os direitos à educação e ao trabalho. O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais, imprescindíveis para a construção de um mundo com melhores condições humanas e sociais. A referência fundamental para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. É, pois, uma formação que ocorre ao longo da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, envolvendo relações sociais e produtivas. Desse modo a concepção do curso explicita as seguintes dimensões: Filosofia do curso, Fundamentos epistemológicos, Fundamentos epistemológicos da área de conhecimento do curso.

A filosofia do curso em relação a visão de mundo e de ser humano, de sociedade e de cultura, de conhecimento e de educação, de instituição educacional e de conteúdos, fundamenta-se na necessidade de acesso ao conhecimento como fonte de humanização, como direito de todos, uma vez que se constitui no conjunto das relações humanas historicamente desenvolvidas. Nesse panorama, Marx (2013) destaca o trabalho como condição da existência humana, uma relação entre homem e natureza, o que não implica na eliminação da base natural, biológica do ser humano, mesmo que o desenvolvimento social, possível pelo trabalho, ocasione um afastamento da barreira natural, o ser humano sempre irá depender dessa relação. Assim, entende-se que o

trabalho é essencial na constituição humana, é o que permite a passagem do ser orgânico ao ser social, considerando que este necessita da produção material advinda da força de seu trabalho para existir.

Conforme Lukács (2013), a constituição do ser social ocorre historicamente e se desenvolve no decorrer de sua existência, a passagem do ser orgânico, natural ao ser social é possível ser observada apenas pelo desenvolvimento do trabalho em sua essência ontológica, um claro caráter de transição entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho) como orgânica. Pelo trabalho, é possível observar a constituição natural e social da humanidade pela constante relação de superação da natureza imprimindo-lhe forma humana. No trabalho está contida a essência do ser social observando que a realidade social é produto da interação humana e da criação do próprio humano, um ser integralmente histórico e social. Portanto, inferimos a partir de Marx (2013) e de Lukács (2013) que o trabalho como categoria fundante do ser social.

Pelo trabalho, desenvolve-se a linguagem que permite ao ser humano diferenciar-se dos demais animais. Estes se adaptam à natureza, enquanto o ser humano a transforma conforme suas necessidades, adquirindo nesse processo, a consciência de sua própria humanidade por ação consciente, conhecida e determinada. Nessa formação, aos poucos se foi aprendendo a pronunciar cada uma das palavras, sendo a linguagem um instrumento de fixação daquilo que já se conhece e se desenvolve pela necessidade posta na realização de um trabalho. Desse modo, a linguagem é uma manifestação do ser social, um importante instrumento no entendimento da realidade, o que forma, na produção humana, novas ideias e novos conhecimentos (LUKÁCS, 2013).

Ao longo de seu desenvolvimento a humanidade foi concebendo e aprimorando diversas formas de relações com o mundo, conforme Vázquez (2010), relações diferenciadas exigem mudança de atitude, pois cada uma delas satisfaz uma determinada necessidade. Com o advento do modo de produção capitalista, vigente na atualidade, ocorre um empobrecimento do mundo humano, pois as formas de apropriação da realidade restringem-se a apenas um dos sentidos, o sentido objetivo, à revelia da subjetividade humana que se realiza historicamente. Nesse processo, ocorre a ruptura do caráter universal do trabalho e a fragmentação do mesmo levando-o a uma série de operações separadas entre si. A divisão do trabalho representa a divisão do próprio

ser humano, limitando-o à operações repetitivas, que separam o físico do espiritual. De acordo com Vázquez (2010), todos os modos de produção imprimem a divisão social do trabalho, as formas históricas dessa divisão é que necessitam de mudanças, superando a especialização que remete a repetição de uma única atividade sem a ação da consciência. Vázquez (1977) salienta que, no modo de produção capitalista, o físico é separado da consciência, limitando o poder de criação em tarefas executadas em série, em movimentos repetitivos desprovidos de liberdade, alterando de forma incisiva o vínculo entre o ser humano e o que é produzido por ele.

Nesse entendimento, a realidade é percebida de maneira unilateral levando ao senso comum da vida humana, vinculada a regras, ao imediato, aos fenômenos, o que leva a uma relação prática e utilitária com o mundo, visões superficiais e fragmentadas da realidade. De acordo com Kosík (1976), tal condição, ocasiona as desigualdades sociais, pois a essência da vida humana não é dada à priori nem ao acaso, mas incorpora-se ao complexo processo histórico de afastamento das barreiras naturais, ou seja, pela apropriação do conhecimento humano produzido pelo conjunto da humanidade em seu processo histórico e social. Para este autor, a prática cotidiana, utilitária da vida, envolta no mundo da regularidade, precisa ser rompida de maneira que se possa ter consciência da constituição histórica do ser humano. Para Saviani (1985, p.10) é preciso "[...] passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada".

O mundo prático e utilitário deve passar ao mundo das necessidades mediatas, permitindo a participação das pessoas na constituição de sua própria história de maneira consciente e intencional. Nesse processo, destaca-se o papel da educação e das instituições escolares em relação à busca de superar o senso comum, formulando concepções que possam redefinir a realidade, unindo pensamento e ação, teoria e prática (SAVIANI, 1985).

No âmbito da discussão sobre o papel da educação e das instituições escolares diante dos modos de produção é importante considerar incisivas contradições, em especial na sociedade constituída pelos modos de produção capitalista que rompem as relações humanas ao destacar as minorias de forma pontual, desconectadas histórica e socialmente da dinâmica que as envolve. A função da instituição escolar vincula-se às demandas sociais de cada contexto histórico, social e

econômico respondendo às necessidades da sociedade à qual pertence. Desse modo, a educação não é neutra, mas vincula-se à ideologias e à comprometimentos políticos. Nesse pensamento, Gasparin (2009, p. 2), destaca a necessidade de se abordar "[...] os conteúdos de forma contextualizada em todas as áreas do conhecimento humano [...] os conteúdos são sempre uma produção histórica de como os homens conduzem suas vidas nas relações sociais de trabalho em cada modo de produção". Gasparin (2009) entende que o conteúdo escolar, deve voltar-se para a realidade concreta e não apenas as formalidades técnicas, abordando o conhecimento respectivo à valores universais, de maneira a superar o senso comum, apontando possibilidades de mudança para além da realidade posta.

Para Mészáros (2007, p. 112), para que hajam opções educacionais significativas é necessário romper a lógica capitalista. Conforme o autor a educação não é a principal força ideológica que estrutura o sistema vigente, mas é capaz de apontar caminhos radicais de emancipação humana. Neste caso, o papel da educação é apontar alternativas positivas e abrangentes para que haja a ruptura da lógica inumana do capitalismo. Considerando que nesse sistema, os que não têm condições de produzir são colocados à margem da sociedade em alto grau de desumanização que é produzida neste processo, pois o mesmo modo de produção econômica que prega a igualdade de direitos tem revelado ao longo da história ser incapaz de promover a igualdade.

Em relação aos fundamentos epistemológicos da proposta em questão, parte-se do previsto em documentos institucionais do IFPR:

> A Educação Profissional e Tecnológica, enquanto categoria de formação integral pressupõe o desenvolvimento do sujeito, não podendo ficar sua formação restrita à dimensão lógico-formal ou às funções ocupacionais do trabalho. Pelo contrário, ela se dá na interface dos fatores psicossociais e cognitivos, que se desenvolvem através das dimensões pedagógicas das relações sociais e produtivas, com a finalidade de criar as condições necessárias à vida em sociedade. Para avançar na constituição de uma escola comprometida com a emancipação humana nos espaços de contradição da sociedade contemporânea, o IFPR insere-se como um lugar de aprender a interpretar o mundo para, então, poder transformá-lo a partir do domínio dos conhecimentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais, bem como dos seus processos de construção, necessários à superação dos conflitos sociais, em uma sociedade cujas relações são cada vez mais mediadas pela ciência e pela tecnologia. Neste sentido, a concepção de trabalho

> se aproxima da relação entre o homem e a natureza, de maneira que o trabalho torna-se elemento fundamental para a sobrevivência humana, da mesma maneira que contribui para a constituição do sujeito como ser social e cultural (IFPR, 2017b, p. 37).

Além de considerar a concepção de Educação Profissional e Tecnológica, no Anexo I da Resolução 19/2017 do IFPR (IFPR, 2017b), almeja-se integrar Ciência, Tecnologia, Trabalho e Cultura englobando conhecimentos específicos e de desenvolvimento da capacidade de investigação científica favorecendo a autonomia e o desenvolvimento profissional docente por meio de ações de pesquisa, ensino, extensão e inovação.

Para tanto, destaca-se que a proposta do respectivo curso prioriza uma formação humanística emancipatória e crítica, concebendo o conhecimento como fato histórico e social. Nesta concepção, considera-se a humanidade como algo externo às pessoas, sendo produzida historicamente deve ser apropriada pelos representantes da espécie que nem sempre têm acesso aos conhecimentos que os tornam humanos. Portanto, uma educação humanística prioriza o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Mas este não é qualquer conhecimento, segundo Saviani (2005), para que a educação possa humanizar deve ter como referência conhecimentos objetivos, científicos, sistematizados historicamente que tomam forma institucionalizada na escola.

A apropriação de tais conhecimentos possibilita ao indivíduo da espécie humana tornar-se humano. Pois, "[...] o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir [...] é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo" (SAVIANI, 2005, p. 7).

Neste sentido, a apropriação do conhecimento não ocorre na experiência imediata, mas de forma mediada e "Ao garantir a apropriação do saber escolar, a escola está também possibilitando o desenvolvimento de formas mais elaboradas de pensar e sentir o mundo" (MEIRA, 2012, p. 94). Portanto, no decorrer do processo de humanização é preciso assimilar experiência de gerações anteriores adquirindo significações, concedendo-lhes sentidos pessoais. O sentido e o significado das ações são contínuos na consciência humana, estes são apreendidos pela atividade.

Assim, é preciso entender o objetivo das atividades propostas, provocar respostas e projetar novas necessidades, vinculadas à formação humana.

Considerando a constituição de uma educação que seja emancipadora Saviani (1985, p. 10) é consonante ao afirmar que é preciso ocorrer a passagem do "senso comum à consciência filosófica", ou seja, é preciso "passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada". Negar uma educação com estes propósitos significa exclusão do processo, mesmo que, aparentemente esteja incluso. Neste caso, não há conforto em uma educação empobrecida e direcionada às necessidades do sistema econômico vigente como é de praxe, mas uma educação que fomente mudanças sociais, uma educação vinculada à vida, que analisa constantemente a realidade de forma crítica. Entendemos tal análise da realidade a partir de Gasparin (2009), pelo qual ser crítico é saber que os fatos e aquilo que se faz, apresentam pelo menos dois aspectos, várias perspectivas, ponderar a necessidade de algo analisando limitações e determinações, considerando que as pessoas não são absolutas, mas interdependentes.

Neste âmbito, destaca-se uma educação de cunho crítico que supere o empírico, passe pela abstração e chegue ao concreto, ou seja, a passagem do senso comum à consciência filosófica implica a passagem do empírico ao concreto o que concerne superar o princípio de não contradição pelo princípio da contradição situando a educação em uma perspectiva crítica. Esta perspectiva, conforme Vázquez (1977), permite transformar o mundo criadoramente.

Nesse sentido, a construção da unidade teoria e prática pressupõe a capacidade de vislumbrar a dimensão prática da teoria e a dimensão teórica da prática, processo pelo qual, ambas se transformam em práxis. Desse modo a teoria corresponde a construções conectadas a realidade, portanto, históricas. Elas representam formas de significação da realidade resultantes de um determinado tempo e de um determinado lugar, vinculadas ao contexto particular que as constituíram e das experiências históricas em processo. Essa perspectiva de movimento tem como ponto de partida e como ponto de chegada a prática social, pela qual pode-se teorizar e problematizar práticas vividas, revitalizando tanto a teoria quanto a prática. Desse modo, a atividade humana torna-se por excelência teórica e prática desvinculada de uma visão

contemplativa da realidade, mas algo vinculado a produção de conhecimento sobre e a partir da prática social, visando transformações pela prática social que orientam a abordagem dos componentes curriculares de modo que não ocorram fragmentações no processo de ensinar e aprender.

Em relação aos Fundamentos epistemológicos da área de conhecimento do curso, destaca-se o alinhamento ao Parecer CNE/CP nº 5/2005 (BRASIL, 2005c), o qual salienta o trabalho com conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos por estas desencadeados.

Para a formação em Pedagogia é central o conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com equidade educação para e na cidadania. Nesse processo, a instituição escolar se constitui em forte mecanismo de desenvolvimento e valorização das culturas étnicas e de sustentabilidade econômica, territorial das comunidades, bem como de articulação entre as organizações tradicionais e o restante da sociedade brasileira (BRASIL, 2005c).

Também é central, para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas educativas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortalecem ou enfraquecem identidades, reproduzem ou criam novas relações de poder. Tais processos e os conhecimentos neles produzidos, de um lado espera-se que contribuam para o periódico redimensionamento das condições em que educadores e educandos participam dos atos pedagógicos em que são implicados. De outro lado, espera-se que forneçam informações para políticas destinadas à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como à formação de professores e de outros educadores para essas etapas de escolarização. Políticas essas que

busquem garantir, a todos, o direito à educação de qualidade, em estabelecimentos devidamente instalados e equipados, gerida por profissionais qualificados e valorizados (BRASIL, 2005c).

Finalmente é central a participação na gestão de processos educativos, na organização e funcionamento de sistemas e de instituições de ensino, com a perspectiva de uma organização democrática, em que a corresponsabilidade e a colaboração são os constituintes maiores das relações de trabalho e do poder coletivo e institucional, com vistas a garantir iguais direitos, reconhecimento e valorização das diferentes dimensões que compõem a diversidade da sociedade, assegurando comunicação, discussão, crítica, propostas dos diferentes segmentos das instituições educacionais escolares e não-escolares. Com efeito, a concepção do curso de Pedagogia constitui-se pelo conhecimento que sustenta a conexão entre a formação inicial, o exercício da profissão e as exigências de educação continuada. O mesmo ocorre com a formação de outros cursos, o que mostra a conveniência de uma base comum de formação entre as licenciaturas, de modo a, no plano institucional, derivar em atividades de extensão e de pós-graduação, das quais formandos ou formados das diferentes áreas venham juntos participar (BRASIL, 2005c).

Desse modo, a concepção do curso em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não escolares, que tem a docência como base. Nesta perspectiva, a docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia. Nesse conjunto, constitui-se na confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas, laborais (BRASIL, 2005c).

A ênfase na Docência pressupõe um projeto de formação de professores para o Ensino Fundamental que é responsabilidade histórica do curso de Pedagogia. De maneira a garantir a qualidade do profissional que venha a superar a atual situação da Educação Fundamental no Brasil. Essa superação viabiliza-se quando o profissional porta-se como pesquisador de sua própria prática. Nesse conjunto, salienta-se a ênfase na formação de Gestor de Processos Educativos possibilitando uma visão ampla e global da escola e dos sistemas educacional e suas responsabilidades pela gestão, planejamento, supervisão e orientação das atividades educativas.

2.4 Perfil do egresso

O conhecimento a ser adquirido durante o curso de Pedagogia corresponde a investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. O propósito dos estudos destes campos é nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não-escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2005c). O curso de Licenciatura em Pedagogia apresenta aspecto interdisciplinar, convergindo diversas áreas do conhecimento, tais como, a Filosofia, a Sociologia, a História, a Psicologia, a Antropologia, entre outras, sendo possível participar no debate educacional e na orientação de políticas e projetos educativos na atualidade.

Para traçar o perfil do egresso do curso Pedagogia, há de se considerar que:

> - o curso de Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social;
> - a docência compreende atividades pedagógicas inerentes a processos de ensino e de aprendizagens, além daquelas próprias da gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, como também na produção e disseminação de conhecimentos da área da educação;
> - os processos de ensinar e de aprender dão-se, em meios ambiental-ecológicos, em duplo sentido, isto é, tanto professoras(es) como alunas(os) ensinam e aprendem, uns com os outros;
> - o professor é agente de (re)educação das relações sociais e étnico-raciais, de redimensionamentos das funções pedagógicas e de gestão da escola (BRASIL, 2005c).

Desse modo, o perfil do licenciado em Pedagogia deve conter formação teórica e conhecimentos práticos que se articulam no decorrer do curso. Ao serem considerados tais aspectos, a atuação do licenciado em Pedagogia deve abarcar:

> - docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;
> - gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;
> - produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional (BRASIL, 2005c).

Conforme o Parecer CNE/CP nº 5/2005 (BRASIL, 2005c), Art. 5º, o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

> I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
> II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
> III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
> IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
> V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
> VI - aplicar modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
> VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
> VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
> IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

> X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
> XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
> XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
> XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
> XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
> XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
> XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.
> § 1º No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham, das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:
> I - promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;
> II - atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

2.4.1 Áreas de atuação do egresso

As Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, estabelecidas na Resolução CNE/CP nº 1/2006 (BRASIL, 2016c), com fundamento nos Pareceres CNE/CP nº 5/2005 (BRASIL, 2005c) e nº 3/2006 (BRASIL, 2006a), são norma nacional aplicável à:

> [...] formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

> I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
> II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
> III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (BRASIL, 2016a).

Professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas em âmbito não escolar; produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares, segundo Parecer CNE/CP nº 5/2005 (BRASIL, 2005c).

Nesse panorama, o curso de Pedagogia compreende a formação para o exercício integrado e indissociável da docência, da gestão dos processos educativos escolares e não-escolares, da produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional. Sendo a docência a base da formação oferecida, os seus egressos recebem o grau de Licenciados e Licenciadas em Pedagogia, podendo atuar como docentes na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e em disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio, na modalidade Normal e de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras em que disciplinas pedagógicas estejam previstas, no planejamento, execução e avaliação de programas e projetos pedagógicos em sistemas e unidades de ensino, e em ambientes não escolares.

2.4.2 Acompanhamento de Egressos

O acompanhamento é realizado por monitoramento de egresso, que articula a formação geral com a formação profissional, conforme previsto no PDI (IFPR, 2017g, p. 67):

> Monitoramento de egressos – o periódico contato com egressos com o intuito de acompanhar os estudantes do IFPR mesmo após a conclusão de seus cursos, mantendo banco de dados específico e promovendo ações de integração que podem servir para consolidar e avaliar políticas institucionais de formação ou de difusão tecnológica.

Dessa forma, o acompanhamento do egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia visa assegurar a comunicação entre este e a instituição, divulgando informações sobre sua área de formação, eventos acadêmicos-científicos, atividades de formação continuada e oportunidades profissionais.

Além disso, levantar dados em relação a interesses e necessidades para a oferta de formação continuada, promovendo encontros, cursos de extensão, palestras, a fim de atualizar e/ou complementar os saberes adquiridos ao longo do curso finalizado, contribuindo para a inserção no mundo do trabalho.

2.4.3 Registro Profissional

A habilitação profissional do professor está fundamentada na seguinte legislação: Portaria nº 524/98, de 12 de junho de 1998; Lei nº 1.139, de 28 de outubro de 1992 (BRASIL, 1992); Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996); Resolução nº 02, de 26 de junho de 1997 (BRASIL, 1997b); Decreto Federal nº 3.276, de 06 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999b) e Lei nº 10.639, de 09 janeiro de 2003 (BRASIL, 2003b).

2.5 Metodologia e estratégias pedagógicas

Conforme propõe Pacheco (2011), a orientação pedagógica dos Institutos Federais deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios, priorizando a compreensão do mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, o currículo e as práticas pedagógicas buscam problematizar a realidade de forma que as respostas se tornem novo ponto de partida na busca constante do conhecimento,

entendendo-o de forma histórica e, portanto, como processo, como percurso dinâmico. Para tanto, são destacados diversos procedimentos didáticos pedagógicos, como atividades teórica, demonstrativas e práticas contextualizadas. O processo de ensino e aprendizagem extrapola os limites da sala de aula, desenvolvendo-se significações pessoais e coletivas aproximando-se da realidade.

Tal posicionamento implica na articulação entre o conteúdo e a sociedade, como elemento de entendimento e transformação social. Conforme Gasparin (2009, p. 2) isso implica em trabalhar o conteúdo "[...] de forma contextualizada em todas as áreas do conhecimento humano [...] os conteúdos são sempre uma produção histórica de como os homens produzem sua vida nas relações sociais de trabalho em cada modo de produção". O conteúdo, dessa maneira, expande-se em múltiplas determinações contidas no todo social, a apropriação do conhecimento deixa de ser um produto fragmentado, anistórico, mas representa a vida em diversas dimensões da mesma realidade.

Gasparin (2009) afirma que os conteúdos escolares não estão na escola, mas fora dela. Na escola torna-se teoria é ensinado e volta à sociedade. Nesses termos, o que muda a sociedade é a prática, que representa a essência da vida social, mas não há prática eficaz sem a teoria, ou seja, teoria e prática juntas formam a práxis, que é a prática imbuída da teoria. Pela práxis o ser humano é levado a refletir, considerar as contradições que se impõem no processo histórico como forma de ampliar a concepção da realidade em suas múltiplas determinações.

Saviani (1985) destaca que o povo detém a prática transformadora do homem de massa, mas acolhe concepções hegemônicas sem questioná-las. Pensamentos hegemônicos se convertem em senso comum, obtendo o consenso de todas as camadas que integram a sociedade, sendo necessário extrair o que aí tem de positivo, ou seja, *o bom senso*, elaborando-o de maneira que se conceba um mundo em consideração às demandas populares superando concepções dominantes. Para o autor supracitado a elevação do nível cultural é uma necessidade ao considerarmos a superação de forças hegemônicas, permitindo olhares diferenciados sobre a realidade, concebendo a educação como instrumento de luta e transformação por meio da práxis criadora.

A consciência comum é incapaz ao ser deixada por si só de "superar sua concepção espontânea e irreflexiva da atividade prática e ascender a uma verdadeira concepção – filosófica

– da praxis" (VÁZQUEZ, 1977, p. 16). A educação, nesse sentido, busca romper os "[...] interesses dominantes aqueles elementos que estão articulados em torno deles, mas não inerentes à ideologia dominante e rearticulá-los em torno dos interesses populares, dando-lhes a consciência, a coesão e a coerência de uma concepção de mundo elaborada" (SAVIANI, 1985, p. 10-11).

Neste âmbito, é preciso considerar que as sociedades humanas se estruturam pelo trabalho, concebendo-o como a transformação da natureza de acordo com suas necessidades, constituindo um mundo humano. Neste processo, Saviani (2007) afirma que educação e trabalho não de dissociam, são atributos essenciais do ser humano que se define pela racionalidade, o que denota uma não casualidade em relação à capacidade de trabalhar e educar.

O trabalho costura as diferentes formas de educação, nas diferentes formas de vida, no conjunto da história. A produção da existência pela transformação da natureza produz o próprio homem, o que denota um ato educativo de produzir-se a si mesmo no processo de trabalho. Assim, "A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem" (SAVIANI, 2007, p. 154).

Desse modo, a organização curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia, está estruturada à construção de conhecimento que articula teoria e prática, capacitando o estudante no domínio e uso dos conteúdos integrados teórica e praticamente ao seu cotidiano. O compromisso do processo educativo é o desenvolvimento integral, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória e de destaque dos sujeitos envolvidos nesse processo.

O IFPR *Campus* Pitanga oferece equipe multiprofissional contando com psicólogo e assistente social. Será oferecido Atendimento Pedagógico que pretende, principalmente, orientar e auxiliar os discentes da instituição no tocante as lacunas no processo de ensino e aprendizagem, com o intuito de potencializá-lo. O Atendimento Pedagógico torna-se relevante à medida que atende aos discentes em sua diversidade e, por meio de orientações, busca estratégias de organização dos estudos, superação das dificuldades de aprendizagem, resolução de problemas que estejam interferindo no processo de ensino e aprendizagem. Sob responsabilidade da equipe

pedagógica e da coordenação de curso será desenvolvido um esquema de diagnóstico de dificuldades de aprendizagem e estratégias de recuperação de estudos que proporcione aos estudantes o pleno acompanhamento do desenvolvimento do curso.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFPR *Campus* Pitanga, pretende viabilizar a realização de diversas atividades articuladas ao ensino, tais como monitoria, pesquisa e atividades de extensão. A monitoria é uma atividade auxiliar à docência podendo ser remunerada mediante editais de assistência estudantil do IFPR, exercida por discentes regularmente matriculados no curso, visando o maior envolvimento desses e contribuindo para a diminuição das taxas de evasão.

A participação discente em atividades de extensão é de suma importância para que haja a aproximação entre a comunidade interna e externa. Para tanto, os docentes deverão desenvolver projetos e ações que garantam a interação e a atuação dos discentes na transformação da realidade local.

2.5.1 Relação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação

A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão deve acontecer ao longo de todo o curso, desde as propostas curriculares até as atividades extracurriculares que poderão ocorrer dentro ou fora da Instituição. Conforme o Parágrafo único da Instrução Interna de Procedimentos - IIP nº 002/2014 PROENS/IFPR, de 06/09/2017 (IFPR, 2017), que dispõe sobre a oferta de cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Paraná, as ações de integração da pesquisa, extensão e inovação ao ensino estão articuladas com as atividades curriculares com vistas ao atendimento integral do constante nas políticas e legislação institucionais, bem como com a legislação referente à pesquisa, extensão e inovação no âmbito nacional.

Ademais, também é importante ressaltar que as atividades de pesquisa, extensão e inovaçãosão articulam-se pela integração da teoria, prática pedagógica e sociedade. O que decorre da preocupação de transcender os limites da sla de aula incorporados aos conhecimentos da realidade circundante, especialmente no que diz respeito ao mundo do trabalho.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia está organizado de modo a permitir flexibilidade curricular, possibilitando ao discente, trajetórias em áreas afins e/ou correlatas, desde que estas contribuam para o perfil do egresso, no intuito de dimensionar as suas potencialidades e contribuir com a sua autonomia intelectual e profissional diante do mundo do trabalho em constante transformação.

Os componentes curriculares da área pedagógica oferecem embasamento para a prática docente possibilitando a inserção no mundo do trabalho, o Estágio Supervisionado em suas várias modalidades permite o contato do discente com a futura profissão. A Atividade Prática como Componente Curricular (APCC) tem como objetivos a experimentação de elementos da prática pedagógica desde o início da formação e debates de questões educacionais.

A matriz curricular foi planejada de modo a permitir espaços de flexibilização da trajetória de aprendizagem, oferecendo componentes curriculares optativos. Com a finalidade de reforçar a inserção de ações com valorização extensionista e visão social são previstas discussões em relação ao desenvolvimento da sociedade, cultura e diretos Humanos nos componentes curriculares Ciência, Tecnologia e Sociedade e Educação em Direitos Humanos. Além disso, o estudante deverá cumprir um mínimo de 200 (duzentas) horas de atividades acadêmico-científico-culturais, denominadas Atividades Complementares (AC), sendo obrigatórias para integralização da carga horária total do curso. Tais atividades visam aprimorar a formação, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos críticos, autônomos e reflexivos conscientes de seus direitos e deveres e de seu ser e estar no mundo. As Atividades Complementares seguem regulamento próprio.

As produções provenientes de trabalhos de iniciação científica, extensão, projetos de pesquisa e relatórios de estágio ou similares serão divulgados em eventos científicos e/ou periódicos da área. Os trabalhos desenvolvidos por bolsistas e demais integrantes, sob a orientação de professores, serão divulgados no Encontro Científico de Inovação, Pesquisa e Extensão (ECIPE) que ocorre anualmente no *Campus* Pitanga, onde serão selecionados trabalhos a serem apresentados no SE²PIN – Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação – promovido anualmente pelo IFPR. Eventualmente serão ofertados cursos de extensão, semana de

curso, palestras e seminários que possam contribuir para uma formação ampla e integrada às diversas áreas de conhecimento.

Serão desenvolvidos projetos interdisciplinares de pesquisa e extensão com propostas de reflexão acerca do processo de ensino aprendizagem e dos desafios da educação atual estabelecendo uma ponte entre o IFPR e as escolas de Ensino Básico.

O IFPR promove a pesquisa, inovação e extensão por meio do oferecimento de bolsas em programas como PRADI, PIBIC, PIBEX, do apoio ao pesquisador como PIAP, além do Programa de apoio a participação em eventos estudantis que tem por objetivo apoiar a participação de discentes do IFPR matriculados nos cursos regulares, em eventos de natureza científica, cultural, política e esportiva, no território nacional e/ou do MERCOSUL, custeando despesas com inscrição, hospedagem, alimentação e transporte. As práticas de pesquisa, extensão e inovoção relacionada ao curso de Licenciatura em Pedagogia devem estar de acordo com a legislação nacional, desta forma, os produtos que por ventura forem desenvolvidos deverão seguir as políticas de pesquisa, extensão e inovação do IFPR, registro de propriedade intelectual e depósito de pedido pantentário.

Como estratégias metodológicas para incorporar pesquisa, ensino e extensão, integrando-os aos princípios educacionais que fundamentam a atuação docente, destacamos: a) Fomentar a ética científica de forma que as comunidades que participam da investigação e o pesquisador em formação possam atuar na promoção do bem-estar das comunidades envolvidas nas pesquisas. b) Identificar campos de estágios docentes fora do âmbito acadêmico. c) Contribuir com a ruptura da hierarquia entre ensino, pesquisa e extensão. d) Legitimar e ampliar o diálogo com a sociedade em que se encontra a instituição escolar. e) Enfatizar intervenções nos processos sociais e na produção de conhecimentos.

Considerando o exposto, serão criados Seminários Interdisciplinares que enfatizam: 1) práticas de pesquisa (de caráter geral); 2) práticas extensionistas e inovadoras. Em relação a essas últimas serão divulgadas e fortalecidas, junto aos estudantes.

2.5.2 Tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem

No IFPR *Campus* Pitanga todas as salas de aula contam com equipamentos multimídia que permitem aos docentes o uso de recursos didáticos digitais. As salas também possuem acesso à *internet* possibilitando aos docentes o rápido acesso a informações, a exibição de vídeos didáticos, experimentos virtuais e demais recursos disponíveis que contribuam com o processo de ensino e aprendizagem.

A *internet* no *Campus* é oferecida tanto via *wireless* como por meio de pontos de acesso cabeados na biblioteca, facilitando aos discentes o acesso a conteúdos para realização de pesquisas, elaboração de trabalho, relatórios e demais atividades propostas. O *Campus* oferece ainda, laboratório de informática com 35 computadores com acesso à *internet.* O laboratório de Ciências conta com computador próprio para uso em aulas e atividades de pesquisa.

O IFPR utiliza o sistema *Karavellas* que permite ao docente realizar atividades em ambiente virtual de aprendizagem. No *Karavellas* o docente pode interagir com os discentes, criar fóruns de discussão, disponibilizar materiais que podem ser acessados.

O curso de Licenciatura em Pedagogia busca formar profissionais capazes de utilizar Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação e, para tanto, oferece o componente curricular Educação e Novas Tecnologias e o componente curricular Ciência, Tecnologia e Sociedade, direcionando o uso de *softwares* livres relacionados ao contexto do curso de Licenciatura em Pedagogia.

2.5.3 Educação Inclusiva

A educação inclusiva foi incorporada ao curso de Licenciatura em Pedagogia sob os seguintes aspectos: adequação da matriz curricular e ações institucionais.

A Matriz Curricular conta com componentes curriculares de Libras, em cumprimento ao Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005a), de Altas Habilidades, Superdotação, Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem, de Educação e Inclusão I e de

Educação e Inclusão II. Além disso, dispõe da política de inclusão do IFPR mediante cotas nos processos seletivos.

O IFPR *Campus* Pitanga busca promover a inclusão, mediante ações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), buscando desenvolver ações que garantam a permanência e o êxito escolar aos estudantes com necessidades especiais. O *Campus* Pitanga conta com a estrutura padrão do bloco administrativo do Instituto Federal do Paraná que se adequa ao atendimento de estudantes em inclusão. O prédio conta com quatro banheiros adaptados, sinais braile, elevador para cadeirante, portas largas, entre outros. O IFPR *Campus* Pitanga, também disponibiliza um computador com *software* para estudantes com deficiência visual, teclado baixa visão, impressão braile e fones de ouvido. Além disso, a instituição mostra-se constantemente preocupada em cumprir com o expresso no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004a), que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 (BRASIL, 2000a), oferecendo prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e outras providências, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000b), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência definidas. O IFPR *Campus* Pitanga conta com uma equipe de profissionais, contendo psicólogo e assistente social, capacitados para identificar e orientar ações no processo de ensino aprendizagem com a finalidade promover uma educação inclusiva a discentes com necessidades especiais, respeitando as diferenças que envolvem a deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

2.5.4 Integração

2.5.4.1 Integração com a Pós-Graduação

As ações educacionais do IFPR viabilizam a verticalização do ensino, por meio de políticas de atuação que articulam diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica. Como um curso da modalidade Licenciatura, será possível ao egresso prosseguir os estudos no curso de Pós-Graduação, oferecido pelo IFPR *Campus* Pitanga, em

Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica, contribuindo com a superação da visão tradicional fragmentada do currículo, responsável por segmentar as práticas disciplinares e o entendimento do mundo. A qualificação do trabalho docente, a partir da perspectiva de formação integral dos sujeitos, confere um caráter inovador ao processo educacional. Além disso, são desenvolvidas ações tais como: projetos de extensão, pesquisa, inovação e ensino que integram discentes da Graduação e da Pós-Graduação a fim de promover a formação continuada.

2.5.4.2 Mobilidade estudantil e internacionalização

O IFPR *Campus* Pitanga busca pelos meios legais fomentar e divulgar ações e parcerias com demais instituições que contribuam para os processos de internacionalização, destacando que:

> O IFPR, em sua contribuição para a formação do estudante, assume o compromisso de proporcionar-lhe a mobilidade escolar/acadêmica, a qual envolve os intercâmbios nacionais e internacionais. Seja por meio de programas do Governo Federal, como o Ciência sem Fronteiras, ou por iniciativas próprias decorrentes de demandas locais, a mobilidade estudantil busca colaborar com a formação integral do estudante de maneira inclusiva, transformadora e comprometida com o desenvolvimento humano (IFPR, 2017g, p. 167-168).

2.5.5 Material Didático

O material didático institucional previsto, disponibilizado aos estudantes, possibilita a formação definida no Projeto Pedagógico do Curso considerando os aspectos: abrangência, acessibilidade, bibliografia, adequada às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.

MATERAIS DIDÁTICOS REFERENTES AO PRIMEIRO ANO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO (a ser adquirido)	QUANTIDADE
Animais Pula- Pula	05
kit 10 fantoches de dedo	10
kit 6, 7, 8 Fantoches	10
Caixa Organizadora 30 Litros	05

Brinquedo Pedagógico Educativo - Bonecos de Pelúcia	20
Brinquedo Pedagógico Educativo - Carrinhos de brinquedo	20
Brinquedo Pedagógico Educativo - Material dourado - 611 peças	5
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 500 peças	5
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 1000 peças	2
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 48 peças	5
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça Progressivo 16/25/49 Peças	10
Brinquedo Pedagógico Educativo - Formas Geométricas - 16 peças	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Túnel Infantil - 1,80m	02
Brinquedo Pedagógico Educativo - Tangran 70 peças mdf	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Formação de Palavras - 72 peças	10
Tapete Infantil Amarelinha 13 peças	02
Brinquedo Pedagógico Educativo - Jogo da Memória Infantil 40 peças	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Jogo da Memória - Formas Geométricas	06
Brinquedo Pedagógico Educativo - Aramado Borboleta	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 150 Peças	07
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 250 Peças	03
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 100 Peças	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 500 Peças	05
Livros de tecido	200
Livros Infantis	500
Brinquedo Pedagógico Educativo - Pequeno Construtor	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Alfabeto Silábico 354 Peças	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Numerais - 37 peças	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Dado de Pelúcia Grande	10
Brinquedo Pedagógico Educativo - Baú Pedagógico	10

2.5.6 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes

Para o curso de pedagogia, pretende-se utilizar tecnologias de aprendizado virtual, que popularmente são softwares conhecidos como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os AVA, com suas características e finalidades auxiliam docentes e discentes a aperfeiçoar as práticas da sala de aula (ROCHA; FILHO; GOMES, 2017).

Em específico para o curso a utilização será com o software e/ou ferramenta disponibilizada pela instituição de ensino.

2.5.6.1 Atividades de Tutoria

A orientação do docente do componente Estágio Curricular Supervisionado será realizada por meio de carga horária semipresencial utilizando meio eletrônico. O contato com o discente ocorrerá por meio eletrônico para envio de materiais, solicitação de atividades de pesquisas, relatórios de atividades práticas e teóricas e acompanhamento de plano de aula.

As atividades de tutoria, consistem, mas não limitam-se a: postagem de atividades; elaboração de fóruns de discussão; postagem de avaliações; postagem de materiais complementares; postagem de conteúdo multimídia.

2.5.7 Atividades Práticas de Ensino

Conforme as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, da Formação de Professores e da área de conhecimento da Licenciatura, o curso de Pedagogia em sua Matriz Curricular prevê atividades práticas de ensino pela oferta dos componentes: Prática de Ensino de Língua Portuguesa; Prática de Ensino de Matemática; Prática de Ensino de Educação Física; Prática de Ensino de Arte; Prática de Ensino de Geografia; Prática de Ensino de História; Prática de Ensino de Ciências; Prática Docente I; Prática Docente II; Prática Docente IIII e Prática Docente IV.

2.6 Estrutura curricular

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia está organizada em acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 2/2015 (BRASIL, 2015a), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Organiza-se ainda pelas diretrizes institucionais inclusas na Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 (IFPR, 2011b), na Resolução CONSUP/IFPR nº 19/2017 (IFPR, 2017b).

A formação do estudante em Pedagogia segue as orientações do Parecer CNE/CP nº 05/2005 (BRASIL, 2005c) que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia e no Parecer CNE/CP nº 3/2006 (BRASIL, 2006a). A flexibilização curricular como forma de possibilitar ao egresso uma formação humanística sem que haja prejuízo em sua formação científica, didática e tecnológica é um princípio estabelecido por essas diretrizes. A estrutura curricular corrobora com a formação contextualizada que envolve conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana. A partir disso, a matriz curricular procura pela distribuição de conteúdos, disponibilizar conhecimentos necessários para atender os objetivos do curso.

Em atendimento à Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008b) e a Resolução CNE/CP nº 1/2004 (BRASIL, 2004c) e nº 2/2015 (BRASIL, 2015a) sobre as temáticas História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Quilombola, serão abordadas nos componentes curriculares: Prática de Ensino de História, Docência e Diversidade Cultural II.

Em atendimento a Nota Técnica nº 24/2015 (BRASIL, 2015b) que trata sobre o conceito de gênero do Plano Nacional de Educação, tais temáticas permeiam os conteúdos curriculares, especificamente nos componentes rsidad curriculares: Linguagem, Identidades e Formação de Profesores; Docência e Diversidade Cultural I; Docência e Diversidade Cultural II.

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (BRASIL, 2003a), que discorre sobre os Processos de Envelhecimento, será abordada pelos componetes: Docência e Diversidade Cultural II e Educação de Jovens e Adultos.

Considerando a Resolução CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2015a) sobre a Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos e a Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012a) sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, os componentes curriculares Políticas Educacionais e Gestão Escolar, Educação em Direitos Humanos, Altas Habilidades, Superdotação, Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem respectivamente, Educação e Inclusão I, Edicação e Inclusão II, abordam tais temáticas.

A Lei nº. 9.795/1999 (BRASIL, 1999a), o Decreto nº. 4.281/2002 (BRASIL, 2002c) e a Resolução CNE/CP nº. 02/2012 (BRASIL, 2012b), que abordam a temática da Educação Ambiental, e a Lei nº. 11.947/2009 (BRASIL, 2009a), que trata da temática da Educação

Alimentar e Nutricional serão abordadas no componente curricular Educação e Interdisciplinaridade.

Em atendimento a Lei nº. 9.503/1997 (BRASIL, 1997a) será oferecida palestras sobre a temática Educação para Segurança no Trânsito, sendo que a carga horária da mesma poderá ser computada como AC.

Conforme o Decreto nº. 5.626/2005 (BRASIL, 2005a), a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) será oferecida como componente curricular obrigatório.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 01/2012 (BRASIL, 2012c) e o Parecer CNE/CP nº 8/2012 (BRASIL, 2012e) é ofertado o componente curricular de Educação em Direitos Humanos.

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia apresenta:

Atividade	**Carga Horária (em hora relógio)**
Atividades Estruturadas pelos componentes curriculares de Formação Geral e de Aprofundamento	2227h
Prática como Componente Curricular	408h
Estágio Supervisionado	400h
Atividades Complementares	200h
Total de Efetivo Trabalho Acadêmico	3235h

Tabela 1: Estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia.

A integralização da carga horária do curso é estabelecida para ser cumprida no prazo mínimo 4 e no máximo 7 anos, de acordo com a Resolução CONSUP/IFPR nº 14/2014 (IFPR, 2014c), que alterou a Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 (IFPR, 2011b). Como forma de atender a flexibilização, a contextualização e a atualização permanente do currículo são ofertadas as AC, os componentes curriculares optativos, as APCC o Estágio Supervisionado entre outros

componentes. Além disso, o regime escolar é definido por componente curricular possibilitando ao discente realizar matrículas em componentes de diferentes períodos do curso.

Os componentes curriculares relacionados a formação específica encontram-se distribuídos ao longo do curso numa sequência que vai do simples ao complexo buscando relacionar os componentes entre si de modo que seja evitada uma visão fragmentada dos conteúdos.

A matriz curricular prevê atividades práticas como componentes curriculares vinculadas aos componentes teóricos de Pedagogia. Tais componentes garantem a experiência prática na formação. Nesse processo, entende-se que as atividades práticas são parte importante para o ensino e pode ser compreendida como uma ferramenta para a construção de conhecimentos pedagógicos que poderá ser incorporada pelo estudante em sua futura prática docente.

A abordagem prática apresenta caráter integrador que fomenta a pesquisa, a inovação, a contextualização e a inter-relação entre teoria e prática.

Em conjunto com a formação específica em Pedagogia é essencial que os estudantes possam enfrentar os desafios da docência, sendo abordados no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, aspectos sociais, históricos e políticos. Como forma de atender a esses objetivos as APCC foram inseridas na matriz curricular, permeando todo o processo formativo desde o início do curso, conforme previsto no Anexo II da Resolução CONSUP/IFPR nº 19/2017 (IFPR, 2017b):

> Art. 17: No que se refere a organização curricular, os cursos de Graduação em Licenciatura devem considerar:
> [...] V – Pelo menos um quinto (1/5) da carga horária total do curso deve ser destinada à formação pedagógica, incluídas as Práticas enquanto Componente Curricular – PCCs
> [...] X – a prática como componnete curricular é obrigatória aos cursos de Licenciatura por meio de componentes e atividades que proporcionem a prática de ensino. Deverá ter no mínimo de 400 horas, integradas à carga horária mínima, e distribuídas ao longo do curso.

A estrutura curricular oferece o Estágio Supervisionado desde o 4º semestre do curso, regido por regulamento próprio. O estudante pode vivenciar mediante o Estágio Supervisionado a

docência como prática constituída pela teoria e pela reflexão. Além do Estágio Supervisionado, para a integralização do curso, os estudantes deverão apresentar as ACs, sendo as mesmas não computadas na carga horária semanal por se tratarem de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesses dos estudantes. Estas atividades visam o desenvolvimento nos âmbitos acadêmico, científico e cultural, pela obtenção de conhecimentos adicionais ao Curso, permitindo que o estudante complemente sua formação.

Com base no Artigo nº 81 da Lei nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), na Portaria nº 2.253 de 2001 (BRASIL, 2001b) e na Portaria nº 4.059 de 2004 (BRASIL, 2004d), poderá ocorrer a realização de atividades semi-presenciais nos componentes curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia, desde que respeitada a legislação e que seja previsto nas ementas de cada componente. A orientação docente em relação ao componente curricular poderá ser realizada mediante contato com os estudantes utilizando meio eletrônico.

2.7 Representação gráfica do processo formativo

A tabela a seguir apresenta a organização didático-pedagógica do curso de Licenciatura em Pedagogia:

1° Semestre	(H/A)	2° Semestre	(H/A)	3° Semestre	(H/A)	4° Semestre	(H/A)
Políticas Educacionais e Gestão Escolar	80	História da Educação I	80	História da Educação II	80	Metodologia e Prática de Ensino na Educação Infantil	80
História da Educação no Brasil	80	Jogos e Brincadeiras	80	Psicologia da Educação: Abordagem Comportamental e Histórico-Cultural	80	Fundamentos da Educação II	80
Literatura Infantil na Escola	40	Psicologia da Educação: Abordagem Humanista e Epistemologia	80	Fundamentos da Educação I	80	Psicologia da Educação: Abordagem Walloniana	80

		Genética					
Prática do Ensino de História	40	Prática de Ensino de Geografia	40	Prática de Ensino de Ciências	40	Leitura Escrita e Interpretação de Texto	40
História e Filosofia da Ciência I	40	História e Filosofia da Ciência II	40	Metodologia da Pesquisa I	40	Metodologia da Pesquisa II	40
Prática do Ensino de Arte	40	Filosofia da Educação I	40	Filosofia da Educação II	40	Libras	40
Psicologia da Educação	40	Linguagens Identidades e Formação de Professores	40	Didática I	40	Didática II	40
Educação de Jovens e Adultos	40						
5° Semestre	**(H/A)**	**6° Semestre**	**(H/A)**	**7° Semestre**	**(H/A)**	**8° Semestre**	**(H/A)**
Metodologia e Prática de Ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	**80**	Altas Habilidades, Superdotação, Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem	**80**	Alfabetização: Histórico, Políticas e Função Social	**80**	Sociologia da Educação e Transformação Social	**80**
Políticas Públicas e Gestão da Educação Brasileira	**80**	Docência e Diversidade Cultural I	**40**	Educação e Novas Tecnologias	**80**	Educação em Direitos Humanos	**40**
Prática de Ensino de Língua Portuguesa	**40**	Sociologia da Educação: Pensamento Clássico	**80**	Docência e Diversidade Cultural II	**40**	Planejamento Escolar: Projeto Político Pedagógico	**40**
Alfabetização e Letramento	**40**	Prática de Ensino de Matemática	**40**	Currículo como Espaço de Contrução de Identidades	**40**	Educação e Interdisciplinarida de	**40**

Prática Docente I	40	Prática Docente II	40	Prática Docente III	40	Prática Docente IV	40
Prática de Ensino de Educação Física	40	Educação e Trabalho	40	Optativa	40	Avaliação Escolar	40
Metodologia de Pesquisa III	40	Educação e Inclusão I	40	Educação e Inclusão II	40	TCC II	40
História da Infância no Brasil	40	Metodologia de Pesquisa IV	40	TCC I	40	Estágio Supervisionado IV	144
Estágio Supervisionado I	96	Estágio Supervisionado II	96	Estágio Supervisionado III	144		

Tabela 2: Organização didático-pedagógica do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

2.8 Matriz curricular

Período	Componente Curricular	Núcleo	H/A	H/R	APCC (H/R)
1º Semestre	**Políticas Educacionais e Gestão Escolar**	**2**	**80**	**67h**	**0**
	História da Educação no Brasil	**2**	**80**	**67h**	**0**
	Literatura Infantil na Escola	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Prática de Ensino de História	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	História e Filosofia da Ciência I	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Prática de Ensino de Arte	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Psicologia da Educação	**1**	**40**	**34h**	**0**

	Educação de Jovens e Adultos	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Total		**400**	**338h**	**68h**
	História da Educação I	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Jogos e Brincadeiras	**2**	**80**	**67h**	**0**
	Psicologia da Educação: abordagem humanista e epistemologia genética	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Prática de Ensino da Geografia	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	História e Filosofia da Ciência ll	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Filosofia da Educação I	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Linguagens, Identidades e Formação de Professores	**2**	**40**	**34h**	**0**
2º Semestre	**Total**		**400**	**337h**	**34h**
	História da Educação II	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Psicologia da Educação: Abordagem Comportamental e Histórico-Cultural	**2**	**80**	**67h**	**0**
	Fundamentos da Educação I	**2**	**80**	**67h**	**0**
	Prática de Ensino de Ciências	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Metodologia da Pesquisa I	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Filosofia da Educação II	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Didática I	**1**	**40**	**34h**	**0**
3º Semestre	**Total**		**400**	**337h**	**34h**
4º Semestre	**Metodologia e Prática de Ensino na Educação Infantil**	**2**	**80**	**67h**	**0**

	Fundamentos da Educação II	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Psicologia da Educação: Abordagem Walloniana	**2**	**80**	**34h**	**0**
	Leitura, Escrita e Interpretação de Texto	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Metodologia da Pesquisa II	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Libras	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Didática II	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Total		**400**	**337h**	**34h**
	Metodologia e Prática de Ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	**2**	**80**	**67h**	**0**
	Políticas Públicas e Gestão da Educação Brasileira	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Prática de Ensino da Língua Portuguesa	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Alfabetização e Letramento	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Prática Docente I	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Prática de Ensino de Educação Física	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Metodologia de Pesquisa III	**2**	**40**	**34h**	**0**
	História da Infância no Brasil	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Estágio Supervisionado I	**3**	**96**	**80h**	**0**
5º Semestre	**Total**		**496**	**418h**	**68h**
6º Semestre	**Altas Habilidades, Superdotação, Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem**	**2**	**80**	**67h**	**0**

	Docência e Diversidade Cultural I	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Sociologia da Educação: Pensamento Clássico	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Prática de Ensino de Matemática	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Prática Docente II	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Educação e Trabalho	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Educação e Inclusão I	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Metodologia de Pesquisa IV	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Estágio Supervisionado II	**3**	**96**	**80h**	**0**
	Total		**496**	**417h**	**68h**
	Alfabetização: Histórico, Políticas e Função Social	**2**	**80**	**67h**	**0**
	Educação e Novas Tecnologias	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Docência e Diversidade Cultural II	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Currículo como Espaço de Construção de Identidades	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Prática Docente III	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Optativa	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Educação e Inclusão II	**1**	**40**	**34h**	**0**
	TCC I	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Estágio Supervisionado III	**3**	**144**	**120h**	**0**
7º Semestre	**Total**		**544**	**457h**	**34h**
8º Semestre	**Sociologia da Educação e Transformação Social**	**1**	**80**	**67h**	**0**

	Educação em Direitos Humanos	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Planejamento Escolar: Projeto Político Pedagógico	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Educação e Interdisciplinaridade	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Prática Docente IV	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Avaliação Escolar	**1**	**40**	**34h**	**0**
	TCC II	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Estágio Supervisionado IV	**3**	**144**	**120h**	**0**
	Total		**464**	**391h**	**34h**
1º a 8º semestres	**Atividades Complementares**		**240**	**200h**	**200h**
Curso	**Total**		**3840**	**3232h**	**408h**
Legenda	**H/A - Hora Aula**	**Núcleo 1 - Formação Geral**			
	H/R - Hora Relógio	**Núcleo 2 – Aprofundamento**			
	APCC - Atividade Prática como Componente Curricular	**Núcleo 3 – Integrador**			

DIAGRAMA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - IFPR - CAMPUS PITANGA

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

Diagrama Matriz Curricular - Curso de Licenciatura em Pedagogia - IFPR - Campus Pitanga

NÚCLEO I

NÚCLEO II

NÚCLEO III

1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
História e Filosofia da Ciência I 40	História da Educação I 80	Psicologia da Educação: Abordagem Comportamental e Histórico-Cultural 80	Libras 40	Prática Docente I 40	Altas Habilidades, Superdotação, Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem 80	Educação e Novas Tecnologias 80	Planejamento Escolar: Projeto Político Pedagógico 40
Literatura Infantil na Escola 40	Prática de Ensino da Geografia 40		Didática II 40	Prática de Ensino da Língua Portuguesa 40		Educação e Inclusão II 40	Estágio Supervisionado IV 144
Políticas Educacionais e Gestão Escolar 80	Psicologia da Educação: abordagem humanista e epistemologia genética 80	História da Educação II 80	Metodologia e Prática de Ensino na Educação Infantil 80	Metodologia e Prática de Ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 80	Docência e Diversidade Cultural I 40	TCC I 40	Educação e Interdisciplinaridade 40
História da Educação no Brasil 80		Fundamentos da Educação I 80	Fundamentos da Educação II 80	Metodologia de Pesquisa III 40	Sociologia da Educação: Pensamento Clássico80	Estágio Supervisionado III 144	TCC II 40
Prática de Ensino de História 40	História e Filosofia da Ciência II 40	Metodologia da Pesquisa I 40	Psicologia da Educação: Abordagem Walloniana 80	Prática de Ensino de Educação Física 40	Prática de Ensino de Matemática 40	Docência e Diversidade Cultural II 40	Educação em Direitos Humanos 40
Psicologia da Educação 40	Filosofia da Educação I 40	Prática de Ensino de Ciências 40	Metodologia da Pesquisa II 40	Alfabetização e Letramento 40	Educação e Trabalho 40	Optativa 40	Prática Docente IV 40
Prática de Ensino de Arte 40	Jogos e Brincadeiras 80	Didática I 40	Leitura, Escrita e Interpretação de Texto 40	Políticas Públicas e Gestão da Educação Brasileira 80	Educação e Inclusão I 40	Alfabetização: Histórico, Políticas e Função Social 80	Sociologia da Educação e Transformação Social 80
Educação de Jovens e Adultos 40	Linguagens, Identidades e Formação de Professores 40	Filosofia da Educação II 40		História da Infância no Brasil 40	Prática Docente II 40	Prática Docente III 40	Avaliação Escolar 40
				Estágio Supervisionado I 96	Metodologia de Pesquisa IV 40	Currículo como Espaço de Construção de Identidades 40	
					Estágio Supervisionado II 96		

2.9 Componentes optativos

Considerando a flexibilização curricular, conforme Resolução CONSUP/IFPR nº 19/2017 (IFPR, 2017b), Artigo n°19 do Anexo II, o discente poderá escolher Componentes Curriculares Optativos, sendo 2 horas/aulas (34h) no 6º semestre. O Componente Curricular Optativo será ofertado desde que tenha um número mínimo de 20 discentes matriculados, bem como, um limite máximo de 40.

A tabela a seguir apresenta a relação dos Componentes Curriculares Optativos que serão ofertados no curso de Licenciatura em Pedagogia.

Português Instrumental	40 horas/aula (34h)
Inglês Instrumental	40 horas/aula (34h)
Espanhol Instrumental	40 horas/aula (34h)
Ética e Educação	40 horas/aula (34h)
Inovação Tecnológica	40 horas/aula (34h)
Leitura de imagem como recurso didático-pedagógico	40 horas/aula (34h)
Contação de História	40 horas/aula (34h)
Elaboração e produção de jogos didático-pedagógicos	40 horas/aula (34h)
Teoria Modular da Mente	40 horas/aula (34h)

Tabela 3: Componentes curriculares optativos do curso de Licenciatura em Pedagogia.

2.10 Ementário e bibliografias

COMPONENTE CURRICULAR: **Políticas Educacionais e Gestão Escolar**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Dimensões conceituais no campo das políticas educacionais e da gestão escolar. O neoliberalismo e as escolas neoliberais. As agências internacionais como "instâncias de regulação supranacional" no campo das políticas educacionais. O papel do Banco Mundial nas políticas educacionais contemporâneas. O processo de mercadorização da educação a partir dos anos de 1990 e os impactos na gestão educacional e escolar. Instâncias da gestão escolar. Gestão democrática da escola pública.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais**: transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011. BALL, S. J.; MAINARDES, J. (orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. NOMA, A. K.; TOLEDO, C. A. A. (orgs.). **Políticas públicas e educação escolar no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2017. SILVA, M. A. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas: Autores Associados / São Paulo: FAPESP, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AFONSO, A. J. Reforma do Estado e Políticas Educacionais: entre a Crise do Estado-Nação e a Emergência da Regulação Supranacional. **Educação & Sociedade**, a. XXII, n. 75, ago. 2001, p. 15-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2017. DOURADO, L. F.; MORAIS, K. N.; OLIVEIRA, J. F. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática**: sistemas de ensino, órgãos deliberativos e executivos, regime de colaboração, programas, projetos e ações. Políticas e Gestão na Educação. MEC, texto 2, p. 1-13, 2012?. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017. GROPPO, L. A.; MARTINS, M. F. Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação. **RBPAE**, v. 24, n. 2, p. 215-233, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19251>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MORAES, R. **Neoliberalismo**: de onde vem para onde vai? São Paulo: Senac São Paulo, 2001. Disponível em: <https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf>. Acesso em: 03 maio 2017.

NOMA, A. K.; OLIVEIRA, C. M.; BOIAGO, D. L. *et al*. O protagonismo de organizações multilaterais na construção de agenda global para a educação nos anos 1990. In: 5º SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2011. Cascavel. **Anais...** Cascavel, 2011. p. 1-15. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_politicas_educacionais/O_protagonismo_organizacoes_multilaterais_construcao_agenda.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como Ator Político, Intelectual e Financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SHIROMA, E. O; CAMPOS, R. F. C. ; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n.2, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>. Acesso em: 23 maio 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **História da Educação no Brasil**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: O processo de colonização do Brasil e as diferentes formas de transmissão do conhecimento e da cultura. Instituição do Estado Nacional Brasileiro e a educação. Instituições e movimentos educacionais no Brasil República.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BASTOS, M. H. C & STEPHANOU, M. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. II: século XIX. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora UNESP, 2002. CATANI, D. B. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983. SILVA, Z. L. **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1995.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Prismas, 1997. CUNHA, L. A. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1991. ROSSI, E. R., RODRIGUES, E. N. F. M. (orgs.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2005. SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: **Literatura Infantil na Escola**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Leitura, Literatura Infantil e formação do leitor. Ensino de leitura. O papel da escola na formação dos futuros leitores. Aspectos históricos da Literatura Infantil. Abordagens teórico-metodológicas para auxiliar a prática da leitura na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Critérios para seleção e análise de livros de literatura infantil a serem usados em sala de aula. Contação de histórias: estratégias e Práticas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997. CUNHA, M. A. A. **Literatura Infantil**: teoria e prática. São Paulo. Ática, 2002. FARIA, M. A. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004. OLIVEIRA, M. A. **Leitura e prazer**: interação participativa da criança com a literatura infantil na escola. SP: Paulinas, 1996. REGO, L. L. **Literatura infantil**: uma nova perspectiva de alfabetização na pré-escola. 2 ed. São Paulo, FTD. 1995.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BELINKY, T. **Tatu na casca**. Ilustrações de Cris Eich e Jean Claude. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004. BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas.** ed 22. São Paulo: Paz e Terra, 2007. BRASIL. MEC/SEF/COEDI. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 2002. BUSATTO, C. **Contar e encantar**: pequenos segredos da narrativa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003. CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 1999. LAJOLO, M. ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira**: história e histórias. 6 ed. São Paulo: Ática, 1999. FARIA, A. L. G.; MELLO, S. A. **Linguagem infantis**: outras formas de leitura. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de História**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Fundamentos Teóricos e Metodológicos. Leitura e compreensão da realidade social por meio dos suportes teóricos e metodológicos. Incorporação de diferentes fontes no ensino: registros escritos, iconográficos, sonoros, fotográficos, gráficos e ilustrativos. Planejamento, execução e avaliação das propostas de ensino e aprendizagem. Tempo e Memória. Tempo e o Espaço. Tendências contemporâneas. Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 1/2004 e nº 2/2015 sobre as temáticas História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Quilombola.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1997. FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas: Papirus, 2003. FONSECA, Thaís. **História & ensino de História**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. HOBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BURKE, P. **A escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1997. FONSECA, Selva G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus: 2000. GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus Editora, 2012. KARNAL, Leandro. (org.). **História na sala de aula**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004. LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: um ato amoroso.** 19 ed. São Paulo: Cortez, 2008. PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. SILVA, M.; FONSECA, S. G. **Ensinar história no século XXI**: em busca do tempo entendido. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: **História e Filosofia da Ciência I**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Definições de ciência e método científico. As concepções racionalistas e empiristas de ciência: da antiguidade à modernidade. Compreensão histórica e filosófica da Revolução Científica. Concepções de objetividade e experiência.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2005. ARAUJO, I. L. **Introdução à filosofia da ciência**. 3 ed. Curitiba: UFPR, 2010. ARISTÓTELES. **Metafísica**. 2 ed. São Paulo: Edipro, 2012. DESCARTES, R. **Discurso do método**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. KUHN, T. **Estrutura das revoluções científicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARISTÓTELES. **Metafísica**. 2 ed. São Paulo: Edipro, 2012. BRAGA, M.; GUERRA, A.; REIS, J. C. **Breve história da ciência moderna**: A belle-époque da ciência. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2015. DURANT, W. **A história da Filosofia**. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1996. FEYERABEND, P. **Contra o método**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2011. POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 2013. RUSSELL, B. **Os problemas da filosofia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de Arte**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Contextualização social e histórica na produção, distribuição e consumo da arte. Arte como trabalho criador. Encaminhamentos teóricos e metodológicos dos processos de criação artística voltados para a educação básica. Articulação entre teoria e prática.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FISCHER, E. **A necessidade da arte**. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. OSINSKI, D. **Arte, história e ensino**: uma trajetória. São Paulo: Cortez, 2007. OSTROWER, F. **Acasos e criação artística**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999. OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. OSTROWER, F. **Universos da arte**. 2 ed. São Paulo: Campus, 1983.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: KANDINSKY, W. **Do espiritual na arte**. São. Paulo, Martins Fontes, 2009. PEDROSA, I. **Da cor à cor inexistente**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2010. PEIXOTO, M. I. H. **Arte e grande público**: a distância a ser extinta. Campinas, São Paulo, São Paulo: Autores Associados, 2003. GOMBRICH, E.H. **A história da arte**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2012. STRICKLAND, C. **Arte comentada**: da pré- história ao pós-moderno. 13 ed. Tradução Angelo Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Eudiouro, 2004. VIGOTSKI, L.S. **Imaginação e criação na infância**: ensaio psicológico. Apresentação e comentários Ana Luiza Smolka; tradução Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009. VIGOTSKI, L.S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. VIGOTSKI, L.S.**Psicologia pedagógica**. Tradução do russo e introdução de Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: **Psicologia da Educação**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Psicologia aplicada à educação e seu papel na formação do professor. Desenvolvimento neuropsicológico e afetivo como saberes necessários para a formação do pedagogo. A contribuição das teorias do desenvolvimento e da aprendizagem ao processo ensino-aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.; (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia evolutiva. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. PATTO, Maria Helena. **Introdução à Psicologia Escolar**. Rio de Janeiro. Vozes, 1987. GOULART, I. B. **Psicologia da educação**: fundamentos teóricos, aplicação à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1987. KUFLER, M. C. **Freud e a educação**: o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1989. SANTANA, R.; CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. LURIA, A. R. **Curso de psicologia geral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. MORGADO, M. A. **Da sedução na relação pedagógica**: professor-aluno no embate com afetos inconscientes. São Paulo: Plexus, 1995. Placco,v. M. N. S. (org.). **Psicologia e educação**: revendo contribuições. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2002. ROSA, M. **Psicologia evolutiva**: problemática do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1983. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. (org.). **Psicologia**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação de Jovens e Adultos**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Abordagem teórica multidimensional: histórica, política, social, filosófica, psicológica, com ênfase na dimensão pedagógica. Contribuições de Paulo Freire. Diretrizes para uma educação de jovens e adultos. Política e educação popular.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 45 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1995. SACRISTÁN, J. G. A. **Educação obrigatória**. Porto Alegre: Artmed, 2001. SOARES, B.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2003. BRASIL. **Proposta curricular para educação de jovens e adultos**. Introdução. v. 1, Brasília: MEC, 2002. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 30 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 6 ed., Petrópolis: Vozes, 2001. GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2000. MAGLAIVE, G. **Ensinar adultos**. Portugal: Porto, 1995. PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1984.

COMPONENTE CURRICULAR: **História da Educação I**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Sistemas educacionais para a manutenção das relações de dominação e poder nas sociedades da Antiguidade, do Oriente medieval até a modernidade.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MANACORDA, M. A. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010. CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo, Editora UNESP, 1999. LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez Editora, 1998. PIMENTA, S. G. (coord.). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez Editora, 1996. MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. BEHRENS, M. A. **O Paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2003, p. 17-40. BRANDAO. C. R. **O que é educação**. São Paulo, Brasiliense, 1981. CECCON, C. et al. **A vida na escola e a escola da vida**. Petrópolis: Vozes, 1982. MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991. LARROYO, F. **História geral da Pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970. LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. LOMBARDI, J.C. (org.). **História da educação**: perspectivas para um intercâmbio internacional, Campinas: Autores Associados, 1999. LUZURIAGA, L. **História da educação e da Pedagogia**. São Paulo: Editora Nacional. 2001. MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984. MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973. SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes**. Lisboa, Moraes, 1981. SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa, Horizonte, 1984.

COMPONENTE CURRICULAR: **Jogos e Brincadeiras**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: O jogo como elemento da cultura. Desenvolvimento do psiquismo pelos jogos e brincadeiras. Jogos, brincadeiras e brinquedos como recursos didático-pedagógicos. Jogo simbólico, Jogo dramático, jogo teatral, jogos tradicionais, jogos espontâneos: as possíveis interações com a prática escolar. Teoria e prática sobre conhecimentos em jogos teatrais como recursos didáticos pedagógicos com atividades formativas que promovam experiências e reflexões próprias ao exercício da docência.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981. BENJAMIN, W. **Reflexões sobre o brinquedo, a criança e a educação**. São Paulo: 34, 2002. HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. SPOLIN, V. **Improvisação para o teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2005. VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: KISHIMOTO, T. M. (org.). **Jogo, brinquedo e brincadeira na educação**. São Paulo: Cortez, 1997. KOUDELA, I. **Brecht**: um jogo de aprendizagem. São Paulo: Perspectiva, 2002. KOUDELA, I. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 2002. SLADE, P. **O jogo dramático infantil**. São Paulo: Summus, 1978. KOUDELA, I. **O texto e o jogo**: uma didática brechtiana. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 2001. OLIVEIRA, V. B. **Rituais e brincadeira**. Petrópolis: Vozes, 2006. SPOLIN, V. **Jogos teatrais na sala de aula**: um manual para o professor. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. SPOLIN, V. **Jogos teatrais**: o fichário de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2001. VIGANÓ, S. S. **As regras do jogo**: A ação sociocultural em teatro e ideal democrático. São Paulo: Hucitec, 2006. VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008

COMPONENTE CURRICULAR: **Psicologia da Educação: Abordagem Humanista e Epistemologia Genética**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Contribuições da abordagem humanista e da epistemologia genética para a compreensão do processo de desenvolvimento e de aprendizagem e para a prática pedagógica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicologia da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1980. FONTANA, R. e CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997. PIAGET, J. **A epistemologia genética e a pesquisa psicológica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974. PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de janeiro: Zahar, 1971. PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia. São Paulo**: Forense, 1993.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: PIAGET, J.; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. FARIA, A. R. **Desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget**. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1995. ROGERS, C. **Liberdade para aprender em nossa década**. Porto Allegre: Artes Médicas, 1985. PIAGET, J. **Aprendizagem e conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974. PINO, A. **O social e o cultural na obra de Lev. S. Vigotski**. Educação e Sociedade, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de Geografia**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: A Constituição da Geografia Escolar. Perspectivas teóricas e metodológicas do ensino de Geografia. Introdução aos conceitos, categorias e princípios lógicos do pensamento geográfico. A representação do conhecimento geográfico. Seleção de conteúdos geográficos e organização do trabalho docente para as séries iniciais do Ensino Fundamental. O saber geográfico como instrumento de transformação da realidade social. Didática do ensino de Geografia para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, R. D. (org.) . **Cartografia escolar**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. ALMEIDA, R. D; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico**: ensino e representação. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2002. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. 12 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998. CAVALCANTI, L. S. (org.) **Temas da geografia na escola básica**. Campinas, SP: Papirus, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AB'SABER, A. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. 7 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. GOMES, P. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996. GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo, Contexto, 1996. MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. LESANN, J. **Geografia no Ensino Fundamental 1**. Belo Horizonte: Fino traço, 2011. TEIXEIRA, W; et al (orgs.). **Decifrando a terra**. São Paulo: Cia Editorial Nacional, 2009. VENTURI, L. A. B. (org.). **Praticando Geografia**: Técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: **História e Filosofia da Ciência II**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: A ciência moderna e suas raízes epistemológicas. Problemas filosóficos da filosofia contemporânea e da filosofia da ciência. Teorias sobre o progresso da ciência. Ruptura e continuidade na história da ciência.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2005. ARISTÓTELES. **Metafísica**. 2 ed. São Paulo: Edipro, 2012. DESCARTES, R. **Discurso do método**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. KUHN, T. **Estrutura das revoluções científicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARAUJO, I. L. **Introdução à filosofia da ciência**. 3 ed. Curitiba: UFPR, 2010. BRAGA, M.; GUERRA, A.; REIS, J. C. **Breve história da ciência moderna**: A belle-époque da ciência. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2015. DURANT, W. **A história da Filosofia**. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1996. FEYERABEND, P. **Contra o método**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2011. RUSSELL, B. **Os problemas da filosofia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: **Filosofia da Educação I**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Filosofia e Filosofia da Educação. Pressupostos filosóficos que fundamentam as concepções de educação. A educação produzida na sociedade grega clássica. A filosofia medieval e a sua contribuição no processo educativo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2015. PLATÃO. **A república.** São Paulo: Perspectiva, 2016. SAVIANI, Dermeval. **Educação**: Do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2013. PORTO, Leonardo S. **Filosofia da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. SARANYANA, Josep-Ignasi**. A Filosofia medieval: d**as origens patrísticas à escolástica Barroca. São Paulo: Inst. Bras. Filosofia Ciencia Raimundo Lúlio, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, 2016., DESCARTES, R. **Discurso do método**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015. SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (orgs.). **História, educação e transformação**: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2011. SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: **Linguagens, Identidades e Formação de Professores**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Discussão do conceito de identidade docente. Elaboração, segundo a literatura, do próprio conceito de identidade. Avaliação e discussão histórica do processo de construção identitária do professor. Discussão sobre a Identidade Profissional Docente na Educação Básica. Percepção da presença das políticas públicas e da imprensa na propagação das funções e perfil de professores.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. CHARLOT, B. **Relação com o saber formação dos professores e globalização:** questões para educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005. DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora, 2005. NÓVOA, A. (org). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995. NÓVOA, A. (org.). **Profissão professor**. 2 ed. Porto: Porto Editora, 1995.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. GARCIA, M. M.; HYPOLITO, Á.; VIEIRA, J. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2005. MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado das Letras, 2002. PAQUAY, L.; et al. (orgs.). **Formando professores profissionais**: Quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre: Artmed, 2001. PIMENTA, S. G.(org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000. SIGNORINI, I. (org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado das Letras, 1998. SILVA, T.T. (org.). **Identidade e diferença**; a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: **História da Educação II**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Sistemas educacionais para a manutenção das relações de dominação e poder nas sociedades da Antiguidade, do Oriente medieval até a modernidade. Principais correntes do pensamento pedagógico a partir da modernidade.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. CECCON, C. et al. **A vida na escola e a escola da vida**. Petrópolis: Vozes, 1982. MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991. LUZURIAGA, L. **História da educação e da Pedagogia**. São Paulo: Editora Nacional. 2001. SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa, Horizonte, 1984.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARROYO, F. **História geral da Pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970. CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo, Editora UNESP, 1999. BRANDAO. C. R. **O que é educação**. São Paulo, Brasiliense, 1981. LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez Editora, 1998. LEFEBVRE, H. Lógica formal/Lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. LOMBARDI, J.C. (org.). **História da Educação**: perspectivas para um intercâmbio internacional, Campinas: Autores Associados, 1999. MANACORDA, M. A. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010. MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984. MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973. MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. PIMENTA, S. G. (coord.). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez Editora, 1996. SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes**. Lisboa, Moraes, 1981.

COMPONENTE CURRICULAR: **Psicologia da Educação: Abordagem Comportamental e Histórico-Cultural**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Contribuições das abordagens Comportamental e Histórico-Cultural para a compreensão do processo de desenvolvimento e de aprendizagem e para a prática pedagógica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FONTANA, R. e CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997. SKNNER, B.F. **Tecnologia do ensino**. Tradução de Rodolpho Azzi. São Paulo: Herder/EDUSP,1972. VIGOTSKI, L.S. **Formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1898. VIGOTSKI, L.S. **Pensamento e linguagem**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. VIGOTSKI, L.S. et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. (orgs). **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2007. MARTINS, J. B. (org). **Na perspectiva de Vygotsky**. São Paulo: Quebra Nozes/Londrina: CEFIL, 1999. VIGOTSKI, L.S. **Psicologia pedagógica**. Tradução do russo e introdução de Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 5 ed. São Paulo: Icone,1994.

COMPONENTE CURRICULAR: **Fundamentos da Educação I**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Pressupostos teóricos epistemológicos que fundamentam o campo da educação. Concepções teóricas de educação e dos processos pedagógicos. Relação teórica e prática no pensamento pedagógico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2003. SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa, Horizonte, 1984.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975. CECCON, C. et al. **A vida na escola e a escola da vida**. Petrópolis: Vozes, 1982. DEMO, P. **Pobreza política**. São Paulo: Cortez, 1988. GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986. KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996. LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984. MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973. MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes**. Lisboa, Moraes, 1981. TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de Ciências**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Aspectos históricos do Ensino de Ciências. Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais para o Ensino de Ciências nos anos iniciais. Perspectivas teóricas e metodológicas para o ensino de Ciências. Análise de livros didáticos voltados ao conhecimento das ciências. Caracterização do conhecimento científico e o senso comum. A relação teoria e prática no ensino de Ciências.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MARSIGLIA, A. C. G. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental**. Capinas, SP: Autores Associados, 2011. ANGOTTI. J. A. **Ensino de Ciências. Fundamentos e métodos**. São Paulo, 2003. DELIZOICOV, D. ANGOTTI, J. A. **A metodologia do ensino de ciências.** São Paulo: Cortez, 2003. KRASILCHIK, Myriam. **O professor e o currículo de Ciências**. 4. ed. São Paulo: EPU, 2006. CACHAPUZ, A.; GIL-PEREZ, D. **A necessária renovação do Ensino das Ciências.** São Paulo: Cortez, 2005. WEISSMANN, H. **Didática das Ciências Naturais** – contribuições e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 1998.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CHASSOT, A. **Alfabetização Científica – questões e desafios para a educação.** Ijuí: Unijuí, 2000. NARDI, R. (Org.). **A pesquisa em ensino de Ciências no Brasil: alguns recortes.** São Paulo: Escrituras, 2007. OLIVEIRA, Z. M. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002. FAZENDA, I. C. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1996. GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Papirus, 2002. LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: um ato amoroso.** 19 ed. São Paulo: Cortez, 2008. BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 01 maio 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **Metodologia da Pesquisa I**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Métodos científicos aplicados nas ciências da educação: o método como característica essencial do conhecimento científico, os tipos de método utilizados nas pesquisas em educação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985. HIRANO, S. **Pesquisa em ciências sociais**: projeto e planejamento. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988. LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992. SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker, 2001. TRIVIÑOS, A. N. S. Três enfoques na pesquisa em Ciências Sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987, p.30-75.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: COSTA, M. V. (org.). **Estudos culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema. Porto Alegre: UFRGS, 2000. KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992. SILVA, A. C. T.; BELLINI, L. M. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em educação**. Maringá: EDUEM, 2005. SILVA, T. T. (org.). **O que é, afinal, "Estudos Culturais"?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR: **Filosofia da Educação II**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Os clássicos da filosofia e os desdobramentos de seu pensamento na educação. Os filósofos contemporâneos e os postulados de seu pensamento na formulação das teorias educacionais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2014. CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2015. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1997. PAVIANI, Jayme. **Problemas de Filosofia da Educação**. Caxias do Sul: Educs, 2010. SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. São Paulo: Editora Centauro, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AREMDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016. DESCARTES, R. **Discurso do método**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. SAVIANI, Dermeval. **Educação**: Do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2013. SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (orgs.). **História, educação e transformação**: Tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: **Didática I**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática. O contexto educacional/educação e sociedade emergente. Conceitos do ensinar e do aprender. Ensino e tendências pedagógicas. Dimensões político-sociais, técnicas e humanas da Didática e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2009. LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 25 ed. São Paulo: Loyola, 2010. 149 p. SACRISTÁN, J. G. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4 ed., Porto Alegre: Artmed, 1998. SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 35 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002. SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 18 ed., São Paulo: Cortez, 2008. LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 22 ed., São Paulo: Cortez, 2011. LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2006. RAYDT, R. C. C. **Curso de didática geral**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006. SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR: **Metodologia e Prática de Ensino na Educação Infantil**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Percurso da Educação Infantil brasileira. Documentos oficiais da Educação Infantil brasileira. Identidade e especificidades dos profissionais da educação infantil. Processo cuidar e educar. Referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam a formação e a ação docente na Educação Infantil. Organização do espaço e do tempo. O brincar na Educação Infantil. Avaliação na Educação Infantil.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARBOS, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008. CHAVES, M. (org.) **Intervenções pedagógicas e educação infantil**. Maringá: Eduem, 2012. MACHADO, M. L. A. (org.). **Encontros e desencontros na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. MARSIGLIA, A. C. G. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental**. Capinas, SP: Autores Associados, 2011. OLIVEIRA, Z. M. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006. FARIA, A. L.E PALHARES, M. (org.). **Educação infantil pós-LDB**: rumos e desafios. Campinas: Autores Associados; São Carlos: Editora da UFSCAR; Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. HOFFMAN, J. **Avaliação: mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. São Paulo: Mediação, 1991. KISHIMOTO, T. M. (org.). **Jogo, brinquedo e a educação**. São Paulo, Cortez, 1996. KISHIMOTO, T. M. (org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 1998. NICOLAU, M. L. M.; DIAS, M. C. M. (orgs.). **Oficinas de sonho e realidade na formação do educador na infância**. Campinas, SP: Papirus, 2003. OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. KISHIMOTO, T. M. (orgs.). **Formação em contexto**: uma estratégia de interação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. SOUZA, R. C. S.; BORGES, M. F. S. T. (orgs.) **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: PD&A, 2002. SOUZA, M. G. **Sabores, cores, sons, aromas**: a organização do espaço na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: **Fundamentos da Educação II**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Tendências e correntes da educação: teorias críticas e não-críticas. Abordagens da teoria e da prática em educação. Relação entre educação e sociedade. Contextos educacionais em diferentes espaços e tempos históricos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CECCON, C. et al. **A vida na escola e a escola da vida**. Petrópolis: Vozes, 1982. DEMO, P. **Pobreza política**. São Paulo: Cortez, 1988. GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986. MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2003. SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa, Horizonte, 1984. BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975. KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996. LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984. MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973. SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes**. Lisboa, Moraes, 1981.

COMPONENTE CURRICULAR: **Psicologia da Educação: Abordagem Walloniana**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Contribuições da abordagem walloniana para a compreensão dos processos de desenvolvimento e para a prática pedagógica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DANTAS, H. **A infância da razão**: uma introdução à psicologia da inteligência de Henri Wallon. São Paulo: Manole, 1990. WALLON, H. **As origens do caráter da criança**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971. WALLON, H. **Psicologia e educação da criança**. Lisboa: Editorial Vega, 1979. WALLON, H. **Origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989. WALLON, H. **Do ato ao pensamento**: ensaio de psicologia comparada. Petrópolis: Vozes, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAIXETA,M,; COSTA, F. C. O.; HANNA, M. M. **A mente de Wallon**. São Paulo: Ciência Moderna, 2007. GALVÃO, I. **Wenri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 2000. MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. **Afetividade e aprendizagem**. São Paulo: Loyola, 2004. OLIVEIRA, Z. R. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002. PADILHA, A. M. I. **Práticas pedagógicas na educação especial**: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2000. WEREBE, M.J.G. E NADEL-BRULFERT, J. **Wenri Wallon**. São Paulo: Ática, 1986. MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. **Afetividade e aprendizagem: contribuições de Henri Wallon**. São Paulo: Loyola, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: **Leitura, Escrita e Interpretação de Texto**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Leitura e interpretação de texto: os elementos de comunicação e de intencionalidade discursiva. Tipologias e gêneros textuais: narração, descrição, exposição, argumentação, injunção e diálogo. Gêneros textuais: interação, estrutura e adequação da linguagem nas diferentes situações de formalidade e informalidade. Concepções de leitura. Estratégias de leitura. Mecanismos e estratégias para uma produção textual. Leitura e produção textual: resumo, resenha, texto de opinião, poema, notícia. Escrita acadêmica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GERALDI, J. W (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2002. KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2006. KLEIMAN, A. **Oficina de leitura**: teoria e prática. Campinas, SP: Pontes, 2002. MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAGNO, M. **Gramática, pra que te quero?** Os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de Português. Curitiba: Aymará, 2010. ELIAS, V. M. (org.) **Ensino de Língua Portuguesa** – oralidade, escrita, leitura. São Paulo: Contexto, 2011. GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 23 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2005. KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: **Metodologia da Pesquisa II**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Métodos e técnicas da pesquisa aplicada à educação: tipos de pesquisa, métodos e procedimentos da pesquisa, pré-projeto de pesquisa, normas estruturais e de apresentação do trabalho acadêmico. A ética na pesquisa e a produção do conhecimento. Elaboração de pré-projeto de pesquisa em educação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: HIRANO, S. **Pesquisa social**: projeto e planejamento. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988. COSTA, M. V. (org.). **Estudos culturais em educação**: mídia, brinquedo, biologia, literatura, cinema. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985. ECO, U. **Como se faz uma tese**. 12 ed. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1995. LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**. Disponível em: www.abnt.org.br CURTY, M. G.; CRUZ, A. C.; MENDES, M. T. R. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**: NBR 14724/2002. Maringá: Dental Press, 2002. KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992. SILVA, A. C. T.; BELLINI, L. M. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em educação**. Maringá: EDUEM, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: **Libras**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Aspectos clínicos, educacionais, sociais antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: noções básicas de fonologia, de morfologia e de sintaxe. Estudos do léxico da Libras. Praticar Libras. Relaciona, por meio da prática como componente curricular, os conhecimentos em Libras com atividades formativas que promovam experiências e reflexões próprias ao exercício da docência.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRITO, L. F. **Por uma Gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1995. HONORA, M. FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais I**. 1 ed., Jandira: Ciranda Cultura, 2009. HONORA, M. FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais II**. 2 ed., Jandira: Ciranda Cultura, 2010. HONORA, M. FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais III**. 1 ed., Jandira: Ciranda Cultura, 2011. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GARCEZ, L. **Técnica de Redação**: o que é preciso saber para bem escrever. 3 ed., São Paulo: Martins, 2012. GESSER, A. **LIBRAS? Que Língua é essa?** 1 ed., São Paulo: Parábola Editorial, 2009. PEREIRA, M. C. C.; *et al*. **LIBRAS Conhecimento Além dos Sinais**. 1 ed., São Paulo: Pearson Education – Br, 2011. MEDEIROS, J. B. **Português Instrumental**. 10 ed., São Paulo: Atlas, 2014. ZAMBONI, L. M. S. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica**: Subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas: Fapesp/Autores associados, 2001. ZANDWAIS, A. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Sagra, 1990.

COMPONENTE CURRICULAR: **Didática II**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática. A relação professor/aluno no contexto da sala de aula. Compreensão e análise do processo de ensino. Planejamento como instrumento de criação e manutenção da ação docente. Avaliação no processo ensino aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GASPARIN, J. L. **Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2009. LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 25 ed. São Paulo: Loyola, 2010. 149 p. SACRISTÁN, J. G. **Compreender e transformar o ensino**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 35 ed., Campinas: Autores Associados, 2002. 94 p. SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 18 ed., São Paulo: Cortez, 2008. LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 16 ed., São Paulo: Cortez, 2005. LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. RAYDT, R. C. C. **Curso de didática geral**. 8 ed., São Paulo: Ática, 2006. SACRISTÁN, J. G. **O Currículo**: Uma Reflexão Sobre a Prática. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR: **Metodologia e Prática de Ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Referências teóricas e metodológicas que subsidiem a formação docente no processo de escolarização dos anos iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e desempenho escolar no contexto atual, processo de apropriação da linguagem escrita, atuação docente no processo de alfabetização.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARVALHO, M. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2000. LEMI, M. **Guia teórico do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2001. KLEIN, L. R. **Alfabetização**: quem tem medo de ensinar? 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** 7 ed. São Paulo: Ícone, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1989. GASPARIN, J.L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Capinas, Autores Associados, 2002. GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. LEITE, Y. U. F; GHEDIN, E; ALMEIDA, I. **Formação de professores**: caminhos e descaminhos da prática. Brasília: Líber, 2008. PIMENTA, S. G.; GHEDIN (orgs). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006. TACCA, M. C. (org.). **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. Campinas: Alínea, 2006. VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: **Políticas Públicas e Gestão Escolar Brasileira**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: História da administração escolar no Brasil. A reforma do aparelho do Estado no Brasil. A legislação que regulamenta a gestão educacional e escolar brasileira. Estrutura do sistema educacional: esferas federal, estadual e municipal. Atribuições do pedagogo na gestão educacional. A gestão democrática da escola pública. Articulação entre instâncias gestoras de sistemas de ensino, instâncias colegiadas e escolas. As instâncias colegiadas da educação básica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L. W. (orgs.). **História da administração escolar no Brasil - do Diretor ao Gestor**. 2 ed. São Paulo: Alínea. 2013. BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 01 maio 2017. CARBELLO, S. R. C.; LOPES, N. F. M. **Gestão do Trabalho Pedagógico**. Maringá: EDUEM, 2012. CROCE, M. L. O ensino com pesquisa na formação do pedagogo: uma metodologia para a prática em gestão educacional. **XXIII Simpósio ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação).** p. 1-18, 2007. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/329.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003. PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2016. VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de política e administração da educação**, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr., 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 jan. 2017. BRASIL. Conselho Nacional da Educação. **Resolução CNE/CP 1/2006**. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017. BRASIL. Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 07 nov. 2017. BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e

dá outras providências. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 05 jan. 2017.

CARVALHO, E. J. G. Reestruturação produtiva, reforma administrativa do Estado e gestão da educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1139-1166, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a11.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2017.

MINTO, L. W. Administração escolar no contexto da nova república (1984...). **Revista HISTEDBR Online**. Campinas, n. especial, p.140–165, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art10_22e.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.

PARO, V. H. **A educação, a política e a administração**: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de Língua Portuguesa**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Noções gerais de Linguística e Sociolinguística. História da Língua Portuguesa. Alfabetização e Letramento: abordagens teóricas e metodológicas para o ensino de produção textual, gramática e ortografia nos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil. Pressupostos teóricos para o ensino de leitura e produção de texto: gêneros textuais, suportes e bases temáticas. Documentos oficiais de orientação ao professor: histórias, concepções e práticas. Livros didáticos de Língua Portuguesa: história e abordagens didáticas e metodológicas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BORGES, T. M. M. **Ensinando a ler sem silabar**: alternativas metodológicas. Campinas, SP: Papirus, 1998. CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1992. TRAVAGLIA, L. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 11ed. São Paulo: Cortez, 2006. SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010. SARAIVA, J. A. **Literatura e alfabetização**: do plano do choro ao plano da ação. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAMACHO, R. G. **O sistema escolar e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Alfa, 1985. NEVES, M.H. M. **Que gramática estudar na escola?** São Paulo: Contexto, 2003. RIZZATTI, M. E. C.; MENDES, A.; GODOY, D. M. A. **Conteúdos e metodologias do ensino de linguagem I** – Caderno Pedagógico da educação a Distância**.** UDESC/FAED/CEAD, 2002. TRAVAGLIA, L. C. **Metodologia e prática de ensino da Língua Portuguesa**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. SENA, O. **Palavra, poder e ensino de língua**. Manaus: Editora da Universidade de Manaus, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR: **Alfabetização e Letramento**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Os conceitos de alfabetização e letramento. Concepções teóricas de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. Produção e apropriação da leitura e da escrita. Modos de organização do trabalho de alfabetização para o professor e para o pedagogo. Elaboração de material didático.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em ter artigos que complementam. São Paulo: Cortez, 1987. JOLIBERT, J. **Formando crianças leitoras**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. MARCUSCHI, L. A **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001. SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2007. SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu.** São Paulo: Scipione, 1999. CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita na escola**. São Paulo: UNESP, 2002. FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. Trad. Horácio Gonzáles, 24.ed. atualizada. São Paulo: Cortez, 2002. TEBEROSKY, A. **Aprendendo a escrever:** perspectivas psicológicas e implicações educacionais. São Paulo: Ática, 1995.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática Docente I**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Propostas de planejamento da prática docente para a Educação Infantil: objetivos, conteúdos, metodologias, recursos, avaliação e mediação pedagógica. Reflexões e avaliação da prática docente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CUNHA, M. I. **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. Campinas: Papirus, 2007. FAZENDA, I. C. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1996. GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Papirus, 2002. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005. FONTANA, R. A. **Mediação pedagógica na sala de aula**. Campinas: Autores Associados, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. 6 ed. Campinas: Papirus, 1996. FAZENDA, I. C. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1998. FAZENDA, I. C. **A interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 17 ed. Campinas: Papirus, 2010. MORAN, J. M. *et all*. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000. VACONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002. VACONCELLOS, C. S. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1994. VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1995. VACONCELLOS, C. S. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. São Paulo: Libertad, 1994. VEIGA, I. P. A. (org.). **Técnicas de ensino**: por que não? 12 ed. Campinas: Papirus, 2001. BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1999. IBERNÓN, F. (org.). **Educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000. LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de Educação Física**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Investigação da história da Educação Física e de seu conhecimento específico. As diferentes concepções de Educação Física. Os elementos da cultura corporal: jogos e brincadeiras, ginástica, lutas, esporte e dança. Planejamento pedagógico da Educação Física. Noções de primeiros socorros: reconhecimento de situações de emergência e seus procedimentos emergenciais, terapêuticos e preventivos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AYOUB, E. **Ginástica Geral e Educação Física Escolar**. Campinas: Unicamp, 2013. CASTELLANI FILHO, L. A **Educação Física no Sistema Educacional Brasileiro**: percurso, paradoxos e perspectivas. 1999. 185f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <http://observatoriodoesporte.org.br/docs/LINO-CASTELLANI-FILHO.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017. COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 2009. DARIDO, S. C. **Educação física na escola**: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. FLEGEL, M. J. **Primeiros socorros no esporte**. 5 ed. São Paulo: Manole, 2015. RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. **O ensino das lutas na escola**: possibilidades na Educação Física. São Paulo: Penso, 2015. VERDERI, E. B. L. P. **Dança na escola**: uma proposta pedagógica. São Paulo: Phorte, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARBIERI, A. F.; PORELLI, A. B. G.; MELLO, R. A. Abordagens, Concepções e Perspectivas de Educação Física Quanto à Metodologia de Ensino nos Trabalhos Publicados na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (Rbce) em 2009. **Motrivivência**, a. XX, n. 31, p. 223-240, dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2008n31p223/13003>. Acesso em: 03 nov. 2017. BAGRICHEVSKY, M.; PALMA, A.; ESTEVÃO, A. (org.). **A saúde em debate na Educação Física**. Blumenau: Edibes, 2003. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_debate_educacao_fisica_v1.pdf>. Acesso

em: 08 nov. 2017.
PIEROTTI, J. A. (org.). **Caderno de Jogos Cooperativos**. Rede Aracati. Disponível em: <https://redearacati.files.wordpress.com/2013/11/jogos_cooperativos_02.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2016.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Educação Física: Ensino Médio. Curitiba: SEED-PR, 2006. 248p. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/livro_didatico/edfisica.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.
SOARES, C. L. Educação Física Escolar: conhecimento e especificidade. **Rev. paul. Educ. Fís.**, São Paulo, supl.2, p. 6-12, 1996. Disponível em: <https://fefd.ufg.br/up/73/o/Texto_65_-_Educa_____o_F_____sica_Escolar_-_Conhecimento_e_Especificidade_-_Carmem_L_____cia_Soares.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **Metodologia da Pesquisa III**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: A ciência e a produção do conhecimento científico. A pesquisa científica: abordagens, tipos e orientações metodológicas. Processo de investigação científica. Aspectos teóricos e práticos do conhecimento, da ciência, dos métodos e técnicas de pesquisa e da produção científica. Redação de trabalhos científicos: Resenhas, resumos, papers, relatórios, etc. Normas e organização do texto científico (normas da ABNT). Recursos de apresentação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017. MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Redação de artigos científicos**. Métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2016. PINHEIRO, J. M. S. **Da iniciação científica ao TCC**: uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2005. ECO, U. **Como se faz uma tese**. 23 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2016. GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004. SPECTOR, N. **Manual para a redação de teses, dissertações e projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR: **História da Infância no Brasil**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: História da infância e da Educação Infantil no Brasil. As instituições de educação infantil no Brasil. Aspectos histórico, social e cultural das políticas de atendimento à infância.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARAUJO, J. C. S (org.). **A infância na modernidade**: entre a educação e o trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2007. DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2013. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. KUHLMANN JÚNIOR, M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. VASCONCELLOS,V. **Educação da Infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANGOTTI, M. (org.). **Educação infantil**: para que, para quem e por quê? Campinas: Alínea, 2006. BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006. FARIA; A. L. G. **Educação pré-escolar e cultura**. Campinas: Editora da Unicampo; São Paulo: Cortez, 1999. MACHADO, M. L. A. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. MAKARENKO, A. **Poema Pedagógico**. São Paulo: Editora 34, 2017. OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002 PAIVA, E. V. (org.). **Pesquisando a formação de professores.** Rio de Janeiro, DP&A, 2003. VON OELHAFEN; I, TATE, T. **As crianças esquecidas de Hitler**: a verdadeira história do programa Lebensborn. São Paulo: Contexto, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **Estágio Supervisionado I**
CARGA HORÁRIA: 96h/a 80h
EMENTA: Organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil. A prática na Educação Infantil. Conhecimento da realidade em situações pedagógicas das instituições do campo de estágio. Planejamento e intervenção de ações pedagógicas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. GOMES, M. O. **Formação de professores na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2000. OSTETTO, L. E. (org.). **Encontros e encantamentos na Educação Infantil**: partilhando experiências de estágio. Campinas, SP: Papirus, 2000. ORSATI, F. T; MECCA, T. P; NATÁLIA ALMEIDA, R.P. C; MACEDO, E. C. **Práticas para a sala de aula baseadas em evidências.** São Paulo: Meminon, 2015. VASCONCELLOS, C. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para a elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABRAMOWICZ, A; WAJKOP, G. **Educação infantil e creches**: atividades para crianças de 0 a 6 anos. São Paulo: Moderna, 2000. ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. AROEIRA, M. L. C. **Didática de pré-escola**: vida criança: brincar e aprender. São Paulo: FTD, 1996. ANGOTTI, M. (org.). **Educação infantil**: para que, para quem e por quê? Campinas: Alínea, 2006. MACHADO, M. L. A. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR: **Altas Habilidades, Superdotação, Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. Sujeitos com história de deficiência na educação básica: questões de currículo e gestão escolar. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALENCAR, E.M.L.S.; FLEITH, D.S. **Superdotados**: determinantes, educação e ajustamento. 2 ed. São Paulo: EPU, 2001. ARANTES, V. A. (org.) MANTOAN, M. T. E, PRIETO, R. G. **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006. PACHECO, J.; *et all*. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. ROTTA, N. ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. **Transtornos da aprendizagem abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006. SILVA, T. T. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceitos**. São Paulo: Summus, 1998. ENGUITA, M. F. **Educar em Tempos Incertos**. São Paulo, Artmed, 2004. MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil. História e políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 1996. SANTOS, M. T. T. **Bem-vindo à escola**: a inclusão nas vozes do cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. YUS, R. **Educação integral**: uma educação holística para o século XXI. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR: **Docência e Diversidade Cultura I**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Cultura e hibridismos culturais. Identidade e historicidade dos sujeitos. Diversidade cultural: relações sociais, raciais e de gênero. O patrimônio natural e histórico e o conceito de preservação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2013. CANCLINI, N. G. **Sociedade sem relato**: antropologia e estética da iminência. São Paulo: Edusp, 2012. EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. 5 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2 ed. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002. HALL, S. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003. JAMESON, F. **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001. MC LAREN, P. **Multiculturalismo revolucionário**: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007. SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR: **Sociologia da Educação: Pensamento Clássico**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Caracterização da Sociologia como ciência, seus pressupostos básicos, teorias sociológicas clássicas. O fenômeno educacional nas teorias sociológicas clássicas e as tendências da atualidade.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOMENY, H.; et al. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2014. DAMATTA, R **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia da Letras, 2017. LALLEMENT, M. **História das ideias sociológicas**: das origens a Max Weber. 5 ed., Petrópolis: Vozes, 2012 MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CHAUI, M. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 2008. DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Edipro, 2016. MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Alínea, 2010. MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Companhia das letras, 2012. MARTINS, C. B. **O que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2013. WEBER, M. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de Matemática**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Concepções de Matemática. Tendências em Educação Matemática. A Construção do Conceito de Número e suas operações. A Geometria presente nos anos iniciais: conceitos básicos. Educação Estatística. Grandezas e Medidas. Os conteúdos acima devem ser conduzidos de modo a proporcionar a reflexão e a prática no processo de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como explorar atividades de ensino investigativas como alternativas para o desenvolvimento das aulas de Matemática.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: D'AMBROSIO, U. **Educação matemática**: da teoria à prática. 1 ed. São Paulo: Editora Papirus. 1996. LORENZATO, S. **Aprender e ensinar geometria.** 1 ed. Campinas: Editora Mercado de Letras. 2015. LORENZATO, S. **Educação Infantil e percepção matemática**. 3 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. Coleção Formação de Professores. MUNIZ, C. A. **Brincar e Jogar**: enlaces teóricos e metodológicos no campo da educação matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. PONTE, J. P.; BROCARDO, J.; OLIVEIRA, H. **Investigações matemáticas na sala de aula**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRIZUELA, B. M. **Desenvolvimento matemático na criança**: explorando notações. 1 ed. Porto Alegre. Penso. 2006. D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática**: elo entre as tradições e a modernidade. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2007. MEYER. J. F. C. A.; CALDEIRA, A. D. MALHEIROS, A. P. S. **Modelagem em educação matemática**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2011. MIORIM, A. M.; MIORIN, M. A. **História na educação matemática**: propostas e desafios. 2 Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2017. PAIS, L. C. **Didática da matemática**: uma análise da influência francesa. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática Docente II**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Propostas de planejamento da prática docente na alfabetização dos anos iniciais do Ensino Fundamental: objetivos, conteúdos, metodologias, recursos, avaliação e mediação pedagógica. Reflexões e avaliação da prática docente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CUNHA, M. I. **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. Campinas: Papirus, 2007. CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. 6 ed. Campinas: Papirus, 1996. FAZENDA, I. C. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1996. GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Papirus, 2002. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005. FONTANA, R. A. **Mediação pedagógica na sala de aula**. Campinas: Autores Associados, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FAZENDA, I. C. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1998. FAZENDA, I. C. **A interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 17 ed. Campinas: Papirus, 2010. MORAN, J. M. *et all*. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000. VACONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002. VACONCELLOS, C. S. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1994. VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1995. VACONCELLOS, C. S. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. São Paulo: Libertad, 1994. VEIGA, I. P. A. (org.). **Técnicas de ensino**: por que não? 12 ed. Campinas: Papirus, 2001. BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1999. IBERNÓN, F. (org.). **Educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000. LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação e Trabalho**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: O trabalho em sentido ontológico e o trabalho na forma social capitalista. Educação em sentido ontológico e a educação na forma social capitalista. As inter-relações entre educação e trabalho. A função social da educação escolar na contemporaneidade. Políticas públicas para a educação profissional no Brasil.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. 440p. MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008. TONET, I. **Educação contra o capital**. 3 ed. ampliada, 2016. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/educacao_contra_o_capital_-_3a_ed.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 01 maio 2017. BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm>. Acesso em: 03 nov. 2017. TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005. 159p. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017. TUMOLO, P. S. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a11v2690.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017. TUMOLO, P. S. O trabalho na forma social do capital: contradições e controvérsias. **Em Debat: Rev. Dig.**, Florianópolis, n. 10, p. 121-140, jul/dez, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2013n10p121/28398>. Acesso em: 03 nov. 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação e Inclusão I**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A Educação Especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. Sujeitos com história de deficiência na educação básica: questões de currículo e gestão escolar. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (orgs). **A exclusão dos "incluídos"**: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2 ed. Maringá: Eduem, 2012, p. 19 - 32. MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996. PACHECO, J.; *et al*. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. RODRIGUES, D. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. SHIMAZAKI, E. M. PACHECO, E. R. **Deficiência e inclusão escolar**. Maringá: Eduem, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceitos**. São Paulo: Summus, 1998. COLL, C.; PALACIOS, J. MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Tradução por Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. DINIZ, D. **O que é deficiência**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos. FIGUEIREDO, R. V. (org.). **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. MORI, N. N. R.; GOULART, M. P. L. (org.). **Educação e inclusão**: estudo sobre as salas de recursos no Estado do Paraná. Maringá: Eduem, 2010. MORI, N. N. R.; JACOBSEN, C. C. (org.). **Atendimento educacional especializado no contexto da Educação Básica**. Maringá: Eduem, 2012. REILY, L. H. **Escola inclusiva**: linguagem e mediação. Campinas: Papirus, 2004. PADILHA, A. M. L. **Práticas pedagógicas na Educação Especial**. São Paulo: FAPESP, 2001. VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Leis:
BRASIL. **A Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência**. Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010.
BRASIL . **Declaração de Salamanca**. Disponível em <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 10 novembro de 2017.
BRASIL. **Decreto nº 3.956/01**. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, Brasília, DF, 2001.
BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **Metodologia de Pesquisa IV**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Fundamentos da Metodologia Científica Definições conceituais. A comunicação Científica. Métodos e técnicas de pesquisa. A comunicação entre orientados/orientadores. Normas para Elaboração de Trabalhos. O pré-projeto de pesquisa. O projeto de pesquisa. O experimento. A organização de texto científico (normas ABNT). Recursos de apresentação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992. MEDEIROS, J.B. **Manual de redação e normalização textual**: técnicas de editoração e revisão. São Paulo: Atlas, 2002. VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. VERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 1986.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOAVENTURA, E. M. **Como ordenar as idéias**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1997. CHASSOT, Á. **A ciência através dos tempos**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004. CURTY, M. G.; CRUZ, A. C.; MENDES, M.T.R. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**: NBR 14724/2002. Maringá: Dental Press, 2002. DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985. HIRANO, S. **Pesquisa social**: projeto e planejamento. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988. MEDEIROS, J.B. **Correspondência**: técnicas de comunicação criativa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

COMPONENTE CURRICULAR: **Estágio Supervisionado II**
CARGA HORÁRIA: 96h/a 80
EMENTA: A prática pedagógica na fase de alfabetização dos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento e intervenções que pedagógicas que atendam as diferenças de faixa etária das crianças.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. MARCUSCHI, L. A **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001. SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2007. SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. ORSATI, F. T; MECCA, T. P; NATÁLIA ALMEIDA, R.P. C; MACEDO, E. C. **Práticas para a sala de aula baseadas em evidências**. São Paulo: Meminon, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: Em ter artigos que complementam. São Paulo: Cortez, 1987. JOLIBERT, J. **Formando crianças leitoras**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu.** São Paulo: Scipione, 1999. CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita na escola**. São Paulo: UNESP, 2002. FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. Trad. Horácio Gonzáles, 24 ed. atualizada. São Paulo: Cortez, 2002. TEBEROSKY, A. **Aprendendo a escrever - perspectivas psicológicas e implicações educacionais.** São Paulo: Ática, 1995. VASCONCELLOS, C. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para a elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995.

COMPONENTE CURRICULAR: **Alfabetização: Histórico, Políticas e Função Social**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Dimensões sócio-históricas e educacionais da alfabetização inicial e de jovens e adultos no Brasil. Função social da alfabetização. Políticas públicas para a alfabetização inicial e de jovens e adultos. História da alfabetização no Brasil. Métodos de alfabetização: sintéticos e analíticos. Alfabetização de jovens e adultos. Alfabetização no Brasil: questões da atualidade.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis: Vozes, 2005. MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização. São Paulo 1876/1994**. São Paulo: Editora da UNESP; CONPED, 2000. MORTATTI, M. R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. 2006. Disponível em: <http://smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-alfabetizar-letrar/lecto-escrita/artigos/historia%20dos%20metodos%20de%20alfabetizacao%20no%20brasil.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017. WEISZ, T.; TEBEROSKY, A.; RIVERO, J. **Alfabetização no contexto das políticas públicas – Simpósio 15**. Brasília: Ministério da Educação. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol1d.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017. SILVA, E. T. (org.). **Alfabetização no Brasil**: questões e provocações da atualidade. Campinas: Autores Associados, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BALEM, N. M. Revisitando conceitos: alfabetismo/analfabetismo e respectivos neologismos. **Ciências Humanas: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 3, n, 3, p. 1-12, 2002. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/224/404>. Acesso em: 03 nov. 2017. FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se complementam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_a_importancia_do_ato_de_ler.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017. FREIRE, P. **A pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo:

Paz e Terra. 1996. Disponível em: <educadores.educacao.ba.gov.br/system/.../pdf-pedagogiadaautonomia-paulofreire.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Mapa do analfabetismo no Brasil**. 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/485756>. Acesso em: 03 nov. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil**: lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008. 212p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162640POR.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação e Novas Tecnologias**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Desenvolvimento histórico das tecnologias de informação e comunicação. Educação, Novas Tecnologias e Aprendizagem no Ensino Presencial e a Distância. Novas tecnologias e formação de professores. Formação de professores na modalidade de educação a distância.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALVES, L.; NOVA, C. **Educação a distância:** uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, 2003. BARRETO, R. G. (org.). **Tecnologias Educacionais e educação a distância:** avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro, Quartet, 2001. GRINSPUN, M. P. S. Z. (org.). **Educação tecnológica:** desafios e perspectivas. São Paulo, Cortez, 1999. PETERS, O. **Didática do ensino a distância.** São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: COSTA, M. L. F.; ALTOÉ, A; TERUYA, T. K. (orgs.). **Educação e novas tecnologias**. Maringá: Eduem, 2005. (Formação de Professores-EAD; n.16). Disponível em: <http://www.cns.uem.br/download/apresenttecno.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017. FARIA, E. T. (org). **Educação presencial e virtual:** espaços essenciais na escola e na empresa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. FIORENTINI, L. M. R.; MORAES, R. A. (org.). **Linguagens e interatividade na educação a distância**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. GRINSPUN, M. P. S. Z. (org.). **Educação tecnológica:** desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1999, p. 183-226. SOARES, S. G. (org.). **Cultura do desafio**: gestão de tecnologias de informação e comunicação no ensino superior. Campinas: Alinea, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR: **Docência e Diversidade Cultura II**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 1/2004 e nº 2/2015 sobre as temáticas História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Quilombola. Nota Técnica nº 24/2015 sobre o conceito de gênero do Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 que discorre sobre os Processos de Envelhecimento.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2 ed. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005. MC LAREN, P. **Multiculturalismo revolucionário**: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. 5 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed., São Paulo: Edusp, 2013. CANCLINI, N. G. **Sociedade sem relato**: antropologia e estética da iminência. São Paulo: Edusp, 2012. EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005. HALL, S. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003. JAMESON, F. **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001. PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007. TOMMASI, L.; et all. **O Banco Mundial e as políticas educacionnais**. São Paulo: Cortez, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR: **Currículo como Espaço de Construção de Identidade**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Currículo enquanto política cultural. Diferentes organizações curriculares. Construção e significação da identidade.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CHAUI, M.; ITOKAZU, E. M.; CHAUI-BERLINCK L. (org.). 5 ed. **Sobre a violência**. São Paulo: Autêntica, 2017. GOODSON, I. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995. HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: APPLE, M. **Currículo, poder e lutas**: com a palavra, os subalternos. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008. BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo horizonte: Autêntica, 2000. SILVA, T. T. (org.). **O que é afinal estudos culturais?** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.SILVA, T. T. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática Docente III**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Propostas de planejamento da prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental: objetivos, conteúdos, metodologias, recursos, avaliação e mediação pedagógica. Reflexões e avaliação da prática docente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CUNHA, M. I. **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. Campinas: Papirus, 2007. CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. 6 ed. Campinas: Papirus, 1996. FAZENDA, I. C. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1996. GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Papirus, 2002. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005. FONTANA, R. A. **Mediação pedagógica na sala de aula**. Campinas: Autores Associados, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FAZENDA, I. C. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1998. FAZENDA, I. C. **A interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 17 ed. Campinas: Papirus, 2010. MORAN, J. M. *et all*. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000. VACONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002. VACONCELLOS, C. S. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1994. VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1995. VACONCELLOS, C. S. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. São Paulo: Libertad, 1994. VEIGA, I. P. A. (org.). **Técnicas de ensino**: por que não? 12 ed. Campinas: Papirus, 2001. BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1999. IBERNÓN, F. (org.). **Educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000. LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: **Português Instrumental**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Leitura e a Produção de Gêneros Textuais nas Esferas Técnico-Científicas: Concepções de Leitura; Gêneros Textuais: (Conceitos e Condições de Produção); Resumo, Resenha, Manual Técnico e Relatório Técnico. Seminário. Análise e reflexão sobre a língua: operadores argumentativos, acentuação, pontuação e concordância na construção dos sentidos no texto. Estratégias de leitura de gêneros textuais da esfera técnico-científica (manual técnico, relatório técnico, artigo científico, textos de divulgação científica) e jornalística (notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião). Análise e reflexão sobre a língua.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Interpretação de Textos**: competências e habilidades em leitura. São Paulo: Atual, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2016. FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de texto para estudantes universitários**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002. FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. **Para entender o texto**: leitura e redação. 16 ed. São Paulo: Ática, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FÁVERO, L. **Coesão e coerência textuais**. 9 ed. São Paulo: Ática, 2003. GARCEZ, L. **Técnica de Redação**: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins, 2001. PERISSÉ, G. **Ler, pensar e escrever**. São Paulo: Arte e Ciência, 2004. TRAVAGLIA, L.; KOCH, I. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto,1999. GARCIA, O. M. **Comunicação em Prosa Moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1985.

COMPONENTE CURRICULAR: **Inglês Instrumental**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Leitura e reflexões críticas de textos autênticos de diferentes fontes e gêneros textuais. Conscientização do processo de leitura. Utilização dos elementos iconográficos do texto. Noção do texto como um todo linear, coeso e coerente. Estratégias de leitura. Gramática da língua inglesa. Aquisição de vocabulário. Reconhecimento de gêneros textuais. Análise textual de gênero.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FERRARI, M. T; RUBIN, S. G. **Inglês**. Coleção Novos Tempos. Scipione, 2000. FERRARI, M. T.; RUBIN, S. G. **Inglês**: de olho no mundo do trabalho. São Paulo: Scipione, 2008. MUNHOZ, R. **Inglês instrumental**: estratégias de leitura. v. 2, São Paulo: Textonovo: Centro Paula Souza, 2004. MURPHY, R. **Essential grammar in use**. Cambridge: University Press, 2007. SOUZA, A. G. F.; *et. al*. **Leitura em Língua Inglesa**: Uma Abordagem Instrumental. 2 ed., São Paulo: Disal, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CRISTOVÃO, V. L. L. **Modelos didáticos de gênero**: uma abordagem para o ensino de língua estrangeira. Londrina: UEL, 2007. 298p. JACOBS, M. A. **Como não aprender inglês**: edição definitiva: erros e soluções práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. MARTINEZ, R. **Como escrever tudo em inglês**: escrever a coisa certa em qualquer situação. 14 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. TORRES, N. **Gramática prática da língua inglesa**: o inglês descomplicado. 10. ed., São Paulo: Saraiva, 2007. PAIVA (org.). **Práticas de ensino e aprendizagem de inglês com foco na autonomia**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: **Espanhol Instrumental**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Introdução ao idioma espanhol. Conhecimento básico da língua espanhola. Introdução à leitura de textos. Estratégias de leitura. Vocabulário e estruturas básicas abordadas de forma funcional. Vocabulário básico. Estruturas gramaticais: regras gerais, ortografia diversa, exercícios práticos. Leitura instrumental e interpretação de textos da área pedagógica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARAGONÉS, L.; PALENCIA, R. **Gramática de uso del Español**: teoria y práctica. Madrid: Ediciones SM, s.d. CENTELLAS, A. **Método de Español para extranjeros, niveles elemental, intermedio**. Madrid: Edinumen, 1996. FERNÁNDEZ, G. E.; MORENO, C. **Gramática constrativa del Español para brasileños**. Madrid: SgelEducación, 2005. MELONE , H.; MENÓN, L. Conecte - Espanhol - Volume Único - Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2004. SILVA, C. F. **Español através de textos**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FLAVIÁN, E.; ERES FERNÁNDEZ, G. **Minidicionário Espanhol-Português/Português-Espanhol**. São Paulo: Ática, 1994. GONZÁLEZ HERMOSO, A.; *et al*. **Gramática de español lengua extranjera**. Madrid: Edelsa, 1996. MATTE , B. F. **Gramática comunicativa del español**. 2 tomos. Madrid: Edelsa, 1998. MILANI, E. M. **Gramática de espanhol para brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 1999. SILES ARTÉS, J. **Adquisición de léxico**: ejerciciosprácticos. Madrid: SGEL, 1995.

COMPONENTE CURRICULAR: **Ética e Educação**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Conceitos fundamentais da ética: bem e mal, dever, felicidade, liberdade e virtude. Os ideais de educação na Grécia antiga. A questão dos valores e da ética nas relações sociais, educacionais e profissionais. A natureza e especificidade da Educação. A ética na profissão do educador. As relações étnico-raciais, cidadania e convivência social. A ética e a educação perante os conflitos sociais na contemporaneidade.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FREIRA, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. 43 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREIRA, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. JAEGER, W. **Paideia**: A Formação do Homem Grego. 6 ed., São Paulo: Martins Fontes, 2013**.** GIKOVATE, F. **A arte de educar**. Curitiba: Nova didática, 2001. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores associados, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BONJOUR, L.; BAKER, A. **Filosofia**: textos fundamentais comentados. Porto Alegre: Artmed, 2010. CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005. MATTOS, R. A. **História e cultura afro-brasileira**. 2 ed., São Paulo: contexto, 2012. MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2012. SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: **Inovação Tecnológica**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Gestão do conhecimento e de inovações tecnológicas. Contribuições das TIC's no processo de inovação. Inovação e Tecnologia. Tipos e formas de Inovação Tecnológica. O Processo de Inovação e Difusão Tecnológica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDREASSI, T. **Gestão da inovação tecnológica**. São Paulo: Thompson Learning, 2007. MATTOS, J. R. L. **Gestão da tecnologia e inovação**: uma abordagem Prática. Saraiva, 2005. PORTO, G. S. **Gestao da inovacao e empreendedorismo**. 1 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. TIGRE, P. B. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2006. TIDD, J.; BESSANT, J. R.; PAVIT, K. **Gestão da inovação**. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAUTZER, D. **Inovação**: repensando as organizações. São Paulo: Atlas, 2009. PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade**: teoria e prática. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2004. BASSO, M. **Propriedade intelectual, legislação e tratados internacionais**. São Paulo: Atlas, 2007. MOREIRA, D. A.; QUEIROZ, A. C. S. **Inovação organizacional e tecnológica**. São Paulo: Cengage Learning, 2006. ROCHA, L. C. **Criatividade e inovação**: como adaptar-se às mudanças. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: **Leitura de Imagem como recurso didático-pedagógico**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Fundamentos teóricos e a decodificação da imagem fixa e/ou em movimento. Sistematização de metodologias que apreendam a especificidade da linguagem imagética. Experimentação de estratégias de utilização da imagem como material didático-pedagógico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: NOVAES, A. (org.). **Muito além do espetáculo**. São Paulo: Senac, 2005. SCHLICHTA, C. **Arte e educação**: haverá um lugar para a Arte no Ensino Médio? Curitiba: Aymará, 2009. SACCOMANI, M. C. S. **A criatividade na arte e na educação escolar**. São Paulo: Autores Associados, 2016. READ, H. **O sentido da arte**: esboço da história da arte, principalmente da pintura e da escultura, e das bases do julgamento estético. São Paulo: IBRASA, 1968. READ, H. **As origens da forma na arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARBOSA, A. M. (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002. BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e ensaio da cultura. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. CANCLINI, N. G. **A socialização da arte**: teoria e prática na América Latina. São Paulo: Cultrix, 1980. LICHTENSTEIN, J. **A cor eloqüente**. São Paulo: Siciliano, 1994. LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013. NEIVA JUNIOR, E. **A imagem**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994. PARSONS, M. J. **Compreender a arte**: uma abordagem à experiência estética do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo. Tradução de Ana Luísa Faria. Lisboa: Editorial Presença, 1992. PEIXOTO, M. I. H. **Arte e grande público**: a distância a ser extinta. Campinas, São Paulo, São Paulo: Autores Associados, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR: **Contação de História**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Aspectos teóricos e práticos da contação de histórias. Importância e contribuições da contação de histórias em sala de aula. Contação de histórias e formação do leitor. Leitura literária na escola. Reconto de histórias e desenvolvimento da leitura.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: RODARI. G. **Gramática da fantasia**. Tradução: Antonio Negrini. São Paulo: Sumus, 1982. BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Educ, 2003. ECO, U. **Lector in fabula**: a cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Perspectiva, 1979. FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2002. LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MACHADO, A. M. **Texturas**: sobre leituras e escritos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001. MEURER, J. L. e MOTTA_ROHT, D. **Gêneros textuais**. São Paulo: Edusc, 2002. MORAIS, J. **A arte de ler**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1996. SILVA, E. T. **O ato de ler**: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. São Paulo: Cortez, 2002. FONSECA, E. S. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar**. São Paulo: Memnom, 2008. MATOS, E. L. M. M. **Escolarização hospitalar**: educação e saúde de mãos dadas para humanizar. Petrópolis: Vozes, 2009. ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1989.

COMPONENTE CURRICULAR: **Elaboração e Produção de Jogos Didático-Pedagógicos**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Elaboração, produção, avaliação e divulgação de jogos didáticos que contribuam com o processo de ensino e aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CUNHA, N. **Brinquedo, desafio e descoberta**. Rio de Janeiro: FAE. 1988. FRIEDMANN, A (org.). **O direito de brincar**: a brinquedoteca. São Paulo, 1992. KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. Cortez, São Paulo, 1996. POZO, J. I. **Teorias cognitivas da aprendizagem**. 3 ed. Porto Alegre: Artes médicas, 1998. SISTO, F. F.; OLIVEIRA, G. de C.; FINI, L. D. T. **Leituras de psicólogos para formação de professores**. Rio de Janeiro, Vozes, SP: USF, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981. BENJAMIN, W. **Reflexões sobre o brinquedo, a criança e a educação**. São Paulo: 34, 2002. FRIEDMANN, A. **Brincar**: crescer e aprender - o resgate do jogo infantil. Moderna, São Paulo, 1996. HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. Pioneira, São Paulo, 1994. SANTOS C. M. **Levando o jogo a sério**. Presença Pedagógica. v.4 n.23. set/out. 1998. VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: **Teoria Modular da Mente**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Conceituação da Teoria Modular da Mente. Desenvolvimento do Potencial cognitivo. Práxis do Professor na Perspectiva Modular. Dualismo Mente x Cérebro. Funções Mentais. Teoria da Mente. Ciência, Tecnologia e Modularidade. Áreas Cerebrais. Teoria das Inteligências Múltiplas e sua aplicação na educação básica. Estilos de Aprendizagem presentes na sala de aula. Funções Cognitivas da Mente. Áreas Cognitivas da Mente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FONSECA, V. **Cognição, neuropsicologia e aprendizagem**: abordagem neuropsicológica e psicopedagogica. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. GARDNER, H. **A nova ciência da mente**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2003. GARDNER, H. **Estruturas da mente**: a teoria das múltiplas inteligências. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. GARDNER, H. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. VEIGA, E. C.; GARCIA, E. G. **Psicopedagogia e a teoria modular da mente**: uma nova perspectiva para a aprendizagem. 1 ed. São José dos Campos: Pulso, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANTUNES, C. **As inteligências múltiplas e seus estímulos**. São Paulo: Papirus, 1998. ANTUNES, C. **Manual de técnicas de dinâmica de grupo de sensibilização de ludopedagogia**. Petrópolis: Vozes, 1994. GOLEMAN, D. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995. FONSECA, V. **Insucesso escola**: abordagem psicopedagógica das dificuldades de aprendizagem. Lisboa: Ancora, 1999. VISCA, J. **Psicopedagogia**: novas contribuições. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação e Inclusão II**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Panorama geral do atendimento ao estudante com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada, integração, inclusão. Diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (orgs). **A exclusão dos "incluídos"**: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2 ed. Maringá: Eduem, 2012. MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996. PACHECO, J.; *et al*. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. SHIMAZAKI, E. M. PACHECO, E. R. **Deficiência e inclusão escolar**. Maringá: Eduem, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceitos**. São Paulo: Summus, 1998. COLL, C.; PALACIOS, J. MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Tradução por Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. DINIZ, D. **O que é deficiência**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos. FIGUEIREDO, R. V. (org.). **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. MORI, N. N. R.; GOULART, M. P. L. (org.). **Educação e inclusão**: estudo sobre as salas de recursos no Estado do Paraná. Maringá: Eduem, 2010. MORI, N. N. R.; JACOBSEN, C. C. (org.). **Atendimento educacional especializado no contexto da Educação Básica**. Maringá: Eduem, 2012. REILY, L. H. **Escola inclusiva**: linguagem e mediação. Campinas: Papirus, 2004. PADILHA, A. M. L. **Práticas pedagógicas na Educação Especial**. São Paulo: FAPESP, 2001. VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Leis:
BRASIL. **A convenção sobre Direitos das pessoas com deficiência**. Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010.
BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Disponível em <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 10 novembro de 2017.
BRASIL. **Decreto nº 3.956/01**. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, Brasília, DF, 2001.
BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Elaboração do projeto de conclusão de curso (tema relevante na área da Pedagogia, Ensino de Pedagogia e/ou áreas afins) relacionado a educação: planejamento; pesquisa; aspectos gráficos da monografia (as normas da ABNT) e a elaboração das referências bibliográficas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017. MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Redação de artigos científicos**. Métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2016. PINHEIRO, J. M. S. **Da iniciação científica ao TCC**: uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2005. ECO, U. **Como se faz uma tese**. 23 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2016. GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004. SPECTOR, N. **Manual para a redação de teses, dissertações e projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR: **Estágio Supervisionado III**
CARGA HORÁRIA: 144h/a 120h
EMENTA: Ação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Organização das atividades de ensino: planejamento, execução e avaliação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARVALHO, M. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2000. LEMLE, M. **Guia teórico do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2001. KLEIN, L. R. **Alfabetização**: quem tem medo de ensinar? 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997. SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 2 ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991. VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 7 ed. São Paulo: Ícone, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1989. GOULART, C. M. A.; SOUZA, M. **Como alfabetizar**: aa roda com professores dos anos iniciais. Campinas: Papirus, 2015. RANGEL, A. P. **Alfabetizar aos seis anos**. Porto Alegre: Mediação, 2009. VYGOSTY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica José Cipolla Neto. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. Tradução do russo e introdução de Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: **Sociologia da Educação e Transformação Social**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Estudo da identidade social e suas noções de relação, educação, sociedade e desenvolvimento, nas perspectivas do século XXI.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998. HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2014. HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017. LALLEMENT, M. **História das ideias sociológicas**: Das origens a Max Weber. 5 ed., Petrópolis: Vozes, 2012. SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (orgs.). **História, educação e transformação**: Tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAUMAN, Z. **Vida em fragmentos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011. DAMATTA, R. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. FERNANDES, F. **Mudanças Sociais no Brasil**. Global Editora, 2013. MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007. MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação em Direito Humanos**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 3 4h
EMENTA: Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História e evolução dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. A relação entre educação e direitos humanos na consolidação do estado democrático e da cidadania. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Multiculturalismo e Direitos Humanos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 11 maio 2017. BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III)**. Brasília: SEED/PR, 2010. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>. Acesso em: 11 maio 2017. BRASIL. **Resolução n. 1 de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 maio 2017. CANDAU, V. M. F. **Somos todos/as iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. São Paulo: Lamparina, 2012. CANDAU, V. M. F.; PAULO, I. A.; ANDRADE, M.; LUCINDA, M. C.; SACAVINO, S. B.; AMORIM, V. (orgs.). **Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as).** São Paulo: Cortez, 2013. ONU. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** - 1948. 2000. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017. SILVEIRA, R. M. G.; DIAS, A. A.; FERREIRA, L. F. G.; FEITOSA, M. L. P. A.; MAYER Z. M. N. T. (orgs.). **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. Brasil: SEDH, 2010. p. 399-412. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>. Acesso em: 11 maio.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANDRADE, M. **É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano**. Revista de Educação, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educar em direitos humanos**: construir democracia. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.
FONSECA, M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 37-69, jan./jun.1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100004>. Acesso em: 10 maio 2017.
FROTA, M. **Políticas públicas internacionais e nacionais de educação em direitos humanos**: configuração e função social no contexto da crise estrutural do capital. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2014. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2014%20-%20Matheus.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.
NUNES, M. O. **O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e a realidade da escola pública**. 2013, 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000183599>. Acesso em: 11 maio 2017.
OLIVEIRA, V. V. **Direitos humanos e suas justificativas na mídia**: a controvérsia envolvendo o PNDH-3. 2013, 177f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Vanessa-Veiga.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.
SACAVINO, S. (org). Educação em direitos humanos: pedagogias desde o sul. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **Planejamento Escolar: Projeto Político Pedagógico**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Planejamento: objetivos, conteúdos, metodologia e recursos, avaliação e mediação pedagógica. Projeto Político Pedagógico: conceito, legislação e diretrizes norteadoras, PPP como organização da gestão da escola, processo de elaboração, análise de alguns projetos atuais de escolas públicas do Paraná. Avaliação: da prática docente e dos instrumentos de avaliação na escola, do funcionamento e reconstrução do PPP na escola. O Projeto Político Pedagógico como plano de desenvolvimento da escola democrática.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FAZENDA, I. C. **A interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 2010. PADILHA, P. R. **Planejamento Dialógico**: como construir o Projeto Político Pedagógico. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico. 14 ed. São Paulo: Libertad, 2005. VEIGA, I. P. A.; REZENDE, L. M. G. **Escola**: espaço do Projeto Político Pedagógico. Campinas: Papirus, 1998. VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político-pedagógico na escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAMPBELL, S. I. **Projeto político-pedagógico – guia prático**. São Paulo: Wak. 2010. CARIA, A. S. **Projeto Político-Pedagógico**: em busca de novos sentidos. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2011. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3085/1/FPF_PTPF_12_082.pdf> . Acesso em: 07 nov. 2017. DOURADO, L. F.; MORAIS, K. N.; OLIVEIRA, J. F. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática**: sistemas de ensino, órgãos deliberativos e executivos, regime de colaboração, programas, projetos e ações. Políticas e Gestão na Educação. MEC, texto 2, p. 1-13, 2012?. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017. FAZENDA, I. C. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1996. VEIGA, I. P. A. **As dimensões do projeto político pedagógico**. Campinas: Papirus, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação e Interdisciplinaridade**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: A Ciência moderna e a fragmentação disciplinar. Noções de Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade. A interdisciplinaridade na prática pedagógica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CHALMERS, Alan. **A fabricação da ciência**. SP: Unesp, 1994. FAZENDA, Ivani (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 13 ed. São Paulo: Papirus, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). FAZENDA, I. C. A. (org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005. FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011. HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. NÓVOA, A. (org.). **Profissão professor**. Porto: Porto, 1995. PONTUSCHKA, N. N. **Ousadia no diálogo:** interdisciplinaridade na escola pública. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2001. SHULMAN, L. S. Conocimiento y enseñanza: fundamentos de la nueva reforma. Profesorado. **Revista de Currículum y Formación del Profesorado**. Granada-España, ano 9, n. 2, p. 1-30, 2005b. Disponível em: <http://www.ugr.es/local/recfpro/rev92art1.pdf>.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática Docente IV**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Planejamento da prática docente trabalho pedagógico no âmbito da gestão educacional nas instâncias normativas e administrativas dos sistemas de ensino da Educação Básica: objetivos, conteúdos, metodologias, recursos, avaliação e mediação pedagógica. Reflexões sobre a atividade do pedagogo no cotidiano da escola pública. Projeto Político Pedagógico. Instâncias colegiadas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MOSCOVICI, F. A. **Organização por trás do espelho: reflexos e reflexões**. São Paulo: José Olympio, 2001. LARA, A. M. B.; KOEPSEL, E. C. N. (orgs). **Gestão educacional**. Maringá: Eduem, 2010. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009. VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico. 14 ed. São Paulo, Libertad, 2005. VEIGA, I. A.; REZENDE, L. M. G. **Escola**: espaço do projeto político pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de política e administração da educação**, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr., 2007. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A.. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2011. SCHAFFRATH, M. A. Estágio e pesquisa ou sobre como olhar a prática e transformá-la em mote de pesquisa. **Revista Científica/FAP** – Versão Eletrônica. V. 2, jan.- dez., 2007. VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de política e administração da educação**, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr., 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: **Avaliação Escolar**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Perspectivas teóricas da avaliação da aprendizagem. Avaliação diagnóstica, mediadora, formativa, reguladora. Contextualização da avaliação institucional na atualidade. Avaliação institucional. Conceitos e funções da avaliação. Cultura de avaliação institucional. Critérios e instrumentos de avaliação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e Proposições. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2006. LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011. SILVA, J. F. **Avaliação na perspectiva formativa reguladora**: Pressupostos teóricos e práticos. Prefácio de Jussara Hoffman. Porto Alegre: Mediação, 2004. LUCK, H. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. Petrópolis: Vozes, 2012. DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 8 ed. Campinas , São Paulo: Autores Associados, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DEMO, P. **Mitologias da avaliação**: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas. 2 ed. Campinas. Autores Associados, 2002. HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1995. JANASSEN, F. S.; HOFFMAN, J.; ESTEBAN, M. T. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, 2001. HOFFMAN, JUSSARA. **O Jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005. SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, P. **Compreender e transformar o ensino**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR: **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Elaboração do trabalho final de conclusão de curso. Discussão dos resultados, os aspectos gráficos da monografia (as normas da ABNT) e a elaboração das referências bibliográficas. Apresentação e defesa do trabalho final.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017. MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Redação de Artigos Científicos**. Métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2016. PINHEIRO, J. M. S. **Da iniciação científica ao TCC**: uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2005. ECO, U. **Como se faz uma tese**. 23 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2016. GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004. SPECTOR, N. **Manual para a redação de teses, dissertações e projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR: **Estágio Supervisionado IV**
CARGA HORÁRIA: 144h/a 120h
EMENTA: O trabalho pedagógico no âmbito da gestão educacional nas instâncias normativas e administrativas dos sistemas de ensino da Educação Básica. Atividade do pedagogo no cotidiano da escola pública. Projeto Político Pedagógico. Instâncias colegiadas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARBELLO, S. R. C.; LOPES, N. F. M. **Gestão do trabalho pedagógico**. Maringá: EDUEM, 2012. LARA, A. M. B.; KOEPSEL, E. C. N. (orgs). **Gestão educacional**. Maringá: Eduem, 2010. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009. VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico. 14 ed. São Paulo, Libertad, 2005. VEIGA, I. A.; REZENDE, L. M. G. **Escola**: espaço do projeto político pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de política e administração da educação**, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr., 2007. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A.. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e pesquisa.** São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2011. SCHAFFRATH, M. A. Estágio e pesquisa ou sobre como olhar a prática e transformá-la em mote de pesquisa. **Revista Científica/FAP** – Versão Eletrônica. V. 2, jan.- dez., 2007. VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de política e administração da educação**, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr., 2007.

2.11 Avaliação

2.11.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é componente vital da prática pedagógica, tem como função valorizar o ensino e a aprendizagem comprometendo-se com o acompanhamento das formas pelas quais as aprendizagens são edificadas e as competências são constituídas (HADJI, 2001). Deve ser um processo cuidadoso e contínuo que "[...] possibilite uma reflexão crítica sobre todos os elementos, fatores e momentos que interferem na formação a fim de determinar os resultados alcançados" (SOUZA, 2005, p.75-76).

Assim, tomando-se como pressupostos a Resolução CONSUP/IFPR nº 50 de 14 de julho de 2017 (IFPR, 2017e) que estabelece as normas de avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos cursos do IFPR, a avaliação assume as funções diagnóstica, formativa e somativa.

Conforme os artigos nº 4 e 6º da Resolução CONSUP/IFPR n° 50/2017 (IFPR, 2017e), a avaliação como parte do processo de ensino-aprendizagem deverá ser contínua e cumulativa, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, prevalecendo o desenvolvimento do estudante ao longo do período letivo sobre os de eventuais provas finais, e deverá considerar que:

> I – quem, para quê e por que se avalia, o quê e como se avalia o processo de ensino-aprendizagem;
> II – o envolvimento da instituição, dos gestores, dos docentes, dos técnicos administrativos em educação, dos estudantes, da família e da sociedade no processo ensino-aprendizagem;
> III – a visão do estudante como um sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem com sua antecipada ciência de o que será avaliado, com as regras, critérios e instrumentos estabelecidos de forma clara e democrática;
> IV – a autoavaliação por parte dos estudantes, dos docentes e da instituição;
> V – a definição de estratégias para a melhoria do processo ensino-aprendizagem mediante a discussão com os segmentos da comunidade acadêmica acerca dos resultados obtidos nos variados momentos do processo de avaliação (BRASIL, 2017e, p. 3-4).

Serão considerados meios para operacionalização da avaliação (IFPR, 2017e, p. 5-6):

> I – seminários;
> II – trabalhos individuais e/ou em grupos;
> III – testes escritos e/ou orais/sinalizados;
> IV – demonstrações de técnicas em laboratório;
> V – dramatizações;
> VI – apresentações de trabalhos finais de iniciação científica;
> VII – artigos científicos ou ensaios;
> VIII – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC;
> IX – relatórios de estágio;
> X – portfólios;
> XI – resenhas;
> XII – autoavaliações;
> XIII – participações em projetos;
> XIV – participações em atividades culturais e esportivas;
> XV – visitas técnicas;
> XVI – atividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
> XVII – participação em atividades de mobilidade nacional e internacional;
> XVIII – outras atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação pertinentes aos cursos.

Os resultados obtidos no processo de avaliação serão emitidos por componente curricular e disponibilizado por meio eletrônico e/ou entrega individual de boletim, devendo ser expressos por conceitos, sendo:

> I – Conceito A – Quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.
> II – Conceito B – Quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e atingir os objetivos, como critérios propostos no plano de ensino.
> III – Conceito C – A aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir objetivos propostos, conforme critérios propostos no plano de ensino.
> IV – Conceito D – A aprendizagem do discente for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino (IFPR, 2017e, p. 9-10).

Os conceitos terão emissão após cada término do semestre, conforme calendário acadêmico.

O discente será considerado APROVADO quando obtiver conceito final igual a A, B ou C no componente curricular e frequência igual ou superior a 75% da carga horária total de cada componente curricular. Caso contrário o discente será considerado REPROVADO no

componente curricular. Os estudantes que reprovarem em componentes curriculares deverão cursá-las novamente, podendo solicitar matrícula também em componentes curriculares do próximo período. Os estudantes reprovados por frequência devem cursar novamente os componentes curriculares com obrigatoriedade de frequência.

O Artigo 1º da Resolução CONSUP/IFPR nº 02/2017 (IFPR, 2017a), que retifica os Artigos nº 102 e nº 103 da Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 (IFPR, 2011b), estabelece as matrículas em regime de dependência:

> Art. 102: O estudante que obtiver reprovação em componente(s) curricular(es) terá progressão total ou parcial para o semestre seguinte, e deverá cursar o(s) componente(s) em regime de dependência preferencialmente na próxima oferta regular do curso.
> Parágrafo único – Os acadêmicos com direito à progressão parcial poderão optar por matricular-se apenas nas disciplinas em dependência.
> Art. 103: Na impossibilidade de cursar o componente curricular em regime de dependência, na oferta regular do curso, o estudante poderá ser matriculado em turma especial, aberta para esse fim, sendo mantida, obrigatoriamente, a modalidade do curso.

Discentes em processo de adaptação, (transferidos ou que vieram de uma grade que não está mais em uso), serão matriculados no período mais conveniente ao curso em disciplinas que não exigem pré-requisitos, conforme parecer da comissão de avaliação de pedido de aproveitamento de estudos.

Os docentes terão autonomia didático/metodológica para definir qual estratégia, instrumentos e critérios avaliativos serão os mais adequados a serem utilizados, sempre em consonância com os valores, objetivos e princípios adotados pelo IFPR, conforme disposto no Artigo 11º da Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017 (IFPR, 2017e). De acordo com o Artigo 13 da Resolução nº 50/2017 (IFPR, 2017e, p. 7-8), a recuperação de estudos como parte do processo ensino-aprendizagem é obrigatória e compreende:

> § 1º A Recuperação Contínua, que se constitui como um conjunto de ações desenvolvidas no decorrer das aulas, para a retomada de conteúdos que ainda não foram apropriados e/ou construídos pelos estudantes;

> § 2º A Recuperação Paralela, que se constitui como parte integrante do processo de ensino aprendizagem em busca da superação de dificuldades encontradas pelo estudante e deve envolver a recuperação de conteúdos e conceitos a ser realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo docente em horário diverso das disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas cursadas pelo estudante, podendo ser presencial e/ou não presencial.

2.11.2 Plano de Avaliação Institucional

Nos termos da Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004b), toda instituição pública ou privada deve instituir a Comissão Permanente de Avaliação (CPA). A referida lei estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que visa desenvolver processos avaliativos internos nas instituições de ensino, sistematizando a prestação de informações necessárias para a melhoria contínua da educação. Tais informações são solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A CPA tem como atribuições: coordenar e articular o processo de Avaliação Institucional, bem como disponibilizar o resultado final à comunidade acadêmica. CPA do IFPR é composta por docentes, técnicos administrativos, discente e representantes da comunidade. Por ser uma instituição multicampi a CPA contem representantes dos diversos *Campi*.

O Artigo 2º da Lei 10.861/04 (BRASIL, 2004b, grifos do autor) estabelece que, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos discentes, deverá ser assegurado:

> I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
> II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
> III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
> IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.
> Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no **caput** deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Dessa forma, os trabalhos da CPA pretendem levantar, anualmente, as potencialidades, as fragilidades e as ações estratégicas para a melhoria da qualidade do Ensino Superior no IFPR, levando em consideração as dimensões previstas na legislação para esse nível de ensino. Para tanto, os envolvidos no processo educativo são consultados, mediante instrumentos avaliativos específicos para docentes, discentes e técnicos administrativos.

O IFPR utiliza um Plano de Avaliação Institucional que atende às orientações e dimensões exigidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). As três dimensões para o processo de avaliação são: Autoavaliação Institucional, Avaliação Externa *in loco* e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A CPA realizará levantamento de dados por meio de formulários eletrônicos, utilizando como metodologia para a interpretação de dados a escala de *Likert* que expressa o grau de satisfação dos participantes da pesquisa. O formulário contempla proposições que abrangem pontos fundamentais relativos à formulação de relatório de desempenho, integrando assuntos relacionados às ações políticas, pedagógicas e administrativas desenvolvidas no processo de ensino. Após a coleta dos dados e da análise, a CPA os sistematiza divulgando o relatório para a comunidade acadêmica. Tais informações geram um diagnóstico relevante e fundamental aos gestores da instituição, permitindo identificar ações correspondentes a melhoria da educação, conforme objetivos propostos pelo PDI da instituição.

2.11.3 Avaliação do Curso

Os cursos superiores são avaliados conforme os requisitos instituídos pelo SINAES (BRASIL, 2004b). Ao SINAES cabe promover a avaliação externa englobando a avaliação das Instituições, dos Cursos e do desempenho discente.

Para operacionalização da avaliação, o INEP/MEC, órgão responsável pela mesma, disponibiliza em meio eletrônico, orientações gerais elaboradas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) (BRASIL, 2010). Estas orientações envolvem dinâmicas, procedimentos e mecanismos a serem observados pelas comissões de avaliação de

Instituições e de Cursos, e, ocorrem conforme cronogramas emanados do INEP. A avaliação interna e externa constitui um dos aspectos básicos para o necessário aprimoramento da qualidade de ensino, do planejamento e da gestão da Instituição e dos Cursos.

O ENADE consiste em avaliar o desempenho do discente no início e ao final do curso, permitindo a análise dos conhecimentos adquiridos. Outro indicador considerado pelos avaliadores externos, em seus pareceres, são os documentos, previamente analisados, tais como: Censo Educacional, Cadastro Docente e o Formulário Eletrônico com recortes do PPC ou em caso de Avaliação do PDI.

2.11.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia é de responsabilidade do Colegiado do Curso, que a partir de reuniões ordinárias realizará apontamentos a respeito dos respectivos avanços e desafios. As alterações sugeridas pelo Colegiado de Curso serão repassadas ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), o qual analisará e atuará diretamente na estrutura da PPC fazendo revisões/atualizações necessárias. As possíveis alterações poderão ser efetivadas mediante solicitação aos conselhos competentes.

2.12 Estágio Curricular Supervisionado

De acordo com as DCNs de Pedagogia (BRASIL, 2005c, p. 15):

> [...] o estágio curricular que deverá ser realizado, ao longo do curso, em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio, na modalidade Normal e/ou de Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar, ou ainda em modalidades e atividades como educação de jovens e adultos, grupos de reforço ou de fortalecimento escolar, gestão dos processos educativos, como: planejamento, implementação e avaliação de atividades escolares e de projetos, reuniões de formação pedagógica com profissionais mais experientes, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares, que amplie e fortaleça atitudes éticas, conhecimentos e competências, conforme o previsto no projeto pedagógico do curso. O estágio

> curricular pressupõe atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho, reconhecido por um sistema de ensino, que se concretiza na relação interinstitucional, estabelecida entre um docente experiente e o aluno estagiário, com a mediação de um professor supervisor acadêmico. Deve proporcionar ao estagiário uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições para que se forme como autor de sua prática, por meio da vivência institucional sistemática, intencional, norteada pelo projeto pedagógico da instituição formadora e da unidade campo de estágio.

No decorrer do estágio, o estudante deverá proceder ao estudo e interpretação da realidade educacional do seu campo de estágio, desenvolver atividades relativas à docência e à gestão educacional, em espaços escolares e não-escolares, produzindo uma avaliação desta experiência e sua auto-avaliação.

Desse modo, a prática do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia está em consonância com as DCN (BRASIL, 2001a), com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008c), com a Portaria IFPR nº 4, de 22 de junho de 2009 (IFPR, 2009c) e com a Resolução nº 02, de 26 de março de 2013 (IFPR, 2013b). O estudante deverá frequentar e ser aprovado nos componentes curriculares de Estágio Supervisionado I, II, III e IV cumprindo um total de 400 horas, conforme regulamento Anexo 1.

2.12.1 Convênios de Estágio

2.13 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia do IFPR *Campus* Pitanga. O TCC consiste de um artigo ou monografia individual com tema respectivo à área de Pedagogia, conforme regulamento Anexo 2.

2.14 Atividades Complementares

Conforme as DCN para o Curso de Pedagogia as atividades complementares envolvem:

> [...] o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas (BRASIL, 2005c, p. 15).

O inciso IV do Artigo 1º da Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, estabelece que na carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, deverão ser direcionadas "200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais" (BRASIL, 2002d, p.1).

O objetivo das AC é diversificar e enriquecer a formação oferecida na graduação, por meio da participação dos discentes em eventos científicos, culturais e profissionais, como palestras, congressos, encontros, seminários e outros congêneres, em grupos de pesquisa, em projetos sociais e de extensão, publicações de artigos e em cursos de curta duração. Os cursos devem estar relacionados à sua área de conhecimento em interface com temas transversais, tais como sustentabilidade, diversidade, direitos humanos, entre outros, ou associados às atividades de pesquisa, extensão e inovação, como cursos na área de patentes, desenvolvimento e inovação de produtos. As AC possuem regulamento próprio Anexo 3.

2.15 Formas de acesso e permanência

O acesso de discentes ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Paraná *Campus* Pitanga poderá ser realizado por meio de:

1) Aprovação em Processo Seletivo do Instituto Federal do Paraná.

2) Sistema de Seleção Unificada (SISU) do qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do ENEM.

3) Transferência interna: transferência de discente regularmente matriculado em curso superior do IFPR para outro curso superior no mesmo *Campus* ou para outro *Campus* do IFPR, a partir do 2º (segundo) período letivo do curso mediante a existência de vaga e equivalência dos componentes curriculares cursados.

4) Transferência externa: disponibilizada para discente matriculado em curso superior de outras Instituições de Ensino para ingresso em curso de mesmo nível a partir do 2º (segundo) período letivo do curso, mediante a existência de vaga e equivalência dos componentes curriculares cursados.

5) Aproveitamento de Estudos de Curso de Graduação em que é possível o ingresso de discentes que já possuem diploma de curso superior de área afim, a partir do 2º (segundo) período letivo do curso, mediante a existência de vaga.

Observa-se que as transferências internas e externas e o aproveitamento de estudos representam, além das formas de ingresso no Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFPR *Campus* Pitanga, a possibilidade de mobilidade acadêmica para outros cursos de graduação.

São também disponibilizados atendimento aos estudantes realizados pelos docentes nos contraturnos escolares. A coordenação de curso irá realizar acompanhamento, por meio de relatórios, propondo ações voltadas para a permanência e êxitos dos discentes.

Além disso, o Instituto Federal do Paraná desenvolve as Políticas de Apoio Estudantil do IFPR, regulamentadas pela Resolução do Conselho Superior do IFPR nº 11/2009 (IFPR, 2009a), por meio dos vários Programas de Bolsas de Estudos existentes como os Auxílios da Assistência Estudantil, Programas de Bolsas de Inclusão Social, Bolsa Monitoria, Programa de Bolsa de Iniciação Científica, Programa de Bolsa de Extensão, entre outros. O Instituto Federal do Paraná *Campus* Pitanga promoverá diversas atividades acadêmico-científico-culturais, como oficinas práticas, atividades de aprimoramento acadêmico, intervenções na comunidade, entre outras.

2.15.1 Bolsas de Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social, Monitoria e Bolsa-Atleta

A Política de Apoio Estudantil do IFPR é regulamentada pela Resolução CONSUP/IFPR nº 11/2009 (IFPR, 2009a), retificada pela Resolução CONSUP/IFPR nº 53/2011 (IFPR, 2011a), que em seu Artigo 1º define:

> A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais econômicos e sociais.
> Parágrafo único. Essa Política tem como premissa a respeitabilidade a diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã (IFPR, 2011a).

A Resolução CONSUP/IFPR nº 11/2009, Artigo 2º, apresenta os princípios no qual a Política de Apoio Estudantil está pautada:

> I – educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;
> II – igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;
> III – garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;
> IV – defesa do pluralismo de idéias com reconhecimento a liberdade de expressão;
> V – eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação (IFPR, 2009a).

O Artigo 7º da Resolução CONSUP/IFPR nº 11/2009 apresenta as modalidades de auxílios da Assistência Estudantil:

> I – moradia estudantil;
> II – alimentação;
> III – transporte;
> IV – atenção à saúde;
> V – inclusão digital;
> VI – cultura;
> VII – esporte;
> VII – apoio aos estudantes/pais;
> IX – apoio pedagógico;
> X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (IFPR, 2009a).

A Assistência Estudantil oferece ainda: Programa Monitoria, Programa de Inclusão Social, Programa de Apoio à participação de Eventos e o Programa Estudante Atleta, regulamentados, respectivamente, pelas Resoluções CONSUP nº 04/2010 (IFPR, 2010a), nº 64/2010 (IFPR, 2010b), nº 65/2010 (IFPR, 2010c) e pela Instrução Interna de Procedimento nº 01/2014 (IFPR, 2014a).

Além das Políticas da Assistência Estudantil são oferecidas bolsas por meio da Pró Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PRADI), regulamentados pela Resolução CONSUP/IFPR nº 05/2010 (IFPR, 2010d) e Portaria SETEC nº 58, de 21 de novembro de 2014 (BRASIL, 2014b).

O Artigo 1º da Resolução CONSUP/IFPR nº 5/2010 (IFPR, 2010d), trás os seguintes objetivos para os programas de bolsas acima mencionados:

> I – possibilitar aos estudantes dos Cursos Técnicos, integrados ou subseqüentes, o desenvolvimento de competências e habilidades nas atividades de pesquisa científica;
> II – incentivar a participação dos estudantes em projetos de pesquisa, individuais ou em grupo, desenvolvidos por professores-pesquisadores do IFPR, despertando o interesse pela pesquisa e permitindo o desenvolvimento do pensamento científico;
> III – contribuir para a formação de recursos humanos qualificados, aprimorando o processo de formação de profissionais para o mercado de trabalho e possibilitando o aprofundamento de conhecimentos na área do projeto ao qual está vinculado; e
> IV – otimizar a qualidade de ensino e sua indissociabilidade com a pesquisa e com as atividades extensionistas.

O discente do curso de Licenciatura em Pedagogia poderá também pleitear bolsas em projetos de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação que forem submetidos à editais externos por docentes do IFPR conforme regulamentação dada pela Resolução CONSUP/IFPR nº 47/2011 (IFPR, 2011c).

2.15.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores

O Aproveitamento de Estudos Anteriores é previsto na Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011, definido em seu Artigo nº 81: "O aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares ou etapas (séries, módulos, blocos) cursadas com êxito em outro curso" (IFPR, 2011b).

Para o curso de Licenciatura em Pedagogia apenas podem ser aproveitados disciplinas em outros cursos de mesmo nível, como previsto nos Artigos 82 e 86. O pedido deverá ser protocolado pelo discente na Secretaria Acadêmica acompanhada de documentação própria, e seguirá o trâmite apresentado no Artigo nº 84 da referida resolução:

> O pedido de aproveitamento de estudos deve ser protocolado na Secretaria Acadêmica do Câmpus, por meio de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da instituição de origem, da ementa e do programa do componente curricular, autenticados pela Instituição de ensino credenciada pelo MEC.
> § 1º Os pedidos de aproveitamento de estudos devem ser feitos no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico.
> § 2º Os estudantes de cursos na modalidade de educação a distância devem entregar o pedido de aproveitamento de estudos ao tutor do Polo onde se realiza o curso, seguindo os mesmos prazos estabelecidos no parágrafo acima. O tutor deve encaminhar por via postal o pedido para a coordenação do curso correspondente.
> § 3º A Secretaria Acadêmica do Câmpus deve encaminhar os processos de aproveitamento de estudos à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus em até dois (02) dias úteis a contar da data do protocolo.
> § 4º O estudante deve estar matriculado no componente curricular para o qual solicita o aproveitamento, ou ainda não tê-lo cursado.
> § 5º O resultado do pedido de aproveitamento realizado pelo aluno não deve ultrapassar 10 (dez) dias úteis (IFPR, 2011b).

Será constituída, conforme Artigo nº 83 da Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 (IFPR, 2011b), uma comissão para avaliação do pedido de aproveitamento de estudos, compostas por professores da área de conhecimento, que deverá seguir os critérios:

> I - correspondência entre a instituição de origem e o IFPR em relação às ementas, ao conteúdo programático e à carga horária cursados. A carga horária

> cursada não deverá ser inferior a 75% daquela indicada na disciplina do curso do IFPR;
> II - além da correspondência entre as disciplinas, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado.

Em caso de deferimento, caberá a Secretaria Acadêmica o cadastro do aproveitamento de estudos, como apresentado pelo Artigo nº 85.

2.15.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores

A certificação de conhecimentos anteriores está previsto pela Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011, em seu Artigo nº 87:

> De acordo com a LDB 9394/96 e a Resolução CNE/CEB No 04/99, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos (IFPR, 2011b).

Os Artigos nº 88 e nº 90 da Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 definem a Certificação de Conhecimentos Anteriores e estabelecem os procedimentos do processo de certificação ao discente solicitante:

> Art. 88. Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação.
> § 1º A avaliação será realizada sob responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente, designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com o previsto no projeto do curso e terá quinze (15) dias úteis para a expedição do resultado.
> § 2º A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso.
> § 3º Quando solicitado pelo estudante, o pedido de Certificação de Conhecimentos Anteriores deverá ser feito no prazo de até dez (10) dias a contar do início do período letivo, através de formulário próprio entregue à Secretaria Acadêmica do Câmpus.

> § 4º Caberá à Comissão designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus estabelecer a programação e a supervisão das avaliações, bem como a homologação dos resultados finais.
> § 5º Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou Monografia, bem como para Estágio Supervisionado.
> § 6º O estudante deverá estar matriculado ou ainda não ter cursado o(s) componente(s) curricular(es) para o(s) qual(is) solicita a certificação de conhecimentos, até que seja expedido o resultado do seu pedido de aproveitamento.
> Art. 90. Caberá à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus encaminhar o resultado à Secretaria Acadêmica do Câmpus através de processo individual por estudante, contendo os componentes curriculares aproveitados com os respectivos conceitos avaliativos e a frequência, acompanhados de atas e/ou relatórios das avaliações, assinado pelos membros da Comissão designada para tal.
> Parágrafo único. Os componentes curriculares com certificação de conhecimento serão cadastrados, pela Secretaria Acadêmica do Câmpus, no sistema de controle acadêmico com a frequência integral e o desempenho atingido pelo estudante (IFPR, 2011b).

2.15.4 Expedição de Diplomas e Certificados

Conforme a Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 em seu Artigo 114, define-se que:

> O estudante que frequentar todos os módulos/unidades curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento em todos eles, frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das horas-aula e Trabalho de Conclusão de Curso ou relatório de Estágio aprovado, quando o curso exigir, antes do prazo para jubilamento, receberá o diploma de concluinte do curso, que será obtido junto à Secretaria Acadêmica de seu Campus, após ter realizado a colação de grau na data agendada pela Instituição.
> § 1º Antes da colação de grau, o formando deverá apresentar à Secretaria Acadêmica do Campus o comprovante de ausência de débito com a biblioteca e com a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus e, no caso de ter sofrido mudança no nome durante o curso, entregar cópia do documento do qual consta o nome atualizado.
> § 2º O formando que não comparecer à cerimônia de formatura de seu curso deverá solicitar à Direção Geral, mediante requerimento, nova data para formatura em Gabinete, para receber a outorga do diploma (IFPR, 2011b).

O estudante terá outorgado o grau pelo Magnífico Reitor ou seu representante, podendo, a partir de então, exercer a profissão. A comprovação de titularidade ocorrerá mediante diploma, os

trâmites legais para a expedição de diplomas e certificados ficam a encargo da Secretaria Acadêmica que atuará com base nos preceitos de seu regulamento.

O ato coletivo de colação de grau será realizado em sessão solene, em dia, hora e local previamente designados pelo Reitor. Os concluintes que não colarem grau na cerimônia de formatura ou necessitarem de antecipação mediante justificativa, poderão fazê-lo, em dia e hora designados pelo reitor, na presença de, pelo menos, dois professores do curso, em sessão solene realizada em gabinete.

2.15.5 Acessibilidade

O IFPR *Campus* Pitanga busca promover a inclusão, mediante ações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), buscando desenvolver ações que garantam a permanência e o êxito escolar aos discentes com necessidades especiais. O Campus Pitanga conta com a estrutura padrão do bloco administrativo do Instituto Federal do Paraná que se adequa ao atendimento de discentes em inclusão. O prédio conta com quatro banheiros adaptados, sinais braile, elevador para cadeirante, portas largas, entre outros. O IFPR Campus Pitanga, também disponibiliza um computador com software para deficientes visuais, teclado baixa visão, impressão braile e fones de ouvido. Além disso, a instituição mostra-se constantemente preocupada em cumprir com o expresso no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004a), que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 (BRASIL, 2000a), oferecendo prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e outras providências, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000b), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência definidas. O IFPR Campus Pitanga conta com uma equipe de profissionais, contendo psicólogo e assistente social, capacitados para identificar e orientar ações no processo de ensino aprendizagem com a finalidade promover uma educação inclusiva a discentes com necessidades especiais, respeitando as diferenças que envolvem a deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

2.15.6 Mobilidade Acadêmica

Conforme ações do PDI (IFPR, 2017, p. 55), especifica-se a "Implementação e consolidação o Programa de Mobilidade Estudantil Nacional e Internacional e Programa Ciência Sem Fronteiras".

O IFPR, por meio de sua Coordenadoria de Relações Internacionais, busca promover a internacionalização ampla do IFPR, por meio da formulação de políticas, da interlocução com parceiros nacionais e internacionais e do apoio às ações, projetos e programas de internacionalização dos campi e outros setores.

De acordo com essa Coordenação, a internacionalização refere-se a todos esforços da instituição para incorporar perspectivas globais no ensino, pesquisa e extensão; para construir competências internacionais e interculturais entre alunos, professores e técnicos; para estabelecer parcerias com comunidades e instituições no exterior.

As ações especificadas são:

- Participação de Congressos Internacionais, tais como o World Federation of Colleges and Polytechnics (WFCP); Fórum Franco Brasileiro – Ciência e Sociedade.

- Oportunidade de Bolsa de Estudo – Nível Doutorado.

- Programa de Bolsa Robert S. McNamara, para candidatos com doutorado em andamento.

Tais procedimentos são regulamentados pela Instrução Interna de Procedimentos nº 02/2014 – PROENS/IFPR – Mobilidade Estudantil (IFPR, 2014g).

3. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

3.1. Corpo docente

3.1.1 Atribuições do Coordenador

O manual de competências (IFPR, 2015b, p. 228), define a coordenação de curso como sendo:

> A coordenação do curso é o órgão responsável pela parte acadêmica e administrativa do curso, estando vinculada diretamente à Coordenadoria de Ensino. A ela compete o acompanhamento da vida acadêmica do aluno do IFPR, desde a entrada no curso pretendido até o seu término. Também é responsável por responder pelo curso no âmbito do Câmpus, assim como contribuir para a organização curricular do Câmpus.

Assim, o coordenador de curso, deverá desempenhar as seguintes competências:

> Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
> Planejar ação didático/pedagógica dos cursos juntamente com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino;
> Executar as deliberações do CONSAP e CONSUP;
> Orientar o corpo discente e docente dos cursos sob sua coordenação sobre currículo, frequência, avaliação e demais atividades de ensino;
> Organizar e registrar por meio de atas, reuniões com os docentes do curso;
> Supervisionar situações acordadas em reuniões:
> Assessorar a coordenação de ensino na fixação dos horários das aulas nos cursos ofertados;
> Planejar em conjunto com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino as dependências do curso;
> Presidir a comissão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinar na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis;
> Atender os pais juntamente com a Coordenação de Ensino;
> Exercer o papel de ‘ouvidor’ de alunos e professores em assuntos relacionados ao curso;
> Zelar pelos laboratórios, materiais e equipamentos da sua coordenação específica;
> Supervisionar o preenchimento do diário de classe e solicitar correções caso sejam necessárias, assinando-os e encaminhando para a Coordenação de Ensino.
> Implementação e manutenção dos programas de Assistência Estudantil mantidos pelo IFPR no Câmpus, garantindo desta forma, a permanência e o êxito no processo formativo do aluno, através de atividades como:
> Divulgar os editais para a comunidade acadêmica (coordenadores, professores e alunos);
> Preencher relatórios e planilhas (mensais e/ou semanais e/ou anuais);
> Acompanhar a coordenação de Ensino na supervisão dos registros de frequência;
> Acompanhar a revisão e atualização dos PPC;
> Acompanhar novas propostas de cursos e auxiliar na elaboração dos PPC;
> Elaborar calendário acadêmico;

Auxiliar a coordenação de Ensino/Coordenação de Curso na elaboração dos horários de aulas;
Elaborar, revisar e acompanhar os projetos pedagógicos do curso;
Supervisionar os planos de ensino docente e solicitar correções, caso seja necessário, assinando-os e encaminhando-os à coordenação de ensino;
Articular a integração entre as áreas de base nacional comum e de formação específica;
Elaborar, com o auxílio dos docentes, termos de referências, especificações, planilhas e memoriais, para suprimento de materiais, obras, serviços e equipamentos as necessidades do curso;
Acompanhar comissões de avaliação de curso, bem como fornecer informações do curso solicitadas pelos órgãos da Reitoria e também pelas Seções do MEC;
Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração (IFPR, 2015b).

3.1.2 Experiência do Coordenador

Formação Acadêmica:

- Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá/UEM.
- Mestra em Educação (2013) pela Universidade Estadual de Maringá/UEM.
- Especialista em Metodologia do Ensino de Artes (2009).
- Especialista em Educação de Jovens e Adultos (2002).
- Especialista em Psicopedagogia (2001).
- Graduada em Educação Artística (1996/2002) pela Universidade do Oeste Paulista, UNOESTE.

Atuação profissional:

- Professora da Carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal - Campus Pitanga – 2016, atual.
- Professora Auxiliar no curso de graduação em Artes Visuais da Universidade Estadual de Maringá/UEM de 2011 a 2016.
- Coordenadora da Disciplina de Arte do Núcleo Regional de Umuarama. Vínculo: Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação do Paraná/SEED de2007 a 2010.
- Professora de Arte da Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação do Paraná/SEED de 1996 a 2013.

Atuação em grupo de pesquisa (CNPq):

- Desenvolvimento, aprendizagem e educação – UEM.
- O idoso e o processo de envelhecimento – UEM.

Atuação em linha de pesquisa (CNPq):

- Conteúdos curriculares sobre o idoso e o processo de envelhecimento.
- Desenvolvimento e aprendizagem.
- Educação e saúde do idoso.
- Necessidades educacionais especiais.

3.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante é regulamentado pela Resolução nº 1/2010 (BRASIL, 2010a), Resolução nº 8/2011 (IFPR, 2011f) e pela Resolução nº 15/2014 (IFPR, 2014e).

Membros	**Titulação**	**Formação**	**Regime de Trabalho**
Aline Fabiane Barbieri	Mestra	Educação Física	DE
Diego Manoel Panonceli	Mestre	Matemática	DE
Leila Cleuri Pryjma	Doutora	Letras Português – Inglês	DE
Lilian Orvatti	Mestra	Biologia	DE
Maicon Rogério de Souza	Especialista	Física	DE
Marcio Miguel de Aguiar	Mestre	Geografia	DE
Tania Regina Rossetto	Mestra	Arte	DE

Tabela 4: Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

3.1.4 Relação do corpo docente

Nome Completo	**Formação: Graduação**	**Titulação**	**Link Currículo Lattes**	**Componente Curricular**
ALINE FABIANE BARBIERI	Licenciada em Educação Física (UEM) Mestra em Educação (UEM)	DE	http://lattes.cnpq.br/3335991644432934	Núcleos 1, 2 e 3
AMANDA LUZIA	Licenciada em Letras	DE	http://lattes.cnpq.br/	Núcleos 1, 2 e 3

DA SILVA	(UNOESTE) Mestre em Letras (USP)		8195537405575343	
ANGELICA DE SOUSA HRYSYK	Licenciada e Bacharel em Química (UNICENTRO) Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior (FIVALE) Mestra em Química Aplicada (UNICENTRO)	DE	http://lattes.cnpq.br/3013289374324133	Núcleo 2
DIEGO MANOEL PANONCELI	Licenciado em Matemática (UEPG) Mestre em Matemática (UFPR)	DE	http://lattes.cnpq.br/7903522415477804	Núcleo 2
GUSTAVO LEONI BORDIN	Licenciado em Filosofia (UEM) Mestre em Filosofia (UFPR)	DE	http://lattes.cnpq.br/9403399217655483	Núcleos 1 e 2
LEILA CLEURI PRYJMA	Licenciada em Letras (UNOPAR) Especialista em Gestão Escolar (UNOPAR) Especialista em Psicopedagogia Educacional Institucional e Clínica (ESAP) Mestra em Educação (UEL) Doutora em Educação (UNESP)	DE	http://lattes.cnpq.br/5052441188196242	Núcleos 1, 2 e 3
LILIAN ORVATTI	Licenciada em Biologia (UEM) Mestra em Biologia Comparada (UEM)	DE	http://lattes.cnpq.br/4751674108361254	Núcleo 3
MAICON ROGERIO DE SOUZA	Licenciado em Física (UEM) Especialista em Tecnologias e EaD (Centro Universitário Barão de Mauá) Especialista em Docência em Ensino Superior (CESUMAR)	DE	http://lattes.cnpq.br/5652257513045321	Núcleo 2
MARCIO MIGUEL DE AGUIAR	Licenciado em Geografia (UEL)	DE	http://lattes.cnpq.br/0979851705946053	Núcleos 2 e 3

	Especialista em Ensino de Geografia (UEL) Mestre em Geografia (UEL)			
TANIA REGINA ROSSETTO	Licenciada em Educação Artística (UNOESTE) Especialista em Psicopedagogia (UNIBEM) Especialista em Educação de Jovens e Adultos (UNINTER) Especialista em Metodologia do Ensino de Artes (UNINTER) Mestra em Educação (UEM)	DE	http://lattes.cnpq.br/4072169518562105	Núcleos 1, 2 e 3
Previsão de Nomeação Edital 15/2016	Licenciatura em História	DE	X	Núcleo 1
Contratação necessária em 2018	Licenciado em Pedagogia	DE	X	Núcleo 1
Contratação necessária em 2019	Licenciado em Pedagogia	DE	X	Núcleo 1
Contratação necessária em 2020	Licenciado em Pedagogia	DE	X	Núcleo 1
Contratação necessária em 2020	Bacharel e ou Licenciado em Psicologia	DE	X	Núcleo 1
Solicitado pela PAC de Licenciatura em Química – Aprovada	Licenciatura em Pedagogia	DE	X	Núcleo 1

3.1.5 Colegiado de Curso

A Resolução CONSUP/IFPR nº 08 de 2014 (IFPR, 2014b), estabelece o Colegiado de Curso, em seu artigo 24 define este órgão:

> Os Colegiados de Cursos são órgãos consultivos e deliberativos do Câmpus para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso,

> tendo como finalidade o desenvolvimento e fortalecimento dos cursos ofertados, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar.

Segundo a referida resolução, o Colegiado de Curso é composto por docentes dos componentes curriculares do curso, um representante técnico administrativo em educação ligado diretamente ao curso, quando houver e dois representantes discentes, de turmas distintas.

As reuniões do Colegiado de curso ocorrem com periodicidade mínima bimestral, sendo convocada pela Coordenação de Curso, sendo as proposições e deliberações advindas da reunião lavradas em ata, com a assinatura de todos os membros presentes.

As funções do colegiado, conforme disposto no Artigo nº 27 da Resolução CONSUP/IFPR nº 08/2014, são:

> I - Cumprir e fazer cumprir as normas da instituição para o pleno funcionamento do curso;
> II - Propor revisão do Plano de Curso, quando necessário, respeitadas as diretrizes e normas do IFPR;
> III - Manifestar-se sobre as formas de admissão e seleção, bem como sobre o número de vagas iniciais, no que lhe couber;
> IV - Estabelecer normas internas de funcionamento do curso, respeitadas as diretrizes e normas da instituição;
> V - Zelar pelo cumprimento dos Planos de Ensino dos componentes curriculares;
> VI - Orientar e acompanhar a vida escolar/acadêmica dos alunos do curso;
> VII - Deliberar sobre requerimentos de alunos no âmbito de suas competências;
> VIII - Deliberar o horário de aulas do Curso, respeitadas as diretrizes e normas da instituição;
> IX - Estudar, na qualidade de relator ou de membro de comissão especial, as matérias submetidas à apreciação do Colegiado, apresentando o relato e a decisão no prazo estabelecido pelo Colegiado ou pela Coordenação;
> X - Recepcionar os ingressantes do Curso, orientado-os no que se refere ao funcionamento e organização do IFPR;
> XI - Decidir sobre a aprovação ou reprovação de estudantes com dificuldade de aproveitamento nos componentes curriculares, ou em casos específicos que extrapolem a competência didático-avaliativo-pedagógica docente, desde que convocados (IFPR, 2014b).

Desta forma, a composição do colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia Integrado do Instituto Federal do Paraná – Campus Pitanga foi designada pela Portaria nº 99, de 29 de novembro de 2017 (IFPR-CAMPUS PITANGA, 2017a).

3.1.6 Políticas de Capacitação Docente

As políticas de capacitação Docente foram instituídas pelo Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores Públicos, formalizadas pela Resolução CONSUP/IFPR nº 48 de 21 de dezembro de 2011 (IFPR, 2011d). Tais políticas enfatizam a formação, a qualificação e a atualização dos recursos humanos, contemplando os seguintes níveis formativos: cursos de Graduação; cursos de Pós-Graduação Lato Sensu: aperfeiçoamento e especialização; cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu: mestrado e doutorado; estágio Pós-Doutoral; outros cursos, estágios, intercâmbios acadêmico-profissionais ou atividades de capacitação, no interesse da Administração.

A gestão das políticas de Capacitação é realizada em conjunto entre as Pró Reitorias de Ensino, de Gestão de Pessoas, de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, de Administração, de Extensão, Pesquisa e Inovação, as Direções dos *Campi* e do Ensino a Distância do IFPR, conforme é previsto no artigo 4º da resolução supracitada.

3.1.7 Plano de Cargos e Salários dos Docentes

O Plano de Cargos e Salários dos docentes do IFPR é estruturado pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012d), conforme segue:

O Artigo 1º, incisos III e IV, apresenta a carreira de magistério e de professor titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. O Artigo 14 e o Artigo 15 apresentam o desenvolvimento da carreira dos docentes, instituindo os conceitos de progressão e de promoção, os requisitos para a alteração de nível e classe, além da aceleração de promoção. O Artigo 16, o Artigo 17, e o Artigo 18 especificam a estrutura remuneratória do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal instituindo a Retribuição por Titulação (RT) em conformidade com a carreira, cargo, classe, nível e titulação comprovada. O Artigo 20 e o Artigo 21, respectivamente, estabelecem os regimes de trabalho dos docentes e possíveis retribuições que podem ser acumuladas com o regime de Dedicação Exclusiva (DE) (BRASIL, 2012d).

3.2 Corpo técnico administrativo em educação

Nome	Formação	Regime de Trabalho	Função
Ana Carla Luiz Keltel	Graduada em Educação Física (UCP) Especialista em Treinamento Esportivo Escolar (UCP) Especialista em Psicopedagogia Institucional (Instituto EFICAZ)	40h	Assistente em Administração
Anauzira Silveira de Rezende Kurita	Graduada em Gestão da Informação (UFPR) Graduada em Biblioteconomia e Documentação (UFPR) Especialista em MBA em Gestão Estratégica de Negócios (UCP)	40h	Bibliotecária Documentalista
Eliziane Haynosz	Graduada em Administração (UNICENTRO)	40h	Assistente em Administração
Lurdes Antunes	Graduada em Administração (UNICENTRO)	40h	Auxiliar em Administração
Marcelo Mazzetto	Graduado em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda (UNIPAR) Especialista em Gestão Estratégica de Marketing (UNIPAR)	40h	Assistente em Administração
Rafael Aparecido da Silva	Graduado em Gestão de Micro e Pequenas Empresas (UNICENTRO) Graduado em Letras Português-Espanhol (UNICAMPO) Especialista em Gestão Pública em Saúde (UNICENTRO) Especialista em Gestão de Pessoas (IFPR)	40	Técnico em Assuntos Educacionais

Silmara Koliski	Graduada em Administração (UNICENTRO) Especialista em MBA Administração e Finanças (UNINTER) Especialista em Administração Mercadológica com ênfase em Negócios Comerciais (UNICENTRO) Especialista em MBA em Administração e Qualidade (UNINTER)	40h	Assistente em Administração
Wellington Henrique Machado de Lima	Graduado em Comércio Exterior (UNINTER) Graduado em Gestão Pública (IFPR) Especialista em Tecnologia da Informação aplicado na Educação (SÃO BRAZ)	40h	Auxiliar em Administração
Jeovane Pichuski	Graduado em Administração (UNICENTRO) Especialista em Gestão Pública (Faculdade São Braz)	40h	Assistente de Discentes
Solicitado pela PAC Licenciatura em Química - Aprovada	X	40h	Técnico em Assuntos Educacionais
Solicitado pela PAC Licenciatura em Química - Aprovada	X	40h	Analista de Sistemas
Solicitado pela PAC Licenciatura em Química – Aprovada	X	40h	Serviço Social
Solicitado pela PAC Licenciatura em Química – Aprovada	X	40h	Psicólogo
Solicitado pela PAC Licenciatura em Química – Aprovada	X	40h	Técnico de Laboratório – Química
Solicitado pela PAC Licenciatura	X	40h	Técnico de Laboratório – Física

em Química – Aprovada			
Solicitado pela PAC Tecnologia em Agroindústria – Aprovada	X	40h	Técnico de Laboratório de Alimentos/Agroindústria

3.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo em Educação

As políticas de Capacitação dos Técnicos Administrativos são regidas pela Resolução CONSUP/IFPR nº 48 de 21 de dezembro de 2011 (IFPR, 2011d).

3.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação

O Plano de Cargos e Salários dos servidores Técnicos Administrativos da Educação é regido pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005b). O Artigo 6º e o Artigo 7º, apresentam o desenvolvimento do Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos, especificando 5 (cinco) níveis de classificação, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada. O Artigo 10 e o Artigo 10-A institui os conceitos de Progressão por Capacitação Profissional e de Progressão por Mérito Profissional. O Artigo 11 e no Artigo 12 e prevê o Incentivo a Qualificação para os Técnicos Administrativos. O Artigo 13, o Artigo 13-A e o Artigo 14 especifica a composição do vencimento básico, acrescidos de incentivos.

4. INFRAESTRUTURA

O IFPR *Campus* Pitanga conta com a infraestrutura de um Prédio Administrativo (bloco padrão do IFPR) e com uma construção doada, junto com o terreno, pela Prefeitura Municipal de Pitanga, a qual dispõe de 06 salas onde foram organizados laboratórios, conforme disposto no item 5.2, além de um amplo espaço com arquibancada, utilizado para atividades diversas.

4.1 Áreas de ensino específicas

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Salas de aula	Sim (5 salas com 40 conjuntos escolares cada)	Não	68,25m² (2 salas) 68,87m² (1 sala) 68,48m² (2 salas)
Sala de professores*	Sim (2 salas)	Não	68,87m² (cada)
Coordenadoria de curso	Não	Não	X
Sala de reuniões	Sim	Não	38m²

Tabela 5: Áreas de ensino específicas do IFPR *Campus* Pitanga.
*As salas de professores são conversíveis à sala de aula caso seja necessário.

4.2 Áreas de estudo geral

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Biblioteca	Sim	Não	626,64m²
Laboratório de informática	Sim	Não	68,48m²
Laboratório de Ciências (Química, Física e Biologia)	Sim (A ser reformado)	Não	50m²
Laboratório de Música	Sim	Não	25 m²
Laboratório de Arte	Sim	Não	20 m²
Laboratório de Robótica	Sim	Não	30 m²
Áreas externas	Sim	Não	60 000 m² (Terreno

			Campus)

Tabela 6: Áreas de estudo geral do IFPR *Campus* Pitanga.

O laboratório de informática e a biblioteca estão localizados no bloco Administrativo padrão do IFPR, enquanto o Laboratório de Ciências (Física, Química e Biologia) está localizado na construção.

O laboratório de informática conta com 35 mesas, 35 cadeiras, 01 quadro branco e 35 computadores, com a configuração: *Windows* 7, processador AMD A8-5500B APU *with Radeon* (tm) HD *Graphics* 3.2 GHz, Memória de 8GB, 64 *Bits*.

O laboratório de Ciências (Química, Física e Biologia), Arte, Robótica e Música foram organizados na construção. Os discentes têm acesso aos laboratórios apenas com acompanhamento de docentes responsáveis. Os laboratórios de Arte e Música, contam com mesas e cadeiras, e materiais providenciados pelos docentes. O laboratório de Robótica conta com mesas e cadeiras, e kits de robótica.

4.3 Áreas de estudo específico

O Instituto Federal do Paraná *Campus* Pitanga, não possui ambiente de estudo específico para o curso de Licenciatura em Pedagogia. Todos os ambientes do *Campus* são utilizados em conjunto pelos cursos oferecidos.

4.4 Áreas de esporte e vivência

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Áreas de esportes	Não	Não	X
Cantina/ Refeitório	Não	Não	X
Pátio coberto	Sim	Não	106,93m²
Pátio coberto (Construção)	Sim	Não	200m²
Cozinha	Sim	Não	50m²

Tabela 7: Áreas de esporte e vivência do IFPR *Campus* Pitanga.

4.5 Áreas de atendimento discente

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Atendimento psicológico	Não	Não	X
Atendimento pedagógico	Não	Não	X
Atendimento odontológico	Não	Não	X
Primeiros socorros	Não	Não	X
Serviço social	Não	Não	X

Tabela 8: Áreas de atendimento ao discente do IFPR *Campus* Pitanga.

4.6 Áreas de apoio

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Auditório	Não	Não	X
Salão de convenção	Não	Não	X
Sala de áudio-visual	Não	Não	X
Mecanografia	Não	Não	X

Tabela 9: Áreas de apoio do IFPR *Campus* Pitanga.

4.7 Biblioteca

A biblioteca conta com estantes, com acervo de aproximadamente 3601 livros, periódicos, CDs, DVDs, audiolivros, mesas redondas com cadeiras para estudo em grupos, 06 (seis) computadores (Windows 7, processador AMD A8-5500B APU with Radeon (tm) HD Graphics 3.2 GHz, Memória de 8GB, 64 Bits), 68 armários para guardar bolsas e materiais, espaço destinado à secretaria, 03 salas com mesas e cadeiras para estudos individuais ou em grupos, 01 sala de almoxarifado e 01 sala para o Laboratório de Acessibilidade que contém: um computador

de mesa para pessoas com baixa visão, um notebook, uma impressora braile, quatro fones de ouvidos para pessoas surdas, livros para pessoas com baixa visão, livros em braile, livros audiovisuais e audiobooks.

As normas de utilização da biblioteca do IFPR Campus Pitanga são especificadas no Regulamento Geral da Biblioteca do IFPR Campus Pitanga, publicada como anexo da Portaria nº 54 de 24 de novembro de 2016 (IFPR-CAMPUS PITANGA, 2016). A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 8h00 às 12h00; 13h às 17h e das 18h às 22h.

A biblioteca é de livre acesso dos estudantes, servidores, colaboradores e comunidade externa. Sendo que a comunidade externa poderá utilizar unicamente para consulta local. Para o serviço de empréstimo o usuário deverá apresentar o seu cartão de identificação, documento oficial com foto e/ou crachá funcional.

A Seção de Biblioteca do Campus Pitanga é integrante do Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal do Paraná (IFPR), funciona nos termos previstos no Regulamento Geral das Bibliotecas do IFPR, Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos, Instrução Interna de Procedimentos de Seleção e Descarte, Manual de Competências, padrões nacionais e internacionais de documentação e informação, políticas de ensino, Conselho Federal de Biblioteconomia e demais normativas internas e de órgãos reguladores. É um órgão encarregado de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão através da aquisição, tratamento técnico, armazenamento, preservação, disseminação e disponibilização de produtos e serviços de informação para a comunidade acadêmica.

O Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal do Paraná (IFPR) faz uso do sistema PERGAMUM - Sistema Integrado de Bibliotecas para gerenciamento de acervos. Com inúmeros módulos de gerenciamento, o sistema permite a Biblioteca do Campus Pitanga, entre outras atividades, o gerenciamento de seus empréstimos, através do Módulo de Circulação de Materiais, que tem por objetivo fornecer o controle dos processos de empréstimos, devoluções, renovações, controle de reservas, atualização de débitos, serviços, etc, previamente cadastrados no módulo de catalogação.

A seção de Biblioteca do Campus Pitanga, disciplina em seu Regulamento Geral de Bibliotecas, publicado por meio da Portaria nº 54 de 24 de novembro de 2016, os serviços

prestados e as normas de utilização de seus serviços, também norteia o número de obras que cada categoria de usuários pode emprestar, bem como a quantidade de dias que as obras podem ficar emprestadas para o mesmo usuário. Assim, respeita a seguinte orientação: estudantes de Ensino Médio Regular/EaD: 3 títulos no prazo de 7 dias; estudantes de Graduação/EaD: 3 títulos no przo de 7 dias; estudantes Pós-Graduação: 3 títulos no prazo de 14 dias; Docentes: 5 títulosno prazo de 14 dias; Técnicos-administrativos: 5 títulos no prazo de 14 dias; Terceirizados/Estagiários: 3 títulos no prazo de 7 dias.

O horário de funcionamento da Biblioteca do Campus Pitanga é estabelecido de acordo com o horário das atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim seu funcionamento é de segunda a sexta-feira nos seguintes horário: Manhã: 8h – 12h; Tarde: 13h – 17 h; Noite: 18h30 – 22h30.

Quanto ao seu acervo, a Biblioteca do Campus Pitanga, possui 3601 exemplares cadastrados, distribuídos nas áreas de atuação do campus. Especificamente, a área de Pedagogia já conta com um acervo de aproximadamente 954 exemplares cadastrados considerando os títulos adquiridos para as unidades curriculares ministradas no Curso Superior em Pedagogia. A Biblioteca do Campus Pitanga ainda dispõe do acesso ao Portal de Periódicos da Capes e também oferece suporte através de seus serviços de referência.

Anualmente, o acervo é atualizado com base na bibliografia básica e complementar dos PPCs. Com o objetivo de atender as bibliografias do curso de Pedagogia, foi realizado um levantamento de todos os títulos citados nas ementas (Anexo X) para que seja feita a adequação da quantidade, seguindo as orientações e exigências do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES/MEC).

5. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO OU EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO (TOTAL - R$)
Laboratório de ensino	01	R$ 50.000,00
Brinquedoteca	01	R$ 50.000,00

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO OU EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO (TOTAL - R$)
Kit Mesa e Cadeira Infantil - 04 lugares	02	R$ 800,00
Cenário Teatro de Fantoche	01	R$ 100,00
Mural didático	4	R$ 600,00
Armário com porta	6	R$ 2.400,00
Mesa para professor	2	R$ 600,00
Cadeira	2	R$ 200,00
Estante	20	R$ 12.000,00
Tatame de Eva - Blocos de Encaixe 100cm X 100cm X 2,8cm	50	R$ 7.500,00
Almofadas com capas 50x50 cm	30	R$ 1.500,00
Jogo de mesas para 6 lugares e bancos	8	R$ 4.000,00
Tela de projeção 180x180	2	R$ 800,00
Piscina de bolinha 2x2 m² com 2.000 bolinhas	01	R$ 700,00
Escorregador Infantil 3 degraus	01	R$ 200,00
Puff infantil redondo em couro sintético	20	R$ 1.200,00
Globo Terrestre Político	02	R$ 300,00
Corda seda poliéster trançada - 12mm - metro	05	R$ 30,00
Corda Trançada Polipropileno 19mm - metro	05	R$ 30,00
Animais Pula- Pula	05	R$ 250,00
kit 10 fantoches de dedo	10	R$ 23,00
kit 6, 7, 8 Fantoches	10	R$ 1.200,00
Caixa Organizadora 30 Litros	05	R$ 250,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Bonecos de Pelúcia	20	R$ 600,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Carrinhos de brinquedo	20	R$ 400,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Material dourado - 611 peças	5	R$ 350,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 500 peças	5	R$ 200,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 1000 peças	2	R$ 120,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 48 peças	5	R$ 250,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça Progressivo 16/25/49 Peças	10	R$ 150,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Formas Geométricas - Prancha de seleção pequena - 16 peças	05	R$ 160,00

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO OU EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO (TOTAL - R$)
Brinquedo Pedagógico Educativo - Túnel Infantil - 1,80m	02	R$ 150,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Tangran 70 peças mdf	05	R$ 200,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Formação de Palavras - 72 peças	10	R$ 300,00
Tapete Infantil Amarelinha 13 peças	02	R$ 80,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Jogo da Memória Infantil 40 peças	05	R$ 100,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Jogo da Memória - Formas Geométricas	06	R$ 90,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Aramado Borboleta	05	R$ 300,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 150 Peças	07	R$ 210,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 250 Peças	03	R$ 150,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 100 Peças	05	R$ 200,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 500 Peças	05	R$ 350,00
Livros de tecido	200	R$ 4.000,00
Livros Infantis	500	R$ 5.000,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Pequeno Construtor	05	R$100,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Alfabeto Silábico 354 Peças	05	R$ 200,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Numerais - 37 peças	05	R$ 75,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Dado de Pelúcia Grande	10	R$ 500,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Baú Pedagógico	10	R$ 3.000,00
Livros		
INVESTIMENTO TOTAL		R$ 151.918,00

Tabela 10. Planejamento econômico financeiro.

PLANEJAMENTO ANUAL DOS INVESTIMENTOS	
ANO	INVESTIMENTO NECESSÁRIO (R$)
2018	R$ 10,00 (material de consumo)
2019	R$ 100.000,00 (estrutura física)
2020	R$ 51.918,00 (equipamentos)
2021	
INVESTIMENTO TOTAL	R$ 161.918,00

Tabela 11. Planejamento anual dos investimentos

5.1 Expansão do quadro docente

CARGO	NÍVEL DE VENCIMENTOS	VAGAS
Técnico de Laboratório de Ensino/Brinquedoteca	D	1
Assistente Social*	E	1
Auxiliar em Administração*	C	1
Auxiliar de Biblioteca*	C	1
Pedagogo*	E	1
Psicólogo*	E	1
Técnico de Assuntos Educacionais*	E	1
Técnico em TI*	D	1
TOTAL DE CONTRAÇÕES		8

Tabela 12. Expansão do quadro docente.

* Profissionais que não atenderiam apenas o curso em implantação, mas também atenderiam os demais cursos da instituição, uma vez que não há códigos de vagas disponíveis para contração dos mesmos.

5.2 Projeção de aquisição de materiais permanente e consumo

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (a ser adquirido)	QUANTIDADE	Preço médio	QUANTIDADE x Média
Kit Mesa e Cadeira Infantil - 04 lugares	02	R$ 559,90	R$ 1.119,80
Cenário Teatro de Fantoche	01	R$ 143,12	R$ 143,12
Mural didático	4	R$ 23,40	R$ 93,60
Armário Alto com porta	6	R$ 458,43	R$ 2.750,60
Mesa para professor	2	R$ 170,26	R$ 340,52
Cadeira Giratória	2	R$ 164,98	R$ 329,97
Estante	20	R$ 139,61	R$ 2.792,27
Tatame de Eva - Blocos de Encaixe 100cm X 100cm X 2,8cm	50	R$ 134,80	R$ 6.740,17
Almofadas com capas 50x50 cm	30	R$ 45,57	R$ 1.367,00
Jogo de mesas para 6 lugares e bancos	8	R$ 289,04	R$ 2.312,35
Tela de projeção 180x180	2	R$ 376,95	R$ 753,91
Piscina de bolinha 2x2 m² com 2.000 bolinhas	01	R$ 977,69	R$ 977,69
Escorregador Infantil 3 degraus	01	R$ 467,43	R$ 467,43
Puff infantil redondo em couro sintético	20	R$ 146,26	R$ 2.925,27
Globo Terrestre Político	02	R$ 139,52	R$ 279,03
Corda seda poliéster trançada - 12mm - metro	05	R$ 36,13	R$ 180,67
Corda Trançada Polipropileno 19mm - metro	05	R$ 37,32	R$ 186,60

Tabela 13. Descrição do material permanente.

DESCRIÇÃO DOS MATERAIS DE CONSUMO	QUANTIDADE	Preço médio	QUANTIDADE x Média
Animais Pula- Pula	05	R$ 149,63	R$ 748,13
kit 10 fantoches de dedo	10	R$ 22,40	R$ 224,00
kit 6 Fantoches	10	R$ 189,07	R$ 1.890,67
kit 7 Fantoches	10	R$ 120,63	R$ 1.206,33
Caixa Organizadora 30 Litros	05	R$ 54,35	R$ 271,73
Brinquedo Pedagógico Educativo - Bonecos de Pelúcia	20	R$ 58,51	R$ 1.170,27
Brinquedo Pedagógico Educativo - Carrinhos de brinquedo	20	R$ 32,80	R$ 656,07
Brinquedo Pedagógico Educativo - Material dourado - 611 peças	5	R$ 56,63	R$ 283,13
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 500 peças	5	R$ 44,60	R$ 222,98
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 1000 peças	2	R$ 60,68	R$ 121,35
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 48 peças	5	R$ 37,26	R$ 186,32
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça Progressivo 16/25/49 Peças	10	R$ 29,66	R$ 296,63
Brinquedo Pedagógico Educativo - Formas Geométricas - Prancha de seleção pequena - 16 peças	05	R$ 32,83	R$ 164,15
Brinquedo Pedagógico Educativo - Túnel Infantil - 1,80m	02	R$ 149,83	R$ 299,65
Brinquedo Pedagógico Educativo - Tangran 70 peças mdf	05	R$ 39,85	R$ 199,27
Brinquedo Pedagógico Educativo - Formação de Palavras - 72 peças	10	R$ 24,73	R$ 247,30
Tapete Infantil Amarelinha 13 peças	02	R$ 58,87	R$ 117,73
Brinquedo Pedagógico Educativo - Jogo da Memória Infantil 40 peças	05	R$ 34,53	R$ 172,67
Brinquedo Pedagógico Educativo - Jogo da Memória - Formas Geométricas	06	R$ 14,97	R$ 89,80
Brinquedo Pedagógico Educativo - Aramado Borboleta	05	R$ 63,95	R$ 319,73
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 150 Peças	07	R$ 56,17	R$ 393,17
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 250 Peças	03	R$ 58,44	R$ 175,32
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 100 Peças	05	R$ 120,52	R$ 602,58
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de	05	R$ 75,96	R$ 379,82

montar 500 Peças			
Livros de tecido	200	R$ 18,33	R$ 3.665,33
Livros Infantis	500	R$ 9,87	R$ 4.935,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Pequeno Construtor	05	R$ 24,80	R$ 124,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Alfabeto Silábico 354 Peças	05	R$ 55,49	R$ 277,47
Brinquedo Pedagógico Educativo - Numerais - 37 peças	05	R$ 29,55	R$ 147,77
Brinquedo Pedagógico Educativo - Dado de Pelúcia Grande	10	R$ 24,21	R$ 242,07
Brinquedo Pedagógico Educativo - Baú Pedagógico	10	R$ 301,36	R$ 3.013,63

Tabela 14. Descrição do material de consumo.

5.3 Projeção de aquisição de acervo bibliográfico

Os livros que serão adquiridos para o acervo bibliográfico do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFPR Campus Pitanga encontram-se detalhados no Anexo 4.

De acordo com planejamento financeiro do Campus Pitanga para o ano de 2018 (Anexo 5) está previsto um valor de R$145.000,00 para aquisição do acervo bibliográfico, já para o ano de 2019 a previsão é de R$160.000,00, o que atende a demanda apresentada. Os exemplares serão adquiridos de acordo com as ementas e na ordem em que os componentes curriculares forem oferecidos, ou seja, nos anos de 2018 e 2019 será priorizada a compra dos exemplares das ementas dos componentes curriculares previstos para os seis primeiros semestres do curso, respectivamente.

6. REFERÊNCIAS

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar Promulgada nº 1.139, de 28 de outubro de 1992**. Dispõe sobre cargos e carreiras do Magistério Público Estadual estabelecem nova sistemática de vencimentos, institui gratificações e dá outras providências. 1992. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Leis%20Ordinarias/1992_-_LEI_COMPLEMENTAR_PROMULGADA_N%C2%BA_1_139%2C_de_28_de_outubro_de_1992.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. 1997a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 26 de junho de 1997(*)**. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. 1997b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Res02.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. 1999b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3276.htm>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. 2000a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com

mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena** - Parecer nº: CNE/CP 009/2001. 2001a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 06 maio 2017.

BRASIL. **Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001**. 2001b. Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/portarias/2001/por_2001_2253_MEC_regulamentacao_oferecimento.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. 2002c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução 2, de 19 de fevereiro de 2002**. 2002d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 2003a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Portaria 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. 2004d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. 2005b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005.** Brasília, 2005c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 03/2006**. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. 2006a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, n. 92, seção 1, p.11-12, de 16 de maio de 2006b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. 2006c. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 7 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. 2008c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 61, de 15 de maio de 2008**. Estabelecer práticas de sustentabilidade ambiental a serem observadas pelo Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis e dá outras providências. 2008d. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/36_09102008032817.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº: 9/2009**. Revisão da Resolução CNE/CEB nº 3/97, que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 2009b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb009_09.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES). **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. 2010a. Disponível em: <http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Resolucao_1_2010.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 23, de 1º de dezembro de 2010**. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC,

sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. 2010b. Disponível em: <https://prograd.ufg.br/up/90/o/Portaria_Normativa_n.º23-2010.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 22 maio 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 2012b. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 2012c. Disponível em: <https://prograd.ufg.br/up/90/o/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. 2012d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº: 8/2012**. 2012e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 05 jan. 2017.

BRASIL. **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**. **Portaria SETEC nº 58, de 21 de novembro de 2014**. Regulamenta a concessão de bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2014b. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_26205423_PORTARIA_N_58_DE_21_DE_NOVEMBRO_DE_2014.aspx>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. 2015a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&Itemid=30192>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Nota Técnica nº 24/2015 – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC**. 2015b. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015**. 2015c. Disponível em: <ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpsessp/bibliote/informe_eletronico/2015/iels.jan.15/Iels14/U_PT-MEC-GM-27_210115.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 3 ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1979.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População**. 2010a. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/pitanga/panorama>. Acesso em: 24 maio 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Economia**. 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/pitanga/panorama>. Acesso em: 24 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 11, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná. 2009a.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 001/2009 – Conselho Superior**. Ementa: Aprova o Estatuto do Instituto Federal do Paraná – IFPR. 2009b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Res.-01.091.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Portaria nº 4 de 22 de junho de 2009**. Dispõe sobre o estágio no Instituto Federal do Paraná. 2009c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2009/06/PORTARIA-4-DE-ESTGIO-corrigida-Silvia.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 10/2009. Altera os dispositivos do Estatuto IFPR que especifica.** 2009d. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Res.-10.091.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 4/2010 – CONSELHO SUPERIOR**. Dispõe sobre o Programa de Monitoria do Instituto Federal do Paraná. 2010a. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2009/03/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-04-2010.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 64 de 21 de junho de 2010**. 2010b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-64-2010/>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 65 de 28 de julho de 2010**. 2010c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-65-2010/>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 05, de 29 de março de 2010**. Cria o Programa de Bolsas de Iniciação Científica e o Plano de Trabalho para captação de recursos. 2010d.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). Sistema de Bibliotecas. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR)**. Curitiba, 2010e. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impressao.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 53, de 21 de dezembro de 2011**. Altera os Artigos 7º, 8º e 12º da Resolução n°11/09, que determina a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná. 2011a. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-532011/>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 55, de 21 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a Organização Didático Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR. 2011b.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 47, de 21 de dezembro de 2011**. Aprova o Programa Institucional de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação no Instituto Federal do Paraná. 2011c.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2011**. Programa de Qualificação e Formação dos Servidores do IFPR. 2011d.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 13/2011. Aprova a mudança e consolida o Estatuto do IFPR**. 2011e. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Res.-13.11.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 08/2011**. Institui o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito da gestão acadêmica dos Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Tecnologias do Instituto Federal do Paraná. 2011f. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/Res.-08.11-1.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 39 de 18 de junho de 2012. Altera o Anexo I do Instituto Federal do Paraná.** 2012a. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/01/Res.-39.12-Altera-o-Anexo-I-do-Estatuto-do-IFPR..pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 56, de 03 de dezembro de 2012**. Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal do Paraná. 2012b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/01/Res.-56.12.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Observatório Regional**: Cenário Socioeconômico das Unidades do IFPR, n. 1, out./nov. 2013a.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 02 de 26 de março de 2013**. Aprova o Regulamento de Estágios no âmbito do IFPR. 2013b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/Res.-02.131.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Instrução Interna de Procedimentos - IIP nº 001/2014 PROENS/IFPR, 28/03/2014**. Cria e Regulamenta o Programa Estudante-Atleta no Instituto Federal do Paraná. 2014a. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/07/IIP_PROENS_001.2014_estudante_atleta.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Instrução Interna de Procedimentos - IIP nº 002/2014 PROENS/IFPR, 06/09/2017**. Dispõe sobre a oferta de cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/09/IIP-PROENS-02-2017-OFERTA-DE-CURSOS-REGULARES-NO-IFPR.pdf>. Acesso em: 03 abril 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 08, de 30 de abril de 2014**. Regulamenta o Regimento Interno Comum aos Câmpus do IFPR. 2014b. Disponível em:

<http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-08.14-Regimento-interno-comum-aos-campus-09.05.14.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 14, de 10 de junho de 2014.** Altera a Resolução 55/2011, que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica na Educação Superior no âmbito do IFPR. 2014c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-14-de-2014..pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 02 de 10 de março de 2014**. Altera o Anexo I do Estatuto do Instituto Federal do Paraná. 2014d. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/01/Res.-02.2014.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 15, de 10 de junho de 2014**. Altera a Resolução nº 08/2011 – CONSUP que instituiu o NDE no âmbito da gestão acadêmica dos Cursos de Graduação do IFPR. 2014e. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/01/Res.-15.2014.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Portaria nº 120, de 06 de agosto de 2009**. Minuta de alteração. 2014f. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/minuta-portaria120.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Instrução Interna de Procedimentos n. 02/2014 – IFPR/PROENS**. Cria e regulamenta as normas e procedimentos para a Mobilidade Estudantil do Instituto Federal do Paraná. 2014g. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/IIP-02.2014-PROENS-IFPR-MOBILIDADE.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Estatuto do Instituto Federal do Paraná**. 2015a. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/Estatuto-consolidado-atualiza%C3%A7%C3%A3o-06.02.2015.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Manual de competências, de 10 de maio de 2015**. Consolida a estrutura organizacional Multicampus do IFPR e a necessidade de definição e padronização das competências inerentes a cada cargo/função. 2015b.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 02 de 06 de fevereiro de 2015.** Altera o Anexo I do Estatuto do Instituto Federal do Paraná. 2015c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/07/Res.-02.2015.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Instrução Interna de Procedimentos PROENS/IFPR nº 01 de 22 de junho de 2016**. Regulamenta a oferta de cursos regulares no âmbito do Instituto Federal do Paraná. 2016. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/IIP-01-2016.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR-PITANGA). **Portaria nº 54, de 24 de novembro de 2016**. Aprova o Regimento Geral da Biblioteca do Instituto Federal do Paraná – Campus Pitanga. 2016. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/11/Portaria-54_-regulamento-biblioteca.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR-PITANGA). **Portaria nº 99, de 29 de novembro de 2017**. 2017a. Disponível em: <http://pitanga.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/12/portaria-99.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR-PITANGA). **Portaria nº 46 de 05 de junho de 2017**. Delega a Subcomissão de Estruturação de Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia do Campus Pitanga. 2017b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/01/Portaria-46.pdf>. Acesso em: 13 junho 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 02, de 23 de janeiro de 2017**. Altera a Resolução 55/2011, que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica na Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná - IFPR. 2017a.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 19, de 24 de março de 2017**. Estabelece a Política Institucional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica no IFPR e aprova o Regulamento para Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura no IFPR. 2017b.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 40 de julho de 2017**. 2017c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Res.-40.2017.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 13 de 24 de março de 2017.** Aprova a Revisão 2017-2018 do PDI 2014-2018 do IFPR. 2017d. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/resolucao_pdi.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 50 de 14 de julho de 2017**. Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR. 2017e. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Resolução-IFPR-nº-50_2017-Estabelece-as-normas-da-avaliação-dos-processos-de-ensino-aprendizagem-no-âmbito-do-IFPR.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Instrução Interna de Procedimentos PROENS/IFPR nº 02 de 06 de setembro de 2017**. Dispõe sobre a oferta de cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Paraná. 2017f. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/09/IIP-PROENS-02-2017-OFERTA-DE-CURSOS-REGULARES-NO-IFPR.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2014-2018. Versão Revisada, mar. 2017g. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI-2014-2018-Vers%C3%A3o-Revista-2017-2018-Final-30032017.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL SOCIAL (IPARDES). **Perfil avançado do município de Pitanga**. 2008. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=92&btOk=ok>. Acesso em: 7 maio 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMIA APLICADA (IPEA). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**. 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&section=31&category=344&Itemid=359>. Acesso em: 13 de junho de 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANACORDA, M. A. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 13. ed., São Paulo: Cortez, 2010.

MARIZ, R. **Em seis anos, 40% dos professores do ensino médio terão condições para se aposentar**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/em-seis-anos-40-dos-professores-do-ensino-medio-terao-condicoes-para-se-aposentar-17417068>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MARX, Karl. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEIRA, M. E. M. Incluir para continuar excluindo: a produção da exclusão na educação brasileira à luz da psicologia histórico-cultural. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (orgs.). **A exclusão dos "incluídos"**: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2. ed., Maringá: Eduem, 2012, p. 75-106.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Theomai, primer semestre, 2007 (p.107-130), número 015. **Red Internacional de investigadores Theomai sobre sociedad, Naturaleza y desarrollo**. Quilmes, Argentina. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/124/12401511.pdf> Acesso em 30/06/2016.

MORENO, A. C.; TENENTE, L.; FAJARDO, V. **ENEM 2015**: Notas por Escolas. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/educacao/2016/enem-2015-notas-por-escolas>. Acesso em: 22 mar. 2017.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 5 ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 9 ed., Campinas: Autores Associados, 2005.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/territ%C3%B3rios-integrando-espa%C3%A7os>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=verMunTR&m=4119608>. Acesso em: 25 ago. 2017.

TERRITÓRIO DE CIDADANIA PARANÁ CENTRO. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/paranacentropr/one-community?page_num=0>. Acesso em: 25 ago. 2017.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **As ideias estéticas de Marx**. 3 ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VEIGA, I. P. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. G. (orgs.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

UOL. Maioria dos docentes de ensino médio não tem formação na área que atua. 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/11/maioria-dos-docentes-do-medio-nao-tem-licenciatura-na-area-em-que-atua.htm>. Acesso em: 24 maio 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A

REGULAMENTO DO COMPONENTE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAPÍTULO I

Da Caracterização

Art. 1º O componente Estágio Curricular Supervisionado, integrante do currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do IFPR *Campus* Pitanga será desenvolvido em forma de conteúdos teóricos e práticos, com carga horária total de 400 horas. Este componente curricular está dividido em quatro etapas denominadas: Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV, ministrados respectivamente no decorrer do 3º e 4º Ano, de acordo com as normas estabelecidas neste regulamento, constituindo-se o momento de excelência para a formação discente.

Parágrafo único. O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFPR *Campus* Pitanga é regido pela Lei 11.788/08 (BRASIL, 2008c), pelas Resoluções 02/2013 (BRASIL, 2013b), CNE/CP Nº 02/2015 (BRASIL, 2015a) e CONSUP/IFPR Nº 19/2017(IFPR, 2017b).

Art. 2º O componente Estágio Curricular Supervisionado tem como finalidade:

I - Viabilizar a reflexão teórica sobre a prática pedagógica em Pedagogia em diferentes campos de atuação.

II - Oportunizar o desenvolvimento de habilidades necessárias à ação docente.

III - Proporcionar o intercâmbio de informações e experiências concretas para o efetivo exercício da profissão.

IV - Possibilitar a aplicação de conteúdos do Curso de Licenciatura em Pedagogia, de acordo com a realidade das instituições escolares e demais espaços de atuação.

V - Oportunizar a vivência real e objetiva junto à Educação Básica e espaços não formais, levando em consideração a diversidade de contextos em que se apresenta a realidade sócio-cultural.

CAPÍTULO II

Da Organização e do Funcionamento

Art. 3º O componente Estágio Curricular Supervisionado ocorre da seguinte forma:

I – Estágio Curricular Supervisionado I: Educação Infantil .

II – Estágio Supervisionado II: Prática pedagógica na fase de alfetização.

III – Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

IV – Estágio Curricular Supervisionado IV: Gestão Escolar.

§ 1º A carga horária dos componentes Estágio Curricular Supervisionado I e II é de 160 horas, III e IV é de 240 horas, perfazendo o total de 400 horas.

§ 2º Os componentes Estágio Curricular Supervisionado especificados no parágrafo anterior são organizado de acordo com a referida distribuição:

I. A orientação do docente do componente Estágio Curricular será realizada por meio de carga horária semipresencial por meio eletrônico.

II. O contato com o discente ocorrerá meio eletrônico para envio de materiais, solicitação de atividades de pesquisas, relatórios de atividades práticas e teóricas, acompanhamento de plano de aula.

§ 3º Os campos de atuação previstos neste regulamento para atuação do discente são: estabelecimentos de ensino público (preferencialmente) e privado, e espaços não formais.

§ 4º O primeiro contato com a administração e o serviço de supervisão no campo de Estágio se promove por intermédio do coordenador e/ou orientador de Estágio, objetivando a coleta de informações relativas ao desenvolvimento das atividades tais como o número de turmas, período de funcionamento e, prioritariamente, para firmar o compromisso entre as partes, bem como subsidiar o planejamento do componente Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 4º Para que o discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia possa atuar nos diferentes campos de Estágio, a distribuição da proposta de trabalho deve se orientar por:

I - Fundamentação teórica. Leitura e discussão sobre os documentos institucionais. Reconhecimento do ambiente escolar. Observação e intervenção na Educação Infantil, 80horas.

II - Fundamentação teórica. Leitura e discussão sobre os documentos institucionais. Reconhecimento do ambiente escolar. Observação e intervenção na prática pedagógica na fase de maior ênfase na alfabetização (último ano da Educação Infantil e 1 e 2º ano dos Anos Iniciais do

Ensino Fundamental, 80 horas.

III- Fundamentação teórica. Leitura e discussão sobre os documentos institucionais. Reconhecimento do ambiente escolar. Observação e intervenção nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 120 horas.

IV- Fundamentação teórica. Leitura e discussão sobre os documentos institucionais. Reconhecimento do ambiente escolar. Observação e intervenção na Gestão Escolar, 120 horas.

Art. 5º A duração do Estágio Curricular Supervisionado deve ser de no mínimo 100 dias, sendo que a jornada do Estágio não deve ultrapassar 6 horas diárias e 30 horas semanais.

TÍTULO III

Do Perfil e das Atribuições do Docente Coordenador, do Docente Orientador e do Supervisor de Estágio

Art. 6º O coordenador do componente Estágio Curricular Supervisionado é o docente com formação e experiência específica em Pedagogia, ou áreas afins, preferencialmente o coordenador do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Parágrafo único. Ao coordenador de Estágio compete:

I - Estabelecer e manter contato com possíveis campos de Estágio.

II - Mediar a comunicação entre o campo de Estágio e o Curso de Licenciatura em Pedagogia.

III - Designar os docentes orientadores, articulando carga horária, número de estagiários e campos de Estágio.

IV - Acompanhar o Estágio, cuidando para que ele ocorra na forma prevista em lei e conforme o programa do componente Estágio Curricular Supervisionado previsto na PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

V - Acompanhar os orientadores de Estágio por meio de reuniões periódicas.

Art. 7º O professor orientador do componente Estágio Curricular Supervisionado é o docente da área de Pedagogia com formação e experiência específica em Pedagogia e áreas afins, designado pelo coordenador.

§ 1º Ao orientador de Estágio compete:

I - Acompanhar a produção acadêmica e científica de relatos da prática pedagógica em Pedagogia, solicitando Relatório semestral a cada componente.

II - Manter o coordenador ciente das ações desenvolvidas pelo estagiário.

III - Proporcionar condições para que o estagiário vivencie o cotidiano do ensino na Educação Básica e/ou espaços não formais.

IV - Orientar o estagiário no planejamento e na execução das atividades docentes.

V - Acompanhar efetivamente as atividades de prática pedagógica e em outras por eles desenvolvidas, sendo necessária a presença do mesmo no campo de Estágio no dia e horário da prática pedagógica em Pedagogia do estagiário.

VI - Indicar as fontes de pesquisas e de consultas necessárias às soluções das dificuldades encontradas.

VII - Avaliar o desempenho do estagiário conforme critérios estabelecidos.

VIII - Manter contatos periódicos com a administração e supervisão do Estágio, intervindo sempre que necessário.

IX - Acompanhar a frequência do estagiário, conforme carga horária estabelecida para o Estágio Curricular Supervisionado.

X - Cumprir integralmente as normas estabelecidas no regulamento do componente Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia, bem como em outras normas da Instituição que regulam as atividades do componente Estágio Curricular Supervisionado.

§ 2º Cada orientador deve orientar no máximo 10 estagiários.

Art. 8º O supervisor do componente Estágio Curricular Supervisionado é o profissional (co) responsável pelo acompanhamento e supervisão do estagiário, no campo de Estágio, apresentando ou não formação na área de Pedagogia.

§ 1º É necessário que o supervisor esteja presente no campo de Estágio no dia e horário da prática pedagógica em Pedagogia do estagiário.

§ 2º Ao Supervisor de Estágio compete:

I - Auxiliar o estagiário nas questões técnico-administrativas do campo de Estágio.

II - Garantir as condições mínimas necessárias para a realização do Estágio.

III - Manter o coordenador de Estágio informado sobre as ações do estagiário, bem como avaliar

essas ações, sempre que solicitado.

IV - Informar ao coordenador as eventuais modificações no cronograma de atividades do campo de Estágio ou estrutura de funcionamento do mesmo.

V - Realizar a avaliação das atividades desempenhadas pelo estagiário segundo critérios estabelecidos pelo curso.

TÍTULO IV
Das Atribuições do Estagiário

Art. 9º O discente deve cumprir as etapas do componente Estágio Curricular Supervisionado conforme o estabelecido nos incisos I e II do Artigo 3º deste regulamento.

§ 1º Não é permitido ao discente antecipar carga horária do componente Estágio Curricular Supervisionado.

§ 2º O discente pode propor carga horária excedente, de forma voluntária, para atuação pedagógica, desde que a proposta obedeça as mesmas normas exigidas para carga horária obrigatória.

CAPÍTULO V
Da Avaliação e Da Promoção

Art. 10 A avaliação e a promoção no componente Estágio Curricular Supervisionado fica condicionada à observância dos seguintes aspectos:

I - Desempenho nas atividades teórico-práticas promovidas e/ou solicitadas pelo docente orientador.

II - Desempenho na prática pedagógica.

III- Apresentação dos planos de aulas e relatórios semanais das atividades desenvolvidas.

IV - Apresentação do relatório final, segundo normas técnico-científicas previamente estabelecidas.

Parágrafo único. O docente orientador do componente Estágio Curricular Supervisionado pode

estabelecer outros critérios, desde que devidamente registrados e esclarecidos aos discentes.

Art. 11. Pode fazer parte da avaliação do componente Estágio Curricular Supervisionado as observações feitas pelo docente de classe, pelo docente orientador e pela equipe técnico-pedagógica do campo de Estágio.

Art. 12. Tendo em vista as especificidades didático-pedagógicas do componente Estágio Curricular Supervisionado não há, para o estagiário, revisão de avaliação e realização de avaliação final, bem como não lhe é permitido cursá-la em regime de dependência.

Art. 13. Cada etapa do componente Estágio Curricular Supervisionado, conforme o disposto no Art. 3º deste regulamento deve ter três conceitos de avaliação periódica. O conceito final é computado a partir do resultado dos conceitos periódicos.

Parágrafo único. Os critérios para atribuição dos conceitos são aprovados conforme Portaria nº 120 de 6 de agosto de 2009 (IFPR, 2014f), observando o disposto nos Artigos 11, 12 e 13 deste regulamento.

CAPÍTULO VI
Das Disposições Gerais

Art. 14. A carga horária do componente Estágio Curricular Supervisionado atribuída ao docente será igual à carga horária do componente conforme o disposto na estrutura curricular do curso, e o número máximo de 10 discentes por docente poderá ser estendido para 18 discentes por turma.

§ 1º No caso de abertura de novas turmas, estas somente deverão ocorrer quando o número de discentes matriculados ultrapassar o estipulado acima, com o aval do Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

§ 2º Cabe ao coordenador de Estágio o encaminhamento da relação nominal dos discentes do componente Estágio Curricular Supervisionado para a Coordenação de Estágio, com o objetivo de atender ao disposto no caput deste artigo.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO
CURSOS DE LICENCIATURA

As partes abaixo qualificadas celebram neste ato Termo de Compromisso de Estágio conforme a Lei nº 11.788/08.

DADOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO – CAMPO DE ESTÁGIO	
Instituição de Ensino:	
CNPJ:	
Nome da pessoa que representada	
Endereço:	
Cidade:	
Telefones:	

DADOS DO ALUNO(A)	
NOME:	
CAMPUS:	
CURSO:	
PERÍODO:	
MATRICULA:	

Residente à rua _____ , n°_____ na cidade de _____, Estado _____, CEP _____, Fone _____, CPF_____ Data de Nascimento _____/_____/____ , doravante denominado Estudante, com interveniência da Instituição de Ensino, celebram o presente Termo de Compromisso em consonância com o Art. 82 da Lei nº 9394/96 – LDB, Art. 1º da Lei nº 11.788/08 mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA As atividades a serem desenvolvidas durante o Estágio constam de programação acordada entre as partes, Plano de Atividades em anexo- e terão por finalidade propiciar ao Estudante uma experiência acadêmico-profissional em um campo de trabalho determinado, visando:a) o aprimoramento técnico-científico em sua formação; b) a maior proximidade do aluno, com as condições reais de trabalho, por intermédio de práticas afins com a natureza e especificidade da área definida nos projetos políticos pedagógicos de cada curso;

CLÁUSULA SEGUNDA O presente estágio somente poderá ser iniciado após assinatura das partes envolvidas, não sendo reconhecido ou validada com DATA RETROATIVA;

CLÁUSULA TERCEIRA O estágio será desenvolvido no período de _____/_____/_____a _____/_____/_____, no horário das _____ às _____hs, ser prorrogado, através de emissão de Termo Aditivo;

CLÁUSULA QUARTA Em caso do presente estágio ser prorrogado, o preenchimento e a assinatura do Termo Aditivo deverão ser providenciados antes da data de encerramento, contida na Cláusula Terceira neste Termo de Compromisso;

CLÁUSULA QUINTA Na vigência deste Termo de Compromisso o Estudante será protegido contra Acidentes Pessoais, providenciado pela IFPR e representado pela Apólice n° _____ da Companhia _____

CLÁUSULA SEXTA Nos termos do Art. 3° da Lei n° 11.788/08, o Estudante não terá, para quaisquer efeitos, vínculo empregatício com a Parte Concedente;

CLÁUSULA SÉTIMA Constituem motivo para interrupção automática da vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio:

- Conclusão ou abandono do curso e o trancamento de matrícula;
- Não cumprimento do convencionado neste Termo de Compromisso.
- Solicitação do estudante;

- Solicitação da parte concedente;
- Solicitação da instituição de ensino.

CLÁUSULA OITAVA: A instituição de ensino indica como orientador do estágio o (a) professor (a) identificado (a) acima, o (a) qual será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades dos estagiários.

CLÁUSULA NONA: Os estagiários comprometem-se a cumprir fielmente o Plano de Atividades de Estágio, observando as normas disciplinares e de segurança impostas pela concedente**,** bem como a atender às orientações gerais recebidas da mesma, responsabilizando-se por danos advindos de eventual inobservância de tais normas.

CLÁUSULA DÈCIMA: Compete a cada estagiário apresentar periodicamente, em prazo não superior a 06 (seis) meses, à instituição de ensino, relatório das atividades desenvolvidas, de acordo com o estabelecido no plano de estágio, com vista obrigatória da concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: a concedente assegura aos estagiários, conforme o artigo 13 da Lei Federal nº 11.788/2008, período de recesso de 30 (trinta) dias, caso o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, o qual será gozado preferencialmente durante suas férias escolares. Este recesso será proporcional nos casos em que o período de estágio seja inferior a 01 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: À concedente cabe oferecer condições físicas e materiais indispensáveis ao desempenho dos estagiários, controlando sua frequência, exercendo supervisão adequada, comunicando à instituição de ensino qualquer irregularidade no estágio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Ao final do estágio a concedente fornecerá aos estagiários uma Declaração de Atividades, a fim de que os (as) mesmos (as) possam comprovar a sua experiência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O presente instrumento poderá ser alterado ou rescindido de comum acordo entre as partes ou unilateralmente, mediante prévia comunicação de uma das partes a outra, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, ou ainda por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, cabendo à parte que der causa à inadimplência arcar com os prejuízos dela advindos. Em caso de conclusão do curso, abandono ou trancamento de matrícula no curso pelo estagiário, sua exclusão do presente termo será automática.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As partes celebrantes deste Termo de Compromisso e Plano de Atividades de Estágio declaram pleno conhecimento dos termos da Lei Federal nº 11.788/2008, comprometendo-se ao seu fiel cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o Foro da Comarca de Pitanga-PR para dirimir questões resultantes do presente Termo de Compromisso e Plano de Atividades de Estágio, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estar de inteiro e comum acordo com as condições deste Termo de Compromisso, as partes assinam em 04 (quatro) vias de igual teor.

_____, ___ de _____ de _____

_____
UNIDADE CONCEDENTE
(assinatura e carimbo)

_____
ESTUDANTE
(assinatura)

_____
PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIOS/IFPR
(assinatura e carimbo)

_____	_____
COORDENADOR DO CURSO – IFPR (assinatura e carimbo)	CHEFE DE SEÇÃO DE ESTÁGIOS E RELAÇÕES COMUNITÁRIAS – IFPR (assinatura e carimbo)

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR - LICENCIATURA

Este PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO é parte integrante do Termo de Compromisso de Estágio, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

DADOS DO ESTAGIÁRIO

Nome completo:	
Matrícula:	
Curso:	
Turma:	
Período:	
Turno do curso:	
Telefone: ( )	**E-mail**:
Professor Orientador:	
Telefone: ( )	**E-mail**:

DADOS DA CONCEDENTE

Razão Social:	
CNPJ:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Telefone: ( )	**E-mail**:

DADOS DO ESTÁGIO

Período de estágio: ____/____/_____ a ____/____/_____	Horário de estágio: ____:____ às ____:____
Objetivos: _____ _____	

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

Atividades a ser realizadas: _____

_____

_____

_____

a) Modalidade da Supervisão: Direta **b) Carga Horária Total: _____ horas**

Local:_____ , _____ de _____ de 20____

_____
Coordenador do Curso

_____
Professor Orientador IFPR

_____
Orientador na Unidade Concedente

APÊNDICE B

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAPÍTULO I
DAS CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia do Instituto Federal do Paraná *Campus* Pitanga.

Parágrafo único: O TCC será apresentado sob a forma de monografia, independente da natureza teórica ou prática do trabalho desenvolvido pelo discente e será regido pelas normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e em consonância com as Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR, 2010e).

Art. 2º Os objetivos do Trabalho Conclusão de Curso (TCC) são:

I - Colocar os discentes em contato com problemas reais na área do curso e/ou áreas afins.

II - Possibilitar a demonstração, em trabalho acadêmico apropriado, de que o discente desenvolveu habilidade investigativa e criadora, conseguindo aplicar os conhecimentos obtidos na solução de algum problema ou questão real da área.

III - Propiciar a investigação por meio da pesquisa, como forma sistematizada, disciplinada e formal de resolução de problemas das organizações ligadas às áreas do curso e/ou áreas afins.

IV - Executar projetos que levem ao desenvolvimento de produtos, serviços ou processos para resolução de problemas, no sentido de ampliar a integração entre organizações e o Instituto Federal do Paraná.

V - Intensificar a extensão universitária por meio da resolução de problemas existentes na sociedade.

VI - Aplicar as teorias, conceitos, modelos e metodologias aprendidas durante o curso, na elaboração de trabalhos eficazes.

VII - Familiarizar o discente com o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e de implementação de projetos.

VIII - Desenvolver a proficiência escrita, adequada a relatórios técnicos.

IX - Permitir a síntese e a sistematização de conhecimentos e habilidades desenvolvidos ao longo do curso de graduação.

X - Proporcionar a construção do conhecimento coletivo.

XI - Ser instrumento de avaliação e de formação dos discentes dentro dos critérios definidos no projeto pedagógico do curso.

Art.3º O TCC deverá ser realizado individualmente.

CAPÍTULO II
DO TEMA DO TCC

Art 4º O tema para o TCC deve estar inserido em uma das áreas do curso e/ou áreas afins.

CAPÍTULO III
DO VÍNCULO DE ORIENTAÇÃO

Art. 5º A solicitação de vínculo com orientador será protocolada na Secretaria, em até trinta dias após o início do sétimo semestre por meio de formulário específico.

§1º Um documento com as linhas de pesquisa e respectivos orientadores, aos quais os discentes deverão se vincular para o desenvolvimento do TCC será expedido pela Coordenação do curso.

§2º Ao final do prazo, o coordenador de Curso efetuará análise das indicações de vínculos solicitados pelos discentes e, em até trinta dias homologará análise e informará acerca da designação dos orientadores de cada discente.

§3º Será permitida a orientação de no máximo sete discentes por docente.

CAPÍTULO IV
DA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 6º A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso será durante o componente curricular de TCC II e em até trinta dias antes do término do oitavo semestre, mediante recomendação do professor orientador, o discente deverá apresentar seu trabalho, para uma banca de Defesa de Trabalhos Conclusão de Curso, a qual será designada pelo Professor Orientador em data previamente agendada calendário vigente.

Art. 7º Para ser aprovado no TCC, o discente deverá apresentar ao professor orientador o documento que comprove as participações em reuniões com o orientador e outras solicitações pertinentes.

Art. 8º O conceito final deverá levar em consideração os seguintes critérios:

a) O conceito atribuído pelo professor-orientador com base em relatórios de progresso elaborados pelo mesmo em momentos apropriados e apresentado por meio de folha de avaliação detalhada de acordo com formulário de avaliação.

b) O conceito atribuído pelo professor orientador referente ao aspecto metodológico da Monografia Final de TCC.

c) O conceito atribuído à defesa do TCC perante Banca Examinadora durante a Sessão de Defesa.

Art. 9º O TCC deverá ser entregue para o professor de TCC II, sob protocolo e autorização do professor Orientador, nos prazos definidos pelo Colegiado de Curso.

CAPÍTULO V
DO ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO

Art. 10. O acompanhamento dos discentes no TCC dar-se-á pelo professor orientador nos dois últimos semestres do curso com assessoria da Coordenação, observando-se sempre a linha de pesquisa em que será desenvolvido o projeto, a área de atuação e a disponibilidade do professor orientador.

§ 1º A mudança de vínculo com o orientador deverá ser solicitada pelo discente junto à Coordenação de Curso com a concordância dos professores orientadores, aprovada e comunicada à Coordenação de Curso para registro dentro dos prazos estabelecidos pelo calendário do semestre.

§ 2º O acompanhamento do TCC será feito por meio de reuniões periódicas, previamente agendadas entre professor orientador e orientando.

§ 3º É obrigatória a participação do discente em pelo menos 75% das reuniões de orientação, sob pena de não ter o trabalho recomendado para a Defesa.

CAPÍTULO VI
DA AUTORIZAÇÃO PARA DEFESA

Art. 11. Durante o oitavo semestre do curso o trabalho desenvolvido por ocasião da qualificação deverá ser avaliado pelo professor Orientador e estar em condições de defesa perante a banca de avaliação.

§ 1º O TCC será qualificado com base em critérios estabelecidos pelo professor orientador sendo que ao final da avaliação serão considerados como autorizados ou não autorizados.

§ 2º Os trabalhos considerados não autorizados pelo Professor Orientador deverão ser entregues à Coordenação de Curso ficando o discente obrigado a cursar novamente o componente curricular TCC II.

CAPÍTULO VII
DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 12. A defesa do TCC ocorrerá em evento específico, cuja data, horário e local serão informados em edital interno próprio para tal evento e seguindo o calendário vigente.

§ 1º Para participar da defesa do TCC, o discente deverá entregar, na Secretaria Acadêmica, até a data máxima prevista pelo Colegiado de Curso:

a) Três vias do trabalho, encadernadas em espiral.

b) Documentação do orientador, autorizando o trabalho para a defesa.

§ 2º Quando o trabalho final for entregue em data posterior ao limite definido pelo Colegiado do Curso, a relevância do motivo deve ser avaliada pelo coordenador do curso, em conjunto com o Colegiado do Curso, desde que não haja prejuízo para os demais prazos previstos no calendário vigente.

CAPÍTULO VIII
DA COMPOSIÇÃO DAS BANCAS DE DEFESA

Art. 13. A banca de defesa do TCC será composta por três membros titulares e um membro suplente:

§ 1º poderão ser membros os professores dos Cursos de Graduação do IFPR, com interesse na área de abrangência da pesquisa, professores de outras Instituições de Ensino Superior, ou ainda por profissionais de nível superior que exerçam atividades afins com o tema do TCC, sendo que o professor-orientador é o presidente da banca.

§ 2º Não poderá ser indicado para compor a banca cônjuge, convivente, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até segundo grau do discente.

§ 3º O Professor Orientador, em conjunto com a Coordenação de Curso, definirá a composição das bancas, respeitando os seguintes critérios:

a) Equidade do número de indicações de cada componente da banca.

b) Área de pesquisa e atuação acadêmica do membro da banca.

c) Interesse e disponibilidade do membro da banca.

CAPÍTULO IX
DA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 14. A defesa do TCC ocorrerá:

a) Com duração de 20 a 30 minutos com tolerância de dez minutos para os discentes apresentarem seu trabalho.

b) Até 15 (quinze) minutos para cada componente da Banca Examinadora fazer sua arguição.

c) 10 (dez) minutos para os discentes responderem a cada um dos examinadores.

Parágrafo único - A duração total da sessão pública de Defesa não pode ser superior a 1h40min (uma hora e quarenta minutos), excluindo a duração da sessão secreta para redação da Ata de Defesa e do parecer da banca examinadora.

Art. 15. A atribuição dos conceitos dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, em sessão secreta.

§ 1º Os conceitos serão individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

§ 2º O conceito final da Sessão de Defesa será decidido pela banca.

Art. 16. O discente será aprovado no TCC se obter os conceitos A, B ou C e será considerado reprovado se obter o conceito D.

CAPÍTULO X
DA ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC

Art. 17. Até dois dias antes do encerramento do semestre letivo e em consonância com o calendário vigente, o discente deverá entregar na Secretaria Acadêmica, juntamente com o encaminhamento do professor orientador, que declara ter avaliado e incorporado as sugestões da banca examinadora, uma cópia encadernada em capa dura, que será encaminhada à biblioteca e uma cópia em CD-ROM ou DVD.

§ 1º Deverá ser entregue uma autorização do discente para divulgação do trabalho no site do IFPR.

§ 2º Antes da entrega da versão final o discente deverá dirigir-se à biblioteca para a elaboração da ficha catalográfica do trabalho final.

§ 3º Caso o discente não entregue a versão final, o mesmo obterá conceito D no componente curricular TCC II.

CAPÍTULO XI
DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE CURSO

Art. 18. Compete ao Coordenador de curso:

a) Acompanhar junto à Secretaria Acadêmica os procedimentos necessários aos registros das atividades do TCC.

b) Apoiar os professores orientadores, esclarecendo dúvidas com relação aos regulamentos e procedimentos acadêmicos.

c) Cadastrar semestralmente os docentes interessados em orientar trabalhos com os respectivos

interesses e disponibilidades e organizar as pastas de orientação.

d) Estipular prazos para as definições das bancas e suas realizações.

e) Supervisionar a condução de todos os procedimentos necessários para a conclusão dos Trabalhos de Conclusão de Curso e organizar, em conjunto com o Colegiado de Curso, soluções para os casos que surgirem.

f) Definir local para disponibilização da versão digital das Versões Revisadas dos Trabalhos Finais.

CAPÍTULO XII
DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 19. Compete ao Professor Orientador:

a) Definir linhas e sugerir temas de seu interesse, condizentes com o perfil do curso e de seu domínio de conhecimento, para serem analisados e escolhidos pelos discentes.

b) Quando solicitado pela coordenação do curso, apresentar e discutir, com os discentes, os temas propostos.

c) Orientar o discente na elaboração da proposta do TCC, bem como do trabalho final, dentro dos preceitos da conduta ética.

d) Acompanhar o desenvolvimento do TCC.

e) Avaliar o trabalho escrito e autorizar ou não o envio do mesmo para defesa.

f) Participar da qualificação e da banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso dos seus orientandos.

g) Supervisionar a elaboração do Projeto de Pesquisa, da pesquisa em si e das Monografias de Qualificação e Final de seu orientando.

h) Observar e respeitar todas as datas limites de entrega de materiais relacionados ao TCC descritos em calendário aprovado pelo Colegiado de Curso.

i) Aprovar a entrega do Projeto de Pesquisa e Relatórios de seu orientando através de sua assinatura e data.

j) Analisar e aprovar as versões digitais, impressas, e formulários que o discente deve entregar

aos diversos órgãos internos.

k) Presidir a Sessão de Defesa dos Trabalhos Finais de seus orientandos.

l) Supervisionar se as alterações recomendadas pelos membros da Banca Examinadora foram realizadas pelo discente, após sua apresentação.

m) Reunir-se com o discente, após a divulgação do resultado da avaliação da Defesa da Monografia Final, para avaliar as considerações emitidas pela banca examinadora e decidir quais serão acatadas e incluídas nas versões seguintes da Monografia.

n) Assinar as atas e formulários inerentes ao processo de avaliação do TCC.

o) Conferir se os trabalhos elaborados sob sua orientação estão em conformidade com as Normas e Padrões para Normalização de Trabalhos Acadêmicos.

p) Analisar o mérito, deliberar sobre as incorporações das sugestões feitas por ele e pela banca de defesa e verificar se o discente procedeu às alterações solicitadas.

Parágrafo único: A recusa por parte do docente de proceder à orientação de TCC quando solicitado, deverá ser justificada por escrito e encaminhada à coordenação do seu respectivo curso, ficando arquivada em seu prontuário.

CAPÍTULO XIII
DAS ATRIBUIÇÕES DO DISCENTE

Art. 20. Compete ao discente:

a) Estudar e aplicar as normas técnicas de elaboração de monografia.

b) Elaborar proposta de TCC, após escolha do tema e estabelecimento formal do vínculo com o orientador.

c) Procurar o professor orientador para estabelecimento de vínculo de orientação e discutir, com este, a proposta de Trabalho de Conclusão de Curso.

d) Comparecer às reuniões agendadas pelo orientador.

e) Apresentar o TCC para qualificação do orientador.

f) Conduzir e executar o TCC, obedecendo às normas definidas neste regulamento e os padrões éticos de respeito a direitos autorais.

g) Redigir e defender o trabalho final.

h) Entregar cópia corrigida do trabalho final.

i) Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pelo IFPR e pelo professor orientador.

j) Realizar as mudanças e/ou alterações que forem indicadas e/ou propostas pela Banca de Defesa antes do trabalho definitivo.

k) Elaborar sua pesquisa e produzir todos os relatórios exigidos e entregá-los nos prazos definidos pelo Colegiado do Curso ou por seu professor-orientador.

l) Elaborar seu TCC de acordo com os padrões estabelecidos e entregá-lo no prazo para a avaliação da Banca Examinadora.

m) Elaborar a apresentação de seu TCC e apresentá-la na data e hora marcadas para a Banca Examinadora.

n) Providenciar a Ficha Catalográfica de sua monografia junto à Biblioteca, antes da encadernação da Versão Revisada do TCC final.

o) Entregar cópia de seu TCC Final devidamente encadernadas à Secretaria no prazo indicado, sob pena de reversão do resultado.

p) Cadastrar cópia digital de seu TCC em repositório específico, definido pela Coordenação de Curso.

q) Obedecer a todos os prazos estabelecidos no Calendário Vigente e entregar à Coordenação de Curso e à Secretaria todos os documentos pertinentes solicitados neste regulamento.

r) Respeitar este regulamento.

s) Ser ético e respeitar os direitos autorais e comitês de ética.

CAPÍTULO XIV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA BANCA

Art. 21. Compete ao Professor membro da Banca Examinadora:

a) Corrigir o TCC a ele submetido para avaliação e elaborar seu parecer.

b) Em caso de impedimento para comparecer à Sessão de Defesa, avisar com o máximo de antecedência ao professor-orientador e ao coordenador do curso para que o Suplente possa

substituí-lo.

c) Assinar as atas e formulários inerentes ao processo de avaliação do TCC.

CAPÍTULO XV
DAS ATRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA DO IFPR

Art. 22. Compete à Biblioteca:

a) Elaborar a ficha catalográfica para a Versão Revisada do Trabalho de Conclusão de Curso.

b) Realizar o cadastramento da cópia da Versão Revisada do Trabalho de Conclusão de Curso Final em seu acervo.

CAPÍTULO XVI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Os formulários e demais documentos citados neste regulamento serão elaborados pela Coordenação de Curso.

Art. 24. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Coordenador de Curso assessorado pelo Colegiado de Curso.

APÊNDICE C

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – IFPR *CAMPUS* PITANGA

CAPÍTULO I
DAS FINALIDADES

Art. 1º As Atividades Complementares se constituem em parte integrante do currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia.

§1º O Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Pedagogia é regido pelas Resoluções CNE/CP Nº 2/2015 (BRASIL, 2015a) e CONSUP/IFPR Nº 19/2017 (IFPR, 2017b).

§2º As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do discente.

§3º Caberá ao discente participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de conhecimentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, privilegiando:

I. Atividades de complementação da formação social, humana e cultural.

II. Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo.

III. Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II
DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas no próprio IFPR ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do discente, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas fora do horário das aulas da graduação, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III
SEÇÃO I
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º Ao Coordenador do Curso compete:

I. Indicar, junto ao Colegiado do Curso, o discente responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares.

II. Propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares.

III. Supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares.

IV. Definir, junto ao Colegiado do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com a PPC do curso de Licenciatura em Pedagogia.

V. Avaliar, junto ao Colegiado do Curso, as Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II
DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

I. Propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com a PPC do curso de Licenciatura em Pedagogia.

II. Propor ao Coordenador do Curso atividades de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com a PPC de Licenciatura em Pedagogia.

III. Propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III
DO DOCENTE RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao docente responsável pelas Atividades Complementares, compete:

I. Analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo discente, levando em consideração este Regulamento.

II. Avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo discente, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada.

III. Orientar o discente quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares.

IV. Fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos discentes.

V. Registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo discente, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade.

VI. Encaminhar ao órgão de Registros Acadêmicos, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares.

VII. Participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV
DO DISCENTE

Art. 7º - Aos discentes compete:

I. Informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora do IFPR/Pitanga que propiciem pontuações para Atividades Complementares.

II. Inscrever-se e participar efetivamente das atividades.

III. Solicitar a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento.

IV. Providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas.

V. Entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico.

VI. Arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada.

VII. Retirar a documentação apresentada junto ao docente responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado, a documentação não retirada no prazo estabelecido será destruída.

§1º A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º O discente deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º Caso o discente complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o discente considerado aprovado.

§3º Caso o discente não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º Caso o discente tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o discente será considerado reprovado.

Art. 9º A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizadas até a data limite para lançamento de conceitos estabelecidos no Calendário Acadêmico.

Art. 10 Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo discente, serão considerados:

I. A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o discente estiver matriculado.

II. O total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do discente no curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural:

I. Atividades esportivas - participação nas atividades esportivas.

II. Cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira.

III. Participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras.

IV. Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural.

V. Participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo:

I. Participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição.

II. Participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares.

III. Participação em atividades beneficentes.

IV. Atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade.

V. Engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar.

VI. Participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional na área do curso de Licenciatura em Pedagogia:

I. Participação em cursos de fundamento científico ou de gestão.

II. Participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos.

III. Participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos.

IV. Participação em projetos de pesquisa, inovação e extensão.

V. Participação como expositor em exposições técnico-científicas.

VI. Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico.

VII. Publicações em periódicos.

VIII. Publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional.

IX. Estágio não obrigatório.

X. Trabalho como empreendedor na área do curso.

XI. Monitorias na área do curso.

XII. Participação em visitas técnicas na área do curso.

XIII. Participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso.

CAPÍTULO VI
DA PONTUAÇÃO

Art. 14 As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 O discente deverá participar de atividades que contemplem os 3 Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento.

Art. 16 – O discente poderá integralizar:

I. 30 pontos no grupo 1.

II. 30 pontos no grupo 2.

III. 40 pontos no grupo 3.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO

Art. 18 - Será considerado aprovado o discente que, na avaliação, obtiver 100 pontos.

Parágrafo único - Para fins de registro acadêmico constará no histórico escolar do discente apenas o conceito “aprovado” ou “reprovado” em Atividades Complementares, não sendo registrado o número de pontos que o discente conseguir para obtenção de tal resultado.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pelo Colegiado do Curso.

ANEXO 1

PONTUAÇÃO SUGERIDA PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos por semestre por participação nas atividades esportivas em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.

2) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação nas atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras, em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.

3) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação efetiva em Diretórios Acadêmicos e Entidades de Classe.

4) Serão atribuídos 10 (dez) pontos, por semestre, por participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares.

5) Será atribuído 0,5 (meio) ponto, por hora, por participação em cursos da área específica de cada curso de graduação, de fundamento científico ou de gestão.

6) Será atribuído 1,0 (um) ponto, por hora, pela participação em palestras técnicas, congressos e seminários.

7) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, para o discente que obtiver frequência e aprovação em cursos de língua estrangeira.

8) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por hora, por apresentação de palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, de cada curso de graduação.

9) Serão atribuídos até 10 (dez) pontos a artigos científicos publicados e até 15 (quinze) pontos a projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso.

10) Serão atribuídos até 10 (dez) pontos para cada participação como expositor em exposição técnica, artística ou cultural.

11) Será atribuído 0,5 (meio) ponto por hora pelo estágio não obrigatório.

12) Serão atribuídos 5 (cinco) pontos por visita técnica.

13) Serão atribuídos 5 (cinco) pontos por participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico, artístico ou cultural.

14) Serão atribuídos até 10 (dez) pontos por participação em atividades beneficentes.

ANEXOS

ANEXO 1

ATA DE REUNIÕES

ANEXO 2

ATAS DO COLEGIADO DO CURSO

ANEXO 3

PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO